

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 3 a 9 de junho de 1960

Nº 66

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Sexta-Feira às 19 hs. na UNE
Homenagem do Povo Carioca
ao Presidente de Cuba

Texto na 7ª pág. do 1º cad.



Um Agente Dos Trustes no Ministério da Fazenda SEBASTIÃO APÓIA JÂNIO E SABOTA A PETROBRÁS

POR QUE o sr. Sebastião Paes de Almeida, ministro da Fazenda, apóia Jânio Quadros e financia com recursos do Estado a candidatura entreguista? Paes de Almeida está com Jânio porque é também um agente dos trustes norte-americanos, um inimigo da luta do povo brasileiro pela emancipação nacional. Testa-de-ferro da «Pittsburgh Glass», o ministro da Fazenda serve de instrumento aos magnatas ianques contra a indústria nacional do vidro plano. Advogado da «Hanna», tudo faz para entregar aos monopolistas americanos o nosso minério de ferro. Fazendo o jogo da Standard Oil, procura estrangular a Petrobrás, negando-lhe recursos que é obrigado a dar, embora seja tão pródigo, em oferecer bilhões aos cabos eleitorais de Jânio. A sua demissão é por isso exigida em em todo o país. (Ler reportagem na primeira página do segundo caderno).



33 fatos demonstram a política de guerra dos Estados Unidos

A PROPAGANDA capitalista vem acusando a União Soviética de ter eliminado o «espírito de Camp David» e impedido a possibilidade de se realizar a coexistência pacífica. NOVOS RUMOS apresenta hoje a seus leitores uma lista parcial dos atos agressivos praticados pelos Estados Unidos contra os países socialistas e a paz mundial depois da visita de Krushchov aos EUA, dentro da política de guerra fria. Na 11ª pág. do 2º cad.

Hanna quer ferro brasileiro

FSTA em pleno curso a batalha contra a entrega de ricos jazidos de ferro do país ao poderoso truste norte-americano «Hanna Co.». Em reportagem que vai publicada na segunda página do segundo caderno, os leitores encontrarão interessantes revelações sobre as manobras empreendidas pela «Hanna» para enterrar suas afiadas garras no subsolo brasileiro, bem como das figuras que se colocaram a serviço desse truste.

O que é que há com a Terra?

É A PERGUNTA feita por Robert Lechena, que, em reportagem exclusiva no Brasil para NOVOS RUMOS, (8ª pág., 1º cad.) procura dar uma série de informações aos leitores a respeito dos terremotos, maremotos e outras catástrofes que abalam as costas ocidentais das Américas e o Japão. Baseando-se nas informações dos especialistas na matéria, o repórter chega à conclusão de que é muito pouco o que se sabe sobre esses abalos.

Dia de protesto foi mesmo pra valer

TRES grandes atos públicos encerraram na noite de 31 o Dia de Protesto Contra a Carestia, promovido pelas entidades sindicais cariocas, com o apoio dos estudantes e do funcionalismo. O Movimento empolgou o povo da Guanabara. Milhares de trabalhadores e donas-de-casa concentraram-se no Sindicato dos Textéis, onde foi promovida a maior manifestação. Na foto, aspecto da assistência presente ao ato. Leia na 4ª pág. do 1º cad.

Prestes Faz Autocrítica

TEXTO NA 4ª PÁGINA



Cuba: Doce e Amarga

ORLANDO BOMFIM JR.

DIZIA o poeta que Cuba era doce por fora e amarga por dentro. Na base econômica da monocultura da cana se apoiavam a exploração feudal e o domínio imperialista. A prosperidade dos monopólios se fazia à custa dos sofrimentos do povo. E o açúcar exportado era o produto doce de um trabalho amargo.

HOJE, outra é a situação. A pequena ilha continua, é verdade, amargando. Mas, invertendo a imagem, pode-se dizer que ela agora é doce por dentro e amarga por fora. O povo cubano soube, de armas na mão, golpear os inimigos internos e externos. A derrubada de Batista não teve o caráter de um golpe para simples substituição de homens no poder. Da revolução surgiu um poder novo, nacional e democrático, que dá a terra aos camponeses e arrebatou as cadeias do domínio norte-americano. Tio Sam sofre, naturalmente, o amargor da derrota.

PARA todos os povos, particularmente os latino-americanos, a vitória de Cuba tem o sentido de uma vitória comum. Porque comum é o inimigo que foi derrotado. E também corresponde a um sinal dos tempos. Mostra que já vai pertencendo ao passado a época em que o «colosso do norte» dispunha de nossos países como feitor todo-poderoso, capaz de impor seu domínio com a maior desenvoltura, sufocando, muitas vezes através de simples expedições punitivas, a vontade dos povos.

DESDE os primeiros momentos, o povo brasileiro compreendeu o significado da revolução cubana. O feito dos homens de Fidel Castro foi saudado com o calor com que irmãos compartilham a mesma

alegria. E nosso povo compreendeu também que a luta não terminava após a derrubada de Batista, mas entrava numa nova fase, não menos difícil, pois a política de gangsters do Departamento de Estado norte-americano havia de lançar mão de todos os recursos para tentar reconquistar a presa perdida. Daí ser necessário empenhar-se num movimento de ativa solidariedade ao povo cubano. E isso tendo exatamente em vista os interesses nacionais do Brasil.

FSTARÁ o governo do sr. Juscelino Kubitschek interpretando, em suas atitudes frente ao governo revolucionário cubano, os sentimentos do povo brasileiro? A recusa, por exemplo, a participar de Conferência dos Países subdesenvolvidos autoriza uma resposta negativa. E chegou a colocar o presidente da República na incômoda posição de quem é surpreendido agindo em flagrante contradição consigo próprio. Por que o certo é que perde todo sentido qualquer afirmação, por mais enfática que seja, de luta para libertar nosso país do atraso e da dependência econômica, quando se deixa de participar de uma iniciativa concreta que visa a unir esforços com esse objetivo.

O BRASIL está recebendo a visita do presidente de Cuba, sr. Osvaldo Dorticós, que se faz acompanhar de uma comitiva numerosa e expressiva. O povo brasileiro aproveitará, sem dúvida, a oportunidade para manifestar mais uma vez seu apoio ao valente povo cubano e a decisão de manter acesa a vigilância contra as manobras intervencionistas dos Estados Unidos. E a oportunidade é também válida para que se faça sentir ao governo que esse caminho, e não outro, deve ser por ele seguido.



Eles Prometeram Unir

Os dirigentes das confederações dos trabalhadores na indústria, comércio e transporte terrestre comprometeram-se com os líderes sindicais fluminenses a enviar esforços para que se proceda a um encontro entre a CIOSL, ORIT e a FSM, visando ao estabelecimento da unidade do movimento sindical internacional. Esse compromisso foi assumido pelos srs. Deocleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI; Ângelo Parmigiani, presidente da CNTC; e Avelino Gomes de Castro, representante do presidente da CNTTT. Os

dirigentes dessas entidades comprometeram-se ainda a convidar todas as entidades sindicais internacionais de cúpula, inclusive a FSM e a CIOSL, a enviarem seus representantes ao II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, convocado para 11 de agosto vindouro. Essas declarações foram feitas na reunião que o Conselho Sindical Fluminense promoveu na última sexta-feira, em Niterói, para debater a nota lançada pelas três confederações, no dia 1º de maio. A reunião contou com a participação de cerca de 70 líderes sindicais fluminenses. A nota, que deu

motivo a convocação da reunião, foi mais uma vez repudiada pelos representantes dos trabalhadores do Estado do Rio, embora os srs. Ângelo Parmigiani e Deocleciano de Holanda Cavalcanti procurassem justificá-la. Na foto, um aspecto da reunião realizada no Sindicato dos Rodoviários de Niterói, vendo-se o sr. Ângelo Parmigiani, presidente da CNTC; Deocleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI; Daniel Soares, tesoureiro da CNTI; e Avelino Gomes de Castro, representando o presidente da CNTTT.

CONSELHO RECUSA AS CONTAS DE SADOK

JK Sabe Das Negociatas Mas Mantém Enos no IAPB

O Conselho Fiscal do IAPB rejeitou, por sete votos contra um, as contas do presidente do IAPB, sr. Enos Sadok de Sá Motta, referente ao exercício de 1959.

Esse fato revela as crescentes irregularidades que vêm ocorrendo na administração do IAPB, com pleno conhecimento do presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek, e das demais autoridades, que mantém o sr. Enos Sadok na presidência do Instituto apesar das reiteradas manifestações de

protesto dos bancários de todo o Brasil. Desde 1958 que o atual presidente do IAPB vem tendo as suas contas recusadas pelo Conselho Fiscal. Entretanto, protegido diretamente pelo presidente JK, e escorado pelo Conselho de Segurança Nacional, o atual presidente do IAPB continua desafiando todos os princípios de organização e decência administrativa, dirigindo, como bem entende uma instituição que arrecada anualmente mais de quatro bilhões de cruzeiros.

Negociata

O conselheiro Gil de Magalhães denunciou, em seu relatório, uma verdadeira orgia de despesas, feita com o dinheiro dos bancários. Despesas aparecem nas contas do sr. Enos Sadok sem os respectivos comprovantes. Dentre elas situa-se o gasto de mais de cinco milhões de cruzeiros, sob o título de despesa com publicidade, mas cujos processos não foram enviados ao Conselho, apesar de insistentes diligências nesse sentido.

Na série de irregularidades ocorridas no exercício financeiro do IAPB, em 1959, denunciados no relatório, salienta-se a referente ao processo de adjudicação de serviços que o Instituto contratou com a «CONTORG». Cita o relatório: «Em 4 de março de 1959, por sugestão do Departamento de Atuação e Estatística, o Presidente do Instituto, sem que tivesse havido concorrência pública, assinou contrato, no valor de Cr\$ 5.799.600,00, com a firma «CONTORG» — Auditoria Contabilidade e Organização, para a execução de serviços de implantação da matrícula dos associados no Cadastro Mecanográfico, apuração do arrecadado referente aos exercícios de 1957, 1958 e 1959 a registro nas contas correntes dos contribuintes.»

Novos golpes

Mas a ilegalidade não ficou aí. «No dia 20 do mesmo mês, continua o relatório, foi firmado um termo aditivo ao contrato referido, pelo qual o Instituto se obrigou ao pagamento de mais Cr\$ 3.600.000,00 a «CONTORG», para que esta aumentasse o número de funcionários a disposição do Departamento de Benefícios.»

Os contratos legais foram se sucedendo. Em 25 de setembro, de 1959, denuncia o conselheiro Gil de Magalhães, a Presidente do IAPB firmou um novo acordo com a «CONTORG», desta vez no valor de Cr\$ 3.133.200,00 para que a mesma fizesse o levantamento dos trabalhos do Registro de Contribuições relativos aos exercícios de 1955 e 1956 com os trabalhos que vem realizando referentes aos exercícios de 1957, 1958 e 1959. Por este contrato o Instituto assumiu ainda a responsabilidade de indenizar o contratado pelo valor de Cr\$ 1.290.000,00 correspondente às despesas com o material que fosse utilizado, mas que não está devidamente especificado no contrato.

Concluindo que a adjudicação de tais serviços não podia ser efetuada sem concorrência pública, conforme de-

TRABALHADORES DE TODO O PAÍS REUNIR-SE-ÃO EM AGOSTO

Convocado o Congresso Sindical

As entidades sindicais de todo o país estão voltadas para os atos preparatórios do III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, que se realizará a partir do dia 11 de agosto próximo. O local de reunião do importante conclave ainda não foi decidido, mas aguarda-se uma solução ainda nesta semana.

Nota de convocação

Convocando o Congresso foi distribuída à imprensa a seguinte comunicação:

«Os dirigentes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não confederados, dando cumprimento ao honroso mandato que, unanimemente, lhes conferiram os participantes da II CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL, realizada em 20, 21 e 22 de novembro de 1959, no Rio de Janeiro, COMUNICAM a todos os trabalhadores e organizações sindicais do Brasil, que o Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores será realizado a partir de 11 de agosto vindouro.

Os objetivos desse grande conclave são os seguintes:

- 1 — Examinar e resolver quanto às condições econômicas dos trabalhadores;
- 2 — Examinar a remuneração salarial atual face ao custo de vida e resolver sobre as formas mais convenientes de acordos e contratos salariais;
- 3 — Examinar e decidir quanto às reformas, modificações, melhorias e

democratização das leis sociais e trabalhistas, principalmente, no tocante à estrutura sindical vigente;

4 — Examinar sobre o processo que garante a maior participação e atuação dos trabalhadores e suas organizações na luta em prol da emancipação econômica e política do País;

5 — Examinar a situação dos trabalhadores do campo, suas reivindicações, sua organização e decidir quanto à ajuda e solidariedade que lhes devem prestar os trabalhadores das cidades e dos centros industriais;

6 — Examinar e deliberar quanto ao caráter das relações do movimento sindical brasileiro com os trabalhadores e organizações sindicais de outros países, e;

7 — Examinar e resolver sobre a forma mais adequada de coordenar as forças dos trabalhadores, garantindo sua unidade na luta pela consecução de suas reivindicações, defesa dos direitos adquiridos e obtenção de novas conquistas.

Com esses objetivos estão sendo elaborados o teor e as normas regimentais do Congresso, que serão

enviados dentro de poucos dias a todas as organizações sindicais.

A partir desta comunicação todas as organizações dos trabalhadores do campo, devem considerar-se convocados e, desde já, tomarem todas as medidas para os debates e discussões nos sindicatos e locais de trabalho, a fim de que o Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores de 1960, seja um acontecimento da maior relevância na vida da classe trabalhadora e de todo o Brasil.

Avante pela unidade e organização dos trabalhadores do Brasil, no Congresso Sindical Nacional de 11 de agosto de 1960!

Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 25 de maio de 1960.

DEOCLECIANO DE HOLANDA CAVALCANTI — CNTI; ÂNGELO PARMIGIANI — CNTC; MÁRIO LOPES DE OLIVEIRA — CNTTT; HUBERTO MEZES PINHEIRO — CONTEC; FELIPE RAMOS RODRIGUES — Fed. Nac. Partuários; WALDIR GOMES DOS SANTOS — Fed. Nac. Marítimos; OSWALDO PACHECO DA SILVA — Fed. Nac. Estivadores; ERNESTO C. FONSECA — Sind. Nac. Aeronautas; OTHON CA-NÉDO LOPES — Sind. Nac. Aeraviários.»



Ele assinou

Huberto Pinheiro, presidente da CONTEC, é um dos signatários do manifesto de convocação do III Congresso Sindical Nacional. A sua opinião é que o Conclave deve se realizar no Estado da Guanabara.

Nota Sindical

Nossas Relações Internacionais

Os documentos lançados pela CNTI, CNTC e CNTTT continuam sendo repudiados em meio a acessas discussões que se travam nas entidades sindicais de todo o país. A repulsa com que os trabalhadores se manifestam face ao teor faccioso e divisionista dos referidos documentos coloca na ordem do dia a solução de um problema de importância inestimável, que é o das relações internacionais do movimento sindical brasileiro.

As três Confederações, tanto no manifesto de 1º de maio como no outro, o rememorado, lançado nos últimos dias do mês passado, insistem em submeter-se, em nome dos brasileiros, à orientação divisionista da CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) e da ORIT (Organização Regional Inter-Americana dos Trabalhadores).

Mas as entidades sindicais de nosso país, através das declarações dos seus conclaves, das mais recentes manifestações dos trabalhadores da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e de outros Estados, opõem-se a essa submissão, ao mesmo tempo que reafirmam o seu propósito de contribuir para a unidade do movimento sindical no Continente e no mundo.

Outra não podia ser a conduta dos trabalhadores brasileiros, que vêm forjando a sua unidade através da luta por um programa comum de reivindicações, programa que a comunistas, trabalhistas, socialistas, católicos, protestantes e espíritas, em benefício dos superiores interesses das massas trabalhadoras! Sabem, os nossos líderes sindicais, que a discriminação política, ideológica e religiosa entre os trabalhadores só serve à causa dos seus próprios exploradores.

Ora, quem tem consciência disso, e quem, como nós, realiza uma política de unidade dentro das nossas fronteiras, não pode, evidentemente, apressar nem defender outra linha de conduta nas relações internacionais que não seja a de aproximação, entendimento e unidade com as entidades sindicais dos trabalhadores de todo o mundo. Daí, a justa reação dos trabalhadores brasileiros à tentativa de submeterem as suas organizações a atual orientação da CIOSL e da ORIT.

É bom lembrarmos-nos que essas duas entidades surgiram como uma cunha desagregadora em 1919, procurando fazer saltar em pedaços a unidade que se processava em torno da Federação Sindical Mundial. Os imperialistas norte-americanos martelam sobre essa cunha até hoje, e martelam porque não conseguiram colocar a seu serviço o movimento sindical mundial. Aliás, uma das causas da cisão ocorrida em 1949, na FSM, foi o servilismo de alguns dirigentes sindicais norte-americanos, que tentaram colocar a FSM a serviço do Plano Marshall, em benefício dos monopolistas lanques. Como não conseguissem, desligaram-se e fundaram a sua própria entidade. Hoje, a FSM conta com 101 milhões de filiados nos cinco continentes, enquanto a CIOSL agrupa cerca de 50 milhões.

Os trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo que se reservam o direito de se filiarem a organização internacional que melhor reflita os seus anseios, pugnam por um entendimento entre a FSM e a CIOSL e pela unidade entre as duas organizações, à base de um programa comum de lutas. A fragmentação do movimento operário, tanto no âmbito nacional como internacional, opõe-se à consciência unitária dos trabalhadores brasileiros e aos interesses das massas laborosas de todo o mundo.

Nilson Azevedo

Defende Teu Direito

Insalubridade — A taxa de insalubridade, nos termos da jurisprudência ora vencedora neste Tribunal Superior, é devida independentemente do salário percebido pelo trabalhador, mas será calculada sobre o mínimo legal, na forma do art. 79 da Consolidação das Leis do Trabalho, Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1.311/57), Relator: Oscar Saraiva.

A taxa de insalubridade deve recair sobre o mínimo salarial e não sobre o salário contratual. Toda interpretação que concorra para melhorar a indústria insalubre, para que esta seja atenuada, seja suprimida, é, fora de dúvida e mais desejada, porque faz coincidir a qualidade da lei com o alto interesse individual e social, Ac. TST — Pleno (Proc. 3.502/51), Relator: Gadoy Iba.

O empregador só está obrigado ao pagamento do adicional de insalubridade se constar a atividade respectiva do quadro organizado pelo Ministério do Trabalho, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 180/59), Relator: Amaro Barreto, D.J., 27-11-1959, pág. 3.833.

Impede a reclamação de adicional de insalubridade formulada por empregado que já percebe salário superior à soma do mínimo e da taxa, Ac. STF, 1ª Turma Rec. ext. 10.738, Relator: Cândido Mota Filho.

Justa Causa — O empregador não está obrigado a advertir o seu empregado, colhido em falta grave, antes de dispensá-lo. Nenhuma lei faz tal exigência, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.441/58), Relator: Geraldo Guimarães.

Justa é a dispensa do empregado que move campanha de descrédito contra o estabelecimento em que trabalha embora a falta no curso do aviso-prévio, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 159/58), Relator: Mário Pereira.

Atitude do empregado recusando-se a prestar depoimento para apurar fatos de suma gravidade imputados a ele constitui justa causa para sua dispensa, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 246/57), Relator: Délio Maranhão.

Simples suposição não basta para caracterizar a justa causa, principalmente de quando envolve a idoneidade do empregado portador, aliás da mais reprovável conduta moral e funcional, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.501/58), Relator: Pires Chaves.

Constitui justa causa para a dispensa o prática de jogo de azar no estabelecimento, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 834/58), Relator: Délio Maranhão.

O profissional que, no desempenho de suas funções, dá prejuízo à empregadora, seja por negligência, desatenção ou desídia, encerra a dispensa sua indenização, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.208/56), Relator: Ferreira da Costa.

Comete falta grave o empregado que se recusa injustificadamente a prestar contas, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.604/58), Relator: Celso Lina.

A lei trabalhista, na enunciação da falta funcional, é apenas exemplificativa. Não deve a particularidade, somente ao juiz cabendo situá-la de conformidade com a sua natureza e gravidade, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 811/57), Relator: Pires Chaves.

Não comete falta o empregado que, reverendo a obrigação específica de instrução, recusa a tarefa de carregar e descarregar fardes, em caminhões, Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.700/58), Relator: Pires Chaves.

Calheiros Bomfim

Panorama Paes de Almeida, um Quinta-Coluna

A denúncia feita pelas forças nacionalistas, através da prof. Edna Lott, acerca da posição política do ministro Sebastião Paes de Almeida pôs em evidência o fato de estar o setor entreguista do governo não apenas sabotando a candidatura Lott, mas apoiando — e até sustentando financeiramente — a candidatura de Jânio Quadros. Isso apesar de ser a oposição ao governo a bandeira sob a qual Jânio, Lacerda, Juarez, Pena Boto e demais lanterneiros realizam a sua campanha eleitoral. Confirma-se com esse exemplo aquilo que os comunistas vêm há muito tempo apontando: contra os interesses do Brasil e a luta pela sua emancipação unem-se os entreguistas de dentro e de fora do governo. É exatamente o que se vê agora: ministros de Estado protegem e financiam o candidato da oposição, por ser o candidato dos trustes norte-americanos, enquanto das fileiras do situacionismo levantam-se vozes exigindo do presidente da República o afastamento de alguns de seus auxiliares imediatos, por se colocarem contra a candidatura dos partidos oficiais, que é também a candidatura apoiada pelos nacionalistas. Jânio, portanto, não é só o candidato da oposição lanterneira, mas também dos entreguistas do governo, particularmente do seu ministro da Fazenda.

Se antes essa quinta-coluna janista tinha ainda certas possibilidades de encobrir, com astuciosos ardil, suas atitudes e seus compromissos, agora, à medida que se aproximam as eleições isso vai se tornando cada vez mais difícil. A denúncia contra Paes de Almeida e a enorme repercussão que ela alcançou em todo o país mostram precisamente que já não é possível tolerar a permanência, em postos-chaves do governo, de inimigos declarados e atuantes do nacionalismo como o atual ministro da Fazenda. Inclusive porque não se trata apenas de que ele apóie em termos políticos o candidato da Embaixada americana. Trata-se já de que, como ministro da Fazenda, o janista Paes de Almeida carrega para o seu candidato, através de cabos eleitorais da mais refinada plutocracia paulista, bilhões de cruzeiros que deveriam ir para os cofres do Estado.

Os nacionalistas, que se reúnem firmemente em torno de Lott, não estão dispostos a admitir conciliações nesse terreno: o afastamento de entreguistas como Paes de Almeida é uma exigência que não pode mais ser protelada. É claro que isso não convém a reacionários e antilottistas como Armando Falcão, que, segundo o noticiário de Brasília, tudo fez para impedir a divulgação do Manifesto em que o Movimento Nacionalista Lott-Jango, com o apoio de numerosos parlamentares, reafirma a denúncia da prof. Edna Lott e se compromete a prosseguir tenazmente na luta pela demissão da quinta-coluna entreguista. Falcão procura, por todos os meios, evitar que o governo se depure dos elementos janistas e se lance num esforço sério para impulsionar a campanha de Lott e contribuir para levá-la à vitória. Durante meses seguidos, o ministro da Justiça não fez outra coisa senão sabotar a candidatura nacionalista, forjando todo tipo de fórmulas e esquemas a fim de cristianizar a chapa do ex-ministro da Guerra.

Quando se multiplica a atividade dos comitês populares pró-Lott e Jango e entre os partidos situacionistas surgem sinais de uma reativação da campanha — como demonstram as caravanas de parlamentares aos Estados e o apoio de deputados de diversas bancadas, inclusive os líderes do PSD e do PTB, ao discurso do sr. Almino Afonso na Câmara Federal — não pode mesmo ser mais admitida a existência no seio do governo de inimigos da candidatura Lott e agentes dos monopólios norte-americanos, como o ministro Sebastião Paes de Almeida, que tão prodigalmente distribui entre os cabos eleitorais de Jânio as gordas comissões de negócios feitos através do Ministério que absurdamente ainda ocupa.

Almir Matos

A Campanha "Bossa Nova" do Marechal

No começo da sua campanha, o Marechal Lott só lia os seus discursos, que o povo ouvia quase sempre calado, e sem entusiasmo. Ele começou então a deixar de lado o papel escrito, e conversar com o povo. O sucesso foi tão grande que ele agora não quer mais saber de discurso escrito, e perdeu toda pretensão a ser orador da Academia. Fala sempre em tom de conversa, dialogando com populares, ilustrando suas idéias com exemplos de sua experiência pessoal, não tendo medo das palavras e, muito menos, das perguntas. O povo gosta, porque assim pode conhecer melhor o candidato, e melhor julgá-lo. Eis algumas frases do Marechal Lott, em seu "new look":

Em Apucarana, no Paraná, num comício diante de cinco mil pessoas:

«You fazer uma charada. O que é que anda da direita para a esquerda e da esquerda para a direita?»

Vozes populares responderam: «É o Jânio!»

«Pois aí está a resposta; lembrem-se disso em três de outubro...»

Em Rolândia, também no Paraná, referindo-se a Carlos Lacerda, que o chamara de «burro»:

«Tirei primeiro lugar em todos os cursos do Exército e se fosse burro não teria feito o movimento de 11 de novembro, e eles ainda hoje estariam no poder...»

Em Jacaré, referindo-se a Fernando Ferrari:

«As minhas mãos são limpas, mas não são de almadinha...»

Em São José dos Campos.

«O sr. Jânio Quadros pretende substituir a bandeira da Petrobrás na exploração do petróleo brasileiro por uma outra bandeira cujo nome começa com E, termina com O e tem no meio SS.»



Prestes explica o apoio a Lott

LOTT FALA SOBRE PRESTES E O APOIO DOS COMUNISTAS

Na entrevista que concedeu à imprensa paulista o marechal Teixeira Lott teve oportunidade de fazer referências à personalidade de Luiz Carlos Prestes. Inicialmente, afirmou: «Conheço-o desde que cursávamos os bancos do Colégio Militar. Eu mais velho e mais adiantado e ele, mais atrasado. Mais tarde, quando estudei engenharia militar, convivemos novamente, eu como oficial e ele como praça, ainda aluno. Posteriormente o sr. Luiz Carlos Prestes foi instrutor da Escola Militar do Itaipetingo e a maneira pela qual se conduziu foi tal que numerosos dos seus alunos daquele tempo deram a seus filhos o nome de Luiz Carlos. O sr. Luiz Carlos Prestes, além de ter sido um estudante excepcional, era um camarada admirável pelo cuidado, pela dedicação que dispensava aos companheiros menos favorecidos pela inteligência. Todos os que conviviam com ele sabem perfeita-

Sucesso de Lott Irrita a "Sadia"

A simples leitura dos jornais, nesta última semana, mostra o sucesso da vigorosa ofensiva que o Marechal Lott está empreendendo em sua campanha nacionalista, através do país. Os principais órgãos dessa imprensa de aluguel — «O Globo», o «Correio da Manhã», o «Jornal do Brasil» e o «Estado de São Paulo» — estão publicando diariamente amargos comentários, em editoriais, sobre o «new look» do Marechal. Lamentam o candidato nacionalista esteja adotando um «jogo bruto» na campanha eleitoral. Esperavam que a campanha transcorresse tranqüilamente, como uma disputa «entre cavalheiros», ou seja, sem que a demagogia e o entreguismo de Jânio fossem mostrados ao povo, e sem que a exploração imperialista fosse denunciada ao país — e eis que o Marechal Lott descamba para o esse terreno «perigoso» das denúncias.

— A "marcha da produção"

O que os jornais entreguistas mais estão lamentando é o episódio da «marcha da produção». Tomou este nome um movimento de cafeicultores paranaenses e paulistas, em 58, que queriam «marchar» para o Rio, e com isso assustar o Governo federal, arrancando deste maiores privilégios e subvenções, precisamente no momento em que a superprodução de

café exigia do Governo uma política firme de supervisão das regalias de que goza este setor retrógrado da economia brasileira. O Governo fez, então, o que só deixaria de fazer se quisesse entrar em choque com todo o povo: ordenou que tropas do Exército sustentassem aquela infeliz marcha de parasitas. Na época, Jânio era Governador de São Paulo, e foi o primeiro a pedir a intervenção do Exército; e não teve depois uma só palavra para censurá-la.

Passados dois anos, contudo, o demagogo Jânio, em campanha eleitoral no norte do Paraná, procurava jogar sobre os ombros do ex-Ministro da Guerra a responsabilidade pela intervenção. Além disso, prometia aos cafeicultores a supressão do chamado «confisco cambial», que fora a palavra-de-ordem da «marcha da produção» e consistiu há vários anos a exigência básica do Fundo Monetário Internacional, como instrumento do imperialismo norte-americano, junto ao Governo brasileiro.

Mas o Marechal Lott não ficou calado. Revelou à imprensa e em comícios que Jânio, logo que sobe a «marcha da produção», em 58 corra ao telefone para chamar o Ministro Lott e implorar-lhe que impedisse, com as tropas do Exército, aquela «subversão da ordem». As exigências dos cafeicultores eram tão reacionárias que nem mesmo Jânio, se quisesse manter-se no poder, podia permitir aquela «marcha».

Esse episódio do desmascaramento de Jânio pelo Marechal Lott tem aliás um outro aspecto

revelador do caráter das duas candidaturas. Os dois candidatos passaram, com diferença de poucos dias, pelas mesmas cidades de São Paulo e do Paraná. Enquanto Jânio não mediu promessas mirabolantes e de acentuado caráter entreguista aos cafeicultores — como essa da supressão do «confisco cambial» — Lott não fez concessão alguma aos reacionários do café. Pelo contrário, teve mesmo uma manifestação de hostilidade para com eles; em Pindamonhangaba, divisando uma plantação de cafeeiros novos, fez o que todo brasileiro honesto e esclarecido faria: estranhou de público que, no momento mesmo em que 40 milhões de sacas de café se acumulam nos estoques invendáveis do Governo, os cafeicultores ainda encontrem estímulo para plantar mais café. Ao mesmo tempo, entretanto, mostrou que conhece o problema do café e sabe como beneficiar a cafeicultura sem prejudicar o interesse nacional. Em Ponta Grossa, no Paraná, mostrou a necessidade da criação de cooperativas de pequenos agricultores, inclusive de café, e de medidas legais que possibilitem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da lavoura cafeeira.

Sabotagem janista

Não é entretanto apenas o caso da «marcha da produção» que dá origem à grita da «sadia» contra o Marechal Lott. O comportamento do Marechal em relação à denúncia de D. Edna Lott sobre a sabotagem entreguista do Ministro Paes de Almeida, é outro foco de atrito. Toda a imprensa de aluguel saiu em socorro do ministro de Jânio no Governo de Kubitschek, mas o Marechal Lott negou-se terminantemente a desautorizar a denúncia da filha. Disse, ao contrário, que D. Edna «é maior, e responsável» e, mais, que «nunca tivera de lamentar qualquer dos atos e afirmações de sua filha», o que é uma maneira inequívoca de solidarizar-se com ela.

Enfim, o que nada está agradando à imprensa de aluguel é o grande impulso que o Marechal Lott está imprimindo à sua campanha. Em uma semana ele percorreu três estados — Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná — e mais de cem mil pessoas ouviram e aplaudiram a sua pregação nacionalista. Nas dezenas de cidades que visitou, no Vale do Paraíba, no norte paranaense e nos «pampas», ele demonstrou que já sabe como falar com o povo, e o povo está mostrando que — comparando em massa aos seus comícios — prefere e muito o seu «jeito» simples, a sua franqueza às vezes rude, mas que impressiona sempre pela sinceridade, aos arroubos da retórica demagógica e entreguista de Jânio. Falando sem pretender fazer discurso, mas mostrando segurança e honestidade em suas idéias nacionalistas e patrióticas, o Marechal Lott consegue um sucesso popular que muitos oradores calçados certamente invejariam.

A grita da imprensa entreguista é a prova de que, o Marechal vai bem...

O Circo Janista

Insistindo em esclarecer que «não é frasco de farmácia nem responsável pelos buracos de Copacabana, mas fazendo propaganda de uma loja vendedora de rádios, o Côrvo Lacerda voltou a exhibir-se na televisão. Ao lado do ridículo de falar a todo instante em «meu governo» ou fugir a algumas perguntas sob o pretexto de que não diziam respeito a «um governador de Estado», o líder da Lanterna o que fez, na prática, foi confessar o seu entreguismo e o seu ódio às reivindicações democráticas do povo. Eis alguns pontos da entrevista:

— Defendeu abertamente a Light (Companhia Telefônica), inclusive agredindo o vereador Paulo Areal, a quem chamou de demagogo por ter proposto a intervenção do Estado naquela empresa estrangeira. Revelando profunda ignorância e recorrendo à mais velhaca demagogia, afirmou Lacerda que a crise de telefones no Rio tem uma só causa: alguns vereadores vendem telefones por 20 mil cruzeiros...

— Proclamou ser um «homem da livre empresa», não admitindo de maneira alguma o estatismo. Todos sabem o que significa essa «livre empresa»: liquidação da Petrobrás, de Volta Redonda, da Companhia de Alcais, Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Paulo Afonso, etc., e seu consequente domínio pelos trustes ianques.

— Acossado por uma pergunta do auditório, fez um chatíssimo discurso de mais de meia hora sobre a educação, exaltou a escola particular, mas teve medo de dizer abertamente que é inimigo da escola pública, à qual entretanto, no mais deslavado cinismo, atribui as dificuldades enfrentadas pelo povo para educar os seus filhos. Lacerda, como se sabe, está a serviço dos industriais do ensino, que enriquecem cobrando taxas proibitivas para o ingresso das crianças e dos jovens nas escolas particulares.

— Num evidente cochilo, esquecendo-se de que tem feito cavalo de batalha na suposta resistência de Jânio a qualquer compromisso, Lacerda afirmou que Jânio tem com ele compromissos por escrito que preverão (ele bem sabe que não é verdade) no caso (que felizmente não acontecerá) de se eleger governador da Guanabara.

— Num de seus habituais acessos de estupidez e primarismo, tentou Lacerda desacreditar o sistema de educação socialista, afirmando ao lado de abraçar: «A educação na Rússia só produziu intelectuais. Não é necessário comentar a tumba boreal...»

Já no fim do programa, respondendo à pergunta de uma pessoa que se achava no auditório, disse Lacerda: «Tem e chamado de tudo, menos de mentiroso...» Ao que outro assistente replicou, imediatamente:

— É mais uma mentira sua...

Fora de Rumo

Sempre voando, JK chegou a Brasília e tomou providências para um pequeno salto até à ilha do Bananal. Xana dessas ilhas e vindas, afirmou sua disposição de apoiar a chapa Lott-Jango. O mesmo sistema de forças que lhe deu a vitória em 1955 deve eleger o candidato nacionalista. Isto será garantido da continuação dos empreendimentos atuais, necessários ao desenvolvimento do país.

JK afirmou isso e suas palavras não devem ser postas em dúvida, sem mais nem menos, por simples implicância. Há implicâncias que são índice de burrice. Outras indicam velhacaria, como no caso do sr. Goudin, que implica com tudo que nos desvenelhe das amarras com o imperialismo. Acontece porém que JK não governa só. Governar em boa e também em péssima companhia. Embora nascido e criado na terra do milho e do porco, às vezes esquece o provérbio

português tão conhecido em Minas: «quem com porcos se mistura farelo come».

O Ministro da Fazenda de JK é Sebastião Paes de Almeida, ainda agora denunciado mais uma vez como homem do vidro plano e de outras ligações com os americanos. Injo candidato é Jânio Quadros. A Comissão Executiva do Movimento Nacionalista reiterou a acusação já tantas vezes feita. Sebastião acumula-se com certos grupos do café e entreguismo para o candidato do entreguismo. Esses grupos do café, por sua vez, são economicamente entrelaçados com organizações imperialistas. Como pode JK honrar sua promessa de apoiar Lott e Jango, mantendo numa pasta importante como a da Fazenda um homem que os nacionalistas, sem contestação séria, denunciam, oficialmente, como metido na vigarice do café solúvel, indústria que se paga em um ano, indústria da General Foods e do Grupo Rockteller isto

é, camarilla subordinada à por gente de Wall Street, aos sustentáculos ocidentais e cristãos de Somoza e Trujillo, nos agressores da Guatemala e de Cuba?

É preciso que certas pessoas compreendam essa coisa tão simples: o Brasil evoluiu politicamente. Já não é possível sermos governados por um Cate (solúvel) Filho, por um Jânio (também solúvel), por um Batista ou um Frondizi — por esses latino-americanos de esse e Sng Man Rhee que agora está metido em camisa de onze varas na própria Coreia do Sul. Os imperialistas americanos não compreendem isso? O raciocínio dos «experts» do Departamento de Estado não alcança essas coisas? Azar deles! Que se queiram em Padre Eterno, que os três assist limitados, com o barro do Cão Canaveral.

Como compreender-se então que JK, tão vivo, mantenha Paes de Almeida, depois que já viu tudo?

Paulo Motta Lima

EM SÃO PAULO

PRESTES FAZ AUTOCRÍTICA

S. Paulo (Da Sucursal) — De tudo quanto Prestes disse, sexta-feira último às mil e tantas pessoas que superlotavam o Salão das Classes Laborais, nada causou mais profunda impressão, nem suscitou maior entusiasmo entre o auditório do que a autocrítica feita pelo líder dos comunistas brasileiros em face dos erros cometidos no passado. Impressionaram sobretudo, a assistência, a franqueza e a coragem de Prestes ao falar de posições errôneas assumidas por ele próprio e pelo movimento comunista, sob sua responsabilidade, dando exemplo para que todos os comunistas sigam o mesmo caminho honrado do reconhecimento dos erros, como autênticos revolucionários.

Certamente, a assistência compreendeu muito bem o sentido profundo das palavras de Prestes, e o manifestou nos aplausos realmente tempestuosos que tributoou ao líder comunista. Se mais amplo tivesse sido o local, muito maior teria sido a assistência, uma vez que muitas pessoas não puderam permanecer por falta de lugar.

PALAVRAS E REALIDADE

Na sua exposição sobre a atuação dos comunistas no passado, Prestes ressaltou a nítida contraposição existente entre certos «slogans» e formulações dos comunistas e a realidade. Falava-se em atraso progressivo, enquanto o país se desenvolvia; concitavam-se os camponeses a tomar terras para trabalhar, quando esta diretriz não tinha condições para converter-se em realidade, transformando-se não raro em aventuras; caracterizava-se como um «código de castigos» uma Constituição que contém diversas medidas nela introduzidas graças à bancada comunista na Assembleia Nacional Constituinte — foram alguns dos muitos pontos mencionados por Prestes para mostrar e quanto estava divorciada da realidade brasileira a atuação dos comunistas.

Prestes concluiu, então, os comunistas, notadamente aqueles que ocupam ou ocuparam posições de direção, a que reconheçam não apenas os seus erros, a que renunciem o prática de direção através de ordens de cima e de medidas administrativas, prática incompetente, com uma associação de pessoas conscientes e dedicadas à causa da libertação nacional e social no Brasil.

PAZ E CAMPANHA ELEITORAL

Em outra parte do seu discurso, Prestes se ocupou no exame de algumas questões da situação internacional, sublinhando que neste momento assumem importância primordial as manifestações populares em defesa da paz. Em seguida, abordou os problemas mais candentes da situação nacional, especialmente a campanha eleitoral. Nesse ponto, fez uma breve caracterização das candidaturas de Lott e Jânio, ressaltando o caráter nacionalista — ainda que limitado, às vezes equivocado — da primeira, mas que se distingue, como a água e o vinho, da candidatura entreguista de Jânio Quadros. Enquanto Lott é um homem honrado, disse Prestes, Jânio é um farsante. No Paraná, para coar os votos dos cafeicultores, Jânio prometeu acabar com o chamado «confisco cambial», o que seria um idiscutível retrocesso no desenvolvimento econômico nacional.

Por fim, Luiz Carlos Prestes tratou das teses ora em discussão nas fileiras comunistas. Foi nessa parte que fez a autocrítica dos erros dos comunistas.

Ao retirar-se do Salão das Classes Laborais, cerca das 22 horas, foi Prestes novamente alvo de carinhosa manifestação, passando sob aplausos e vivas entre duas extensas alas de manifestantes, que chegaram a interromper o trânsito.

LÍDER SINDICAL PAULISTA VIU AS MILÍCIAS DE FIDEL

Povo de Armas na Mão é Dono do Seu Destino

O poder em Cuba está nas mãos do povo. Lá, governo e povo são uma só coisa — declarou à reportagem de NOVOS RUMOS ao seu regresso de Havana, onde assistiu aos festejos de 1º de Maio, a convite da CTC, o dirigente sindical paulista Armando Piani, secretário geral dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo.

— Para nós, que vivemos em um país onde a imprensa, em sua maioria está interessada em deturpar o sentido da revolução cubana, assacando contra ela e seus líderes, principalmente Fidel Castro, as mais deslavadas mentiras, surpreendeu ver o povo de armas na mão, as milícias do povo, desfilar garbosamente ante a imensa multidão. Foi o desmentido mais objetivo a tudo que se diz e se propala com referência à «falta de liberdade» em Cuba.

Após relatar as emoções da jornada em meio às manifestações dos operários e camponeses de Cuba durante o 1º de Maio, o entusiasmo de centenas de milhares de pessoas que, durante cinco horas na imensa praça ouviram o discurso de Fidel, o líder bancário paulista afirmou sua crença de que será impossível a volta ao «status quo» anterior.

— Não é mais possível o «retorno», — disse. A consigna «Pátria ou morte» expressa com realismo os sentimentos do povo, a sua vontade de lutar para garantir as conquistas da revolução.

— Os cubanos estão estreitamente unidos em torno de seu governo revolucionário e de Fidel Castro. Além disso, pode constatar que contam com a solidariedade de todos os povos da América Latina, e não só dela como do mundo.

As milícias

Destacando a importância que têm as milícias populares na vida do país, disse e entrevistado que a elas cabe o papel de defendê-lo contra qualquer agressão externa.

— Os trabalhadores e camponeses de Cuba, homens e mulheres, estão conscientes de seus deveres revolucionários e as armas que empunham são para defender a soberania do país. Cada uma das 33 Federações Sindicais de Cuba tem um corpo miliciano, o núcleo do exército do povo. Também nos bairros das principais cidades existem grupos de milicianos, dos quais participam os comerciantes, donos de casa, etc.

— Além de prevenir o país contra qualquer agressão — prosseguiu — a milícia zela pela manutenção da ordem interna e exerce vigilância contra a sabotagem daqueles que, estupidamente, ainda pretendem fazer com que a ilha volte a ser fonte de superlucros para os grupos estrangeiros que exploravam as riquezas nacionais.

Democracia do povo

— Estou convencido de que em Cuba existe a Democracia. Se não fosse assim, o povo, que dispõe de armas, já teria derrubado o governo, como fez com Batista.

— Aquêles que se dizem democra-



«Que Vengán»

tas — acrescentou — que afirmam que em Cuba o governo não é democrático, que experimentem armar o povo aos seus respectivos países. Se permanecerem no poder depois disso, serão governos do povo.

A revolução resolveu

Afirmando a sua convicção de que a revolução resolveu alguns dos problemas fundamentais de Cuba e marcha para realizar as aspirações do povo, o líder bancário Armando Piani enumerou algumas das conquistas já obtidas após a queda da ditadura.

— Quero partir do que poderia parecer mais simples: o banho de mar. Sim, frequentar uma praia durante o tempo de Batista era privilégio dos ricos. A elas os trabalhadores não tinham acesso. Hoje, entretanto, qualquer operário pode gozar suas férias num balneário, ele e a família, já que as casas não existentes podem ser alugadas a preços ao alcance da bolsa dos que antes eram os menos favorecidos. Os preços, em média, são de 2,5 pesos diários, com comida, e mais, os alugueis são cobrados de acordo com o salário de cada um, nunca ultrapassando a 35 pesos por quinquena. Para melhor elucidar, o salário médio de um metalúrgico é de 7,5 pesos diários e o de um tabaqueiro 10 pesos.

Assinalou em seguida, o entrevistado, a importante baixa havida nos alugueis de casas (50%) e nos preços de gêneros de primeira necessidade como a carne e os ovos.

O problema da habitação

O que se faz em Cuba no sentido de melhorar as condições de vida do povo está expresso no programa de construção de habitações que vem sendo realizado pelo governo revolucionário.

— Aquêles que ainda moram em barracos semelhantes às nossas favélas sabem que o martírio breve terá fim. O governo dá grande importância ao problema de habitação e, nesse sentido, já construiu, no ano passado, 10 mil casas e prevê, para este ano, a construção de mais 20 mil. O aluguel delas variará de 10 a 35 pesos mensais e as menores dispõem de 2 dormitórios, sala, cozinha e banheiro.

— Eu vi, todos que vão a Cuba podem ver: os quartéis estão mesmo sendo transformados em escolas — afirmou o entrevistado, acrescentando que somente no ano passado o governo entregou ao povo 30.000 prédios escolares.

O centro está no campo

— Apesar de tudo o que se faz em outros setores, é no campo que se opera a grande revolução. A reforma agrária monopoliza todas as atenções. Ao contrário do que muitos pensam, a entrega da terra não se faz apenas aos camponês, individualmente. A criação de cooperativas está sendo estimulada e para elas se volta o futuro da revolução no campo.

— Tive oportunidade de visitar duas cooperativas, a «Cuba Livre» e a «Ca-

A jovem miliciana não teve papas na língua: disse aos sindicalistas brasileiros que com ela palestravam que o povo cubano ganhou a sua liberdade derramando o sangue e que está disposto a derramar mais ainda para garantir as conquistas da revolução. E, apontando para o norte, exclamou: «que vençam los gringos para ver como les recibiremos».

milo Cienfuegos». Na primeira vi 44 casas já construídas para aquêles que antes viviam em miseráveis taparas; vi duas escolas em pleno funcionamento e uma em construção; vi, nas duas, a luz elétrica que foi levada aquêles que antes viviam nas trevas, sob o tacho do latifundiário; vi o cinema e o hospital; vi o médico trabalhando, dando assistência a 300 famílias que nem um enfermeiro conheciam antes; vi, por fim, a televisão no clube da cooperativa.

Revelou ainda o entrevistado alguns dados sobre a produção agrícola nas cooperativas que visitou, mais detalhadamente sobre a «Camilo Cienfuegos».

— Com uma área de 140 caballerias (uma caballeria equivale a 13,5 hectares) a cooperativa «Camilo Cienfuegos» produz principalmente arroz, além de amendoim, tomates e cebolas. Aliás, em relação ao primeiro, convém esclarecer que antes da reforma agrária Cuba importava cerca de 4 milhões de quintais, o que equivale a 5 milhões de dólares de divisas que iam para o exterior. Para este ano, segundo estimativa do INRA, a colheita de arroz na ilha deverá alcançar a casa de 4,5 milhões de quintais.

— Os dados acima relatados, de duas cooperativas, poderão dar ao leitor uma idéia aproximada do que é hoje o campo em Cuba se levarmos em conta que apenas na província de Matanzas, existem 66 cooperativas, com uma área de 4.587 caballerias, cultivando arroz, batatas, feijão, algodão, amendoim, legumes e hortaliças.

Após ressaltar mais uma vez a grandiosidade das manifestações do 1º de Maio, à qual estiveram presentes representantes dos trabalhadores de 17 países, concluiu o líder bancário:

— Diante do que vi em Cuba, diante da solidariedade manifestada pelos trabalhadores, tenho a firme convicção de que nem as sabotagens, nem as calúnias e nem os boicotes serão capazes de liquidar a vida nova que está sendo construída pelo povo e pelo governo de Cuba, que só desejam viver em paz e decentemente.

CARIOCA PROTESTOU CONTRA A CARESTIA

Nem mesmo a chuva intensa que desabou sobre a cidade desde as primeiras horas da tarde de 31 impediu o êxito das manifestações programadas para o «Dia de Protesto Contra a Carestia». Milhares de trabalhadores de todas as categorias profissionais, donos-de-casa e estudantes participaram dos atos convocados para a Praça da Bandeira, Padre Miguel e Irajá. Da Praça da Bandeira, onde a chuva caiu

com intensidade, imensa massa humana se dirigiu para o Sindicato dos Têxteis, lotando completamente as suas dependências. Os atos, promovidos pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara, contou com o apoio das entidades estudantis, do funcionalismo federal e municipal, e dos 250 Comitês Nacionalistas Lott-Jango.

EXIGÊNCIAS

Em todos os atos realizados, que foram precedidos de centenas de debates e conferências nas fábricas, sindicatos e locais de trabalho, os trabalhadoresvallaram a exigir do Governo a adoção de medidas contra a carestia, pela limitação de remessa de lucros para o exterior, aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, e regulamentação do Direito de Greve. Salientaram-se, notadamente, as manifestações contra a permanência do sr. Sebastião Pass de Almeida no Ministério da Fazenda. As manifestações do dia 31, na opinião dos líderes sindicais, abriram caminho para a realização vitoriosa de novos protestos contra o alto crescente do custo da vida, e em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Greve na Fábrica de Alcalis

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Alcalis, situada no município fluminense de Cabo Frio, entraram em greve a zero hora do dia 31 último, exigindo da empresa o cumprimento das disposições legais relativas à insalubridade e ao acordo firmado pelo seu administração. O movimento é liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, que se encontra em assembleia permanente, aguardando o atendimento das suas reivindicações.

Homenagem a Alice Tibiriçá

No próximo dia 8, faz dez anos do falecimento de D. Alice Tibiriçá, que dedicou toda a sua vida a campanhas de grande significação moral, social e política.

Descendente de tradicional família mineira D. Alice Tibiriçá não quis viver facilmente a vida que uma elevada posição social lhe oferecia, mas, ao contrário, dedicou-se a lutar pela solução dos problemas da coletividade. Sua primeira atividade foi junto ao governo de São Paulo, para a criação de cursos de avicultura e apicultura, dos quais participaram mães do interior do Estado, com bolsas de estudo fornecidas pelos municípios. Em seguida, considerou que a participação da mulher na sociedade deve ter maior amplitude. E é com vigor que defende, em 1931, o direito do voto à mulher, cujo vitória lhe deu novas perspectivas. A sua atividade é intensa, particularmente em defesa de uma posição de dignidade e respeito para a mulher. Luta pela instalação de escolas agrícolas para mães. Obtem do governo a oficialização do Dia das Mães. Luta, obnagadamente, pelos que sofrem, fundando em São Paulo a primeira Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepre e, em seguida, congêneres pelos demais Estados e pelo interior. Foi, realmente, a pioneira das campanhas de assistência

aos lázaros e às suas famílias. Várias outras sociedades foram fundadas por D. Alice Tibiriçá. A Instituição Carlos Chagas, o Instituto de Serviços Sociais, o Instituto de Serviços Preventivos, a Federação das Associações do Combate à Tuberculose, a Sociedade de Amparo aos Psicopatas.

D. Alice Tibiriçá tinha a capacidade extraordinária de aprender, de encontrar novos caminhos. Foi assim que ajudou a criar as União Femininas contra a carestia. O Instituto Feminino do Serviço Construtivo, que fundou, logo depois, destinado a educar, mobilizar e organizar as mulheres, era uma organização de novo tipo e não, apenas assistência, assistencial. Foi a primeira presidente da Federação de Mulheres do Brasil. E como participante ativo de luta em defesa do petróleo e das riquezas nacionais, D. Alice Tibiriçá foi uma das figuras mais destacadas, pela sua combatividade, pelo seu coragem, pela sua dedicação. Preocupava-se com o destino do mundo, com a felicidade das mulheres, com o manutenção da PAZ.

A sua vida, as suas obras, a sua bondade serão lembrados no próximo dia 8, num ato em homenagem à sua memória, que será realizado no 9º andar da ABI, às 20 horas, promovido por seus amigos e inúmeras organizações.

TRABALHADORES VÃO DAR MAIS UM EMPURRÃO

Campanha Para Apressar Greve Salário Mínimo e Previdência

Reportagem de ROBERTO MORENA

Delegações sindicais dos Estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, participaram da reunião realizada na capital paulista nos dias 28 e 29 de maio último. As suas decisões foram objetivas: um plano de ação para mobilizar e unir os trabalhadores na campanha pela revisão do salário mínimo atual, a conquista do salário profissional, novas acordos salariais e contrato coletivo de trabalho, a aprovação final das leis Orgânica da Previdência Social, a regulamentação do Direito de Greve e a realização do III Congresso Sindical Nacional.

Salário Mínimo

Os dirigentes sindicais resolveram lutar pela convocação de todas as Comissões de Salário Mínimo, para que as mesmas reúnem-se durante o mês de junho corrente, reorganização do SEPT e atualização dos cálculos e das estatísticas do custo de vida; organizar as tabelas das várias regiões do país pelos sindicatos diretamente, terminar com o arbitrário zoneamento e com as diferenças absurdas das várias regiões; acrescentar ao cálculo do salário mínimo mais três itens: educação e cultura, recreação e previdência social. Conjuntamente com essa luta, tornar

permanente o combate contra a carestia de vida e realizar toda a campanha sempre apoiada na mais ampla mobilização dos trabalhadores, para que não seja motivo de exploração demagógica.

Semana de luta

Os líderes estaduais, signatários das decisões do encontro sindical, comprometeram-se a promover uma semana de mobilização em prol da aprovação dos dois projetos. A semana será realizada de 14 a 21 de junho. Nesse período serão feitas reuniões e concentrações, cujos resultados devem ser enviados a todos os parlamentares. No dia 21 serão efetuados comícios e amplas reuniões de trabalhadores.

Os aposentados e suas famílias farão passeatas durante a campanha, exigindo que se inicie o pagamento das aposentadorias móveis, já aprovadas e regulamentadas.

Foi enviado um telegrama ao presidente da Câmara dos Deputados, solicitando que se inclua os projetos de interesse dos trabalhadores, até o dia 10 de junho, no ordem do dia, e sua imediato discussão e aprovação. Além desses medidas, propôs-se que as Confederações, Federações e Sindicatos Nacionalistas mantenha em Brasília uma comissão para acompanhar os traba-

lhos legislativos em torno do andamento de ambos os projetos.

Congresso Sindical Nacional

Foi motivo de aplausos a convocação do III Congresso para o dia 11 de agosto vindouro. Os participantes da reunião fizeram um apelo à Comissão Central Organizadora para que publique os projetos de teorário e normas regimentais até 10 de junho. Os dirigentes sindicais comprometeram-se a organizar em cada Estado uma comissão para preparar a sua delegação.

As notas das Confederações

Os documentos publicados pelas três Confederações deram motivo a acesos debates. Esses documentos foram, de saída, condenados, mas resolveu-se que as discussões devam continuar nos sindicatos e nos locais de trabalho, auscultando a opinião do maior número de trabalhadores.

Estiveram presentes à reunião mais de cem delegados dos seis Estados e as direções da CNTI e CNTC, bem como um membro da direção do ORIT. Todos os debates foram animados e o documento elaborado pela comissão de Redação foi aprovado unanimemente e distribuído na hora do encerramento da reunião.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmom Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Faço, Paulo Moia Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Annual	Cr\$ 250,00
Semestral	> 130,00
Trimestral	70,00
Aérea anual, mais Cr\$ 100,00;	
semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.	
Número avulso	Cr\$ 5,00
Número atrasado	8,00

Notas Sobre Livros

Os livros se amontoam sobre a mesa. A espera de leitura e de notícia. Todavia, a capacidade do leitor e notificador está sujeita a limites intrinsecamente inclusive porque outras tarefas ocupam o seu tempo. Os autores ou editores, que me fazem o favor de ofertar suas obras, compreenderão certamente porque nem sempre é possível dedicar-lhes nestas notas o espaço desejável. Não estranharão, por isso, que sejam forçados, de vez em quando, ao registro puro e simples dos livros recebidos. É o que faremos por hoje.

Poesias Completas de Bernardo Guimarães — Organização, introdução, cronologia e notas por Alphonse de Guimarães Filho. Edição do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1959.

J. Galante de Souza — O Teatro no Brasil, Tomo I — «Evolução do Teatro no Brasil». Tomo II — «Subsídios para uma Bibliografia do Teatro no Brasil» — Edição do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1960.

Afonso Arinos de Melo Franco — Curso de Direito Constitucional Brasileiro, Volume II — «Formação Constitucional do Brasil». Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, 1960.

Almir de Andrade — O Capital Através das Doutrinas Econômicas. 2ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

Gilberto Freyre — O Velho Félix e Susa «Memórias de um Cavaleante». Incluindo a 2ª edição, revista e aumentada. das Memórias de um Cavaleante, de Félix Cavalcanti de Albuquerque, prefaciado e anotado pelo seu neto Diogo de Melo Meneses e comentado por Gilberto Freyre. Prefácio de Louvival Fontes. Edição Ilustrada. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

Luis da Câmara Cascudo — Canto de Muro. Romance de costumes. Ca-pa de Luis Jardim. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

Dante Costa — Os Olhos nas Mãos. Literatura Brasileira Contemporânea. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.

Libero Luxardo — Marabá. Romance, narrativa e paisagem da Amazônia. Gráfica Falanga Editora. Belém, 1960.

Pedro Nunes — Orações... «Um Livro do Povo, Para o Povo e Pelo Povo, Páginas Extras». Volume I de uma série de 4. Edição do Autor, Rio de Janeiro, 1959.

Angelo Raimundo — Brasília, Paralelo 15. Novela. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1960.

Pedro Ferreira da Silva — Cooperativa sem Lucros. «Uma experiência anarquista dentro da sociedade capitalista». Editora Germinál, Rio de Janeiro, 1958.

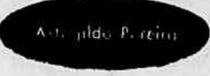
E. Armand — Nova Ética Sexual. Tradução e Introdução de Roberto das Neves. Editora Germinál, Rio de Janeiro, 1960.

José Augusto Garcez — Folclore, Realidade e Destino dos Museus. Artigos, ensaios, discursos. 2ª edição. Livraria Regina Editora, Aracaju, 1959.

Oswaldo Valpassos — Nordeste Pitoresco. Folclore. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1960.

Claudio de Araújo Lima — Ensaios de Psicologia Médica. «Notas críticas sobre o conceito de medicina psicossomática». Bruno Bucini editor, Rio de Janeiro, 1959.

Alguns desses livros, como é fácil de se ver pelos respectivos títulos, escapam à competência do comentarista. Outros, no entanto, se ajustam melhor ao plano das minhas preocupações correntes, e sobre eles é possível que eu volte a tratar mais demoradamente. Tudo questão de tempo.



Ora o Salazar...

Então Eisenhower escolheu Portugal para dali convidar os países do Ocidente para lutar contra os países socialistas? Mas logo Portugal? Para um apelo tão monstruoso só mesmo o cenário português com Salazar mantendo, prendendo, imperando.

É assim mesmo a vida; há coisas espantosamente ridículas que provocariam risos se a gente não sentisse atrás delas o espantosamente monstruoso. Essa de Eisenhower não é a primeira, não será a última. Enquanto isso em Portugal sofre, (todo Portugal está sofrendo há muitos anos) é preso, é mal tratado um escritor homem de muito saber e de muito trabalho grande romancista, criatura de caráter: Aquilino Ribeiro. O país escolhido pelo presidente dos Estados Unidos para a mais provocadora das declarações e o mais abjeto dos apelos quer matar um homem de inteligência e de cultura, vem matando há mais de trinta anos, homens e mulheres que têm uma opinião diferente da dominante e defendem seus direitos de seres humanos que querem viver uma vida de povo livre.

Mas é preciso enganar o mundo, não deixar que outros países e outras gentes fiquem apenas com o conhecimento do péssimo, do ruim, do monstruoso que ocorre no país escolhido por Eisenhower para falar em liberdade e então Portugal mandou um telegrama para o mundo: o sol ali está girando diferente. Não parece anedota? E o cardeal Cerejeira, patriarca de Portugal, ordenou uma investigação para apurar se o sol girou de maneira extraordinária no dia 17 de maio, dia em que completou o primeiro aniversário o monumento do Cristo Rei.

Não é boa? A mim, enamorada do sol, o que me parece é que o querido astro-rei deve realmente estar envergonhado de iluminar aquele país. Girar diferente é bobagem, aliás já contestada pelos astrônomos e astrólogos, mas esconder-se de vergonha creio bem que seja possível. O sol que abençoa crianças felizes dos países socialistas, não pode abençoar crianças órfãs pelo salazarismo, crianças que crescem com medo, vindo em torno de si campear a desgraça, a miséria, as perseguições, os punhos de aço estrangulando gargantas.

Agora que se fala na viagem de JK a Portugal, eu gostaria de aconselhá-lo: não vá não, moço. Não vá porque se lá chegando nada fizer de protesto contra o fascismo salazarista, não outros vamos ficar seus inimigos. Não vá não; Maria Della Costa que teve espetáculos proibidos e sofreu muito por lá, já lhe pediu que não vá. E digo mais: não nos fale em Comunidade Luso-Brasileira que isso é fascismo do pior. Comunidade por quê? Não presidente, mil vezes não. Nosso sol anda direitinho, não fica girando bó-bo e dóido, nem o apelo de Eisenhower pode cair nos corações bem formados. Somos contra a guerra e contra o fascismo. É melhor não ir, presidente.



Tópicos Típicos

Corção ou Corçona — Corção, de um erro ortográfico — extenuado por suas extravagâncias na mesa de Catarina de Sena, tomou uma semana de férias. Já recuperado, voltou domingo à santa mina. Referindo-se ao «amoroso furacão» da mestra, o escriba do «Diário de Notícias» transcreveu:

«escrevo-te no sangue precioso do Filho de Deus, com o desejo de te ver queimado e afogado nesse doce sangue...»

Mais um pouquinho engasgava. Perturbação semelhante ocorreu quando o homem do sobrenome errado discursou num jantar janista. Trechos do discurso, publicado em «Maquis», nº 155:

«... estamos reunidos nessa reunião conjunta para homenagear três homens, dos quais um é mulher (não ficou bem explicado o sexo dos outros dois) ... Jânio vem aí. Jânio vem aí. Vem aí. Vem aí. Ai. Ai. Ai. Ai. Ai...» (Nesse ponto, por gaúdio dos que recebiam seus perdigotos, o orador foi retratado pelos acólitos, dados os evidentes sintomas de apoplexia).

... E o pobre livreiro capitulou. Antônio Olinto e Zora Seljan conseguiram.

Anda intensa a trampolinagem da fauna do suplemento do «Jornal do Brasil».

Na primeira página, o «grunviado Gullar» — um buraco é um buraco — em matéria de que é catedrático, critica o oportunismo de badalante e anti-higiénico Georges Mathieu, «que não perde nem tempo nem oportunidade em se promover a si mesmo».

Mais adiante, Nelson Coelho — introdutor da prática do zenbuidismo no Brasil — cavou velhacamente uma parceria com Henry Miller. Em artigo de 137 linhas, a página quatro, 87 são do escritor norte-americano. O artigo está assinado só pelo Coelho.

José Carlos de Oliveira, que está deixando crescer a barba para enganar o espelho, ocupa quase toda a última página falando sobre o caso Chessman. A laudas tantas, regozija-se:

«De certa forma, um escritor é o camarada que se sente alegre ao saber que um homem na Califórnia, a despeito de sua longa luta contra a impiedade que o ameaça, será conduzido à uma câmara de gás (...). Em toda parte os escritores esfregam as mãos: eis um assunto».

Já no «Correio da Manhã», o saltitante poetinha Waldir Ayala, autor da peça «Mulher, nosso filho vai ser mãe», pergunta sustado: «Onde estão os sapos?» Quem viu os sapinhos do Ayala?



ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS ESTÃO DE ACÓRDO:

Reforma é Mais Social Que Pedagógica

Animados debates de representantes de dezesseis países concluíram que não é possível reformar o ensino na América Latina sem uma luta prévia contra o imperialismo e as oligarquias semifeudais, responsáveis pela situação de atraso em nossos países, pela manutenção de governos antidemocráticos e pela deformação das Universidades.

Encerrado a 23 de maio, o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior contou com a participação de universitários da Argentina (3), Bolívia (2), Brasil (3), Chile (3), Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, Uruguai e Venezuela, além de um estudante da República Dominicana exilado no Brasil.

Como observadores, participaram dos trabalhos um delegado da UIE, dois da COSEC e representantes das uniões estaduais de estudantes, que, a seguir, se reuniram no Conselho da UNE.

Instalação

A falta de rotas aéreas diretas a Salvador, onde se reuniu o Seminário, retardou muito a chegada dos delegados. Daí a presença de apenas cinco delegações na instalação solene, dia 15, na Reitoria da Universidade da Bahia.

Na ocasião, fizeram uso da palavra o Secretário de Educação do Estado, o presidente da União Nacional dos Estudantes, acadêmico João Manuel Conrado Ribeiro, o presidente da União dos Estudantes da Bahia, Oliveira Gonalves, o delegado da UIE, Pedro Alvarez, o da COSEC, Sylvio Mutal, e o representante da Guatemala, Eduardo Gozqueta, que falou em nome dos delegados.

Os trabalhos só começaram efetivamente dia 17, já então com a presença de 10 delegações. Foram votados o regimento interno, o temário e os métodos de trabalho.

O temário do conclave constou de três pontos: «Situação da Universidade Latino-Americana», «Uma política para a Universidade Latino-Americana» e «Conteúdo técnico da Reforma».

Foi adotada pelo plenário a seguinte forma de trabalho: informes sobre o primeiro ponto, lidos na assembléia para conhecimento de todos, e discussão nas comissões para os dois outros temas.

Situação da universidade

Os informes sobre a questão, que deveriam resumir o número de universidades e de alunos, estrutura legal das universidades, sua composição social, orçamento universitário, material técnico e didático, política dos governos quanto à ajuda monetária a universidades particulares, as universidades frente à ditadura, movimento estudantil em cada país e outros aspectos da vida dos estudantes de nível superior, ocuparam totalmente os trabalhos dos dias 18 e 19.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a situação universitária em toda a América Latina é muito semelhante à do Brasil.

Assim, em virtude da seleção econômica e social que se verifica



A proteção de Deus

desde o curso primário, só permitindo às classes média e alta o acesso ao ensino superior, é bastante reduzido o número de alunos em comparação com a população do país.

A discriminação econômica, junta-se, em certos países, à de ordem política. Na Colômbia, após o vestibular, o aluno é entrevistado por professores que o reprovarão à simples suspeita de idéias progressistas.

O número de Universidades e estabelecimentos isolados não atende às necessidades do país, pois há grande quantidade de Faculdades de Filosofia, Direito e Economia, para um número ínfimo de escolas de Engenharia, Química, Medicina, etc. Além disso, a falta de material didático e o distanciamento da realidade social fazem com que as Universidades não cumpram sua função de centros superiores de formação.

O orçamento universitário depende, em geral, de verbas dos governos. Em muitos países, os dinheiros públicos são desviados para Universidades particulares, reduzidas e instrumentos do imperialismo e do conservadorismo. As lutas estudantis pela não concessão desse dinheiro a estabelecimentos privados estão na ordem do dia em muitos países como Brasil, Argentina, Colômbia, etc.

A estrutura legal das Universidades varia em cada país, refletindo as condições econômicas, políticas e culturais. A participação do estudante nessa estrutura, orientando e dirigindo seu funcionamento, já é uma vitória conseguida em muitos países, enquanto outros ainda lutam por obtê-la.

A política a seguir

Das resoluções aprovadas por unanimidade pelo plenário, destacam-se os seguintes pontos:

1 — A luta do estudantado universitário pela reforma e democra-

Os universitários fletam hospedados na Casa de Retiro São Francisco, onde se realizaram as sessões plenárias e as reuniões de comissão. A tranquilidade do ambiente e distância da cidade permitiram a rapidez dos trabalhos e a presença dos delegados a todas as reuniões, como se pode ver pela foto.

Moções Aprovadas

O I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior aprovou, por unanimidade, as seguintes moções:

1 — Condenando energicamente a existência de regimes ditatoriais e coloniais, propõe uma ação de alerta e de luta das Uniões Nacionais de Estudantes para fazer desaparecer essas manchas da vida democrática da América Latina.

2 — Apoio à realização do Congresso Mundial de Juventudes e da Conferência de Povos Subdesenvolvidos em Havana — Cuba, por considerar que esses eventos fortalecerão a luta antiimperialista e antiféudal de nossos povos.

3 — Solidariedade à Federação de Centros Universitários da Venezuela na sua luta contra a Universidade de Santa Maria, em defesa da seriedade e rigor científico do ensino superior e pelo aumento do orçamento educacional do país.

4 — Saudações fraternais ao povo de Cuba e a seu Primeiro Ministro Fidel Castro, aplausos ao trabalho revolucionário do povo de Martí e recomendação aos estudantes da América Latina, através de seus representantes no Seminário, a criação de Comitês de Defesa da Revolução Cubana e a difusão de seus princípios e trabalhos.

5 — Solidariedade irrestrita à luta do povo e estudantes portorriquenhos por sua independência nacional.

6 — Pede aos povos de América Latina que intensifiquem sua luta em apoio ao estudantado e povo panamenhês em prol da nacionalização do Canal do Panamá, pois considera que enquanto o imperialismo norte-americano dominar a Zona do Canal, a causa dos povos latino-americanos se verá constantemente ameaçada pelo contingente armado que ali se concentra, num atentado evidente contra a autodeterminação desses povos.

7 — Dar apoio absoluto ao povo e estudantado de Honduras na luta por exercer sua soberania sobre os ilhas de Cisne, das quais pretende se apoderar o Governo dos EE.UU.

8 — Apoio à luta dos estudantes brasileiros, liderados pela UNE, em prol de uma justa lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

9 — Apoio aos estudantes nicaraguenses na sua luta por maior orçamento universitário e contra a ditadura de Somoza.

Outras importantes moções aprovadas, foram:

10 — Denunciar a chamada «Sociedade Interamericana de Imprensa» (SIP) e as agências telegráficas americanas AP e UPI, como instrumentos do imperialismo norte-americano, para manter intatas as estruturas econômicas coloniais da América Latina, mediante a campanha de descredito da Revolução Cubana e outros movimentos populares.

11 — Apoiar a luta dos estudantes salvadorenhos pela democratização de seu país e pela completa satisfação das necessidades de sua Universidade pelo Governo.

12 — Solidariedade com a justa reclamação dos estudantes equatorianos pela solução pacífica de sua contenda de limites com o Peru.

13 — Condena a política de repressão violenta do Governo francês, de que são vítimas, há cinco anos, o povo e os estudantes argelinos.

14 — Recomendar a todas as Uniões Nacionais Latino-Americanas que trabalhem pela unidade do movimento estudantil mundial.



O estudante salvadoreno, Scharik Jorge Handal, quando falava na sessão solene de encerramento, tendo à sua direita o presidente do Conselho da UNE, representantes do Reitor da Universidade da Bahia, do Prefeito e do Governador, o presidente da UNE e o Secretário da Educação. Na parte inferior da foto, os delegados presentes ao Seminário.

Personalidades prestígiadas

COM A SURSAN TRABALHADOR NÃO TEM VEZ

E' Quase Tudo Para a Zona Sul

Dos dois departamentos da SURSAN, o Departamento de Urbanização é a «menina dos olhos» das verbas destinadas a esta autarquia. Seus recursos se elevam a vários milhões de cruzeiros dos quais uma parte é, de fato, empregada nas obras que beneficiarão a população (é claro que é impossível desviar todos os milhões). A outra parte, bem mais polpuda, se destina a grandes negócios como o do Desmonte do Morro de Santo Antônio.

Uma das grandes falhas da SURSAN está na maneira como realiza suas obras, na desacertada escolha das obras fundamentais de que mais necessita a população do Estado da Guanabara. As obras fundamentais desta autarquia centralizam-se nos grandes empreendimentos urbanísticos como a Avenida Perimetral, o atêrro da Glória e do Flamengo e outros. Enquanto isso, as enchentes continuam matando, provocando o desabamento de várias favelas e deixando um grande número de famílias ao relento; a população das Zonas Norte e Suburbana permanece praticamente sem esgotos, vivendo em condições que não são as de seres humanos.

SURSAN e as classes

O próprio Plano de Realizações da SURSAN, elaborado quando de sua criação, encerra uma nitida diferenciação entre as Zonas Norte e Sul da cidade, em benefício da Zona Sul. E', portanto, às necessidades desta parte da população, que constituem uma minoria, que o Plano atende. Mas, sabemos perfeitamente que a maioria da população é constituída por mais de 1 milhão de operários e trabalhadores que vivem principalmente na Zona Norte, nos subúrbios e nas favelas desta «Cidade Maravilhosa».

Vejam os Plano de Realizações. No que diz respeito aos túneis, todos eles estão localizados na Zona Sul, sendo que só Copacabana conta com três: Barata Ribeiro-Raul Pompéia, Teneiros-Pompeu Loreiro e Sá Ferreira-Nascimento Silva. Até mesmo o Catumbi-Laranjeiras, que pode talvez nos iludir pelo fato de Catumbi ser Zona Norte, tem como objetivo a ligação Cais do Pôrto-Copacabana.

Das grandes Avenidas, excluindo a Avenida Radial-Oeste, todas as outras vêm beneficiar o tráfego da Zona Sul e do Centro da Cidade. Por exemplo, a Avenida Beira-Mar, a Avenida Norte-Sul (que inclui as duas zonas), a Radial-Sul, a Perimetral e outras. O famoso Desmonte do Morro de Sto. Antônio e atêrro da Glória e do Flamengo tem como objetivo facilitar o escoamento do tráfego da cidade para o Zona Sul. E é de se notar que enquanto as obras da Radial-Oeste prosseguem a ritmo lento e nada é feito para diminuir o sofrimento dos milhares de trabalhadores que se servem diariamente da Central do Brasil e da Leopoldina, o túnel Barata Ribeiro-Raul Pompéia já foi entregue ao tráfego e foi concluída uma pista de alta velocidade no atêrro.

Contradições da SURSAN

De fato, o Plano de Realizações da SURSAN é mais falho ainda. Com problemas tão sérios e gritantes como o da falta d'água constante em todos os pontos da Cidade, o das escolas e muitos outros, bilhões de cruzeiros do povo são destinados à construção de grandes obras urbanísticas, de importância secundária para uma população tão sacrificada como a nossa. Não se pode pensar em pistas de alta velocidade quando há inúmeras favelas a serem urbanizadas, quando apenas 1/3 da população se beneficia da rede de esgotos, quando as torneiras das casas ficam secas durante semanas a fio por causa da falta d'água, e filas intermináveis de homens e mulheres se formam à frente das escolas para conseguir uma vaga para seus filhos,

Mas as obras urbanísticas aí estão sendo realizadas e, apesar dos seus grandes defeitos sociais, têm também seu mérito. São, realmente, grandes empreendimentos e solucionarão alguns problemas. Dentre estas obras urbanísticas, algumas serão construídas até o final deste ano ou início do próximo. Segundo o sr. Maia Penido, Presidente da SURSAN, a Avenida Perimetral será entregue no dia 31 de outubro deste ano, estando aberta ao tráfego a partir de 21 de janeiro de 1961.

Perimetral e Radial-Oeste

A Avenida Perimetral, que teve sua conclusão retardada por motivos técnicos e de demolições de prédios, tem como objetivo a travessia do centro da Cidade em condições satisfatórias, possibilitando o acesso em tempo mínimo da Praça do Congresso à Praça Mauá. Para evitar o tráfego intenso do centro da cidade serão utilizadas pistas elevadas, com sistemas de rampas para ligar as pistas elevadas com as pistas do solo. A pista elevada terá 21m de largura, 6 faixas de trânsito de 3,30m e passeios laterais. O trecho até a Praça 15 de Novembro, com um comprimento de 710 m já está quase pronto, e os 350 m que separam a Praça 15 de Novembro da Avenida Presidente Vargas serão em breve iniciadas. Restarão depois cerca de 700 m a serem construídos até a Praça Mauá. Está ainda em fase de estudos o seu prosseguimento até a Avenida Brasil.

A Radial-Oeste será a principal via de escoamento do tráfego que se destina à Zona Norte e aos Subúrbios da Central. Sua construção divide-se em duas etapas. A primeira, com uma extensão de 2.500, irá da Praça da Bandeira até a rua S. Francisco Xavier, abandonando o traçado sinuoso da Avenida Maracanã. O primeiro trecho da Radial-Oeste que vai do viaduto de S. Cristóvão até a rua Mata Machado, ficou pronto em janeiro de 1956. Em fevereiro do ano corrente foi entregue ao tráfego o trecho da avenida desde a Praça da Bandeira até a rua General Canabarro, pela primeira pista.

Nova Praia do Flamengo

Com o Desmonte do Morro de Santo Antônio, duas obras novas foram realizadas: o atêrro da Glória e do Flamengo e a Avenida República do Chile. Na faixa litorânea construiu-se uma pista de alta velocidade desde a Esplanada do Castelo até o Morro da Viúva, com 8 m de largura, permitindo o rápido escoamento de veículos. Em virtude do atêrro do Flamengo, os banhistas perderam a sua praia. Segundo o eng. Raposo de Almeida, diretor de Urbanismo da SURSAN, entretanto, deve ser entregue a nova praia do Flamengo no próximo verão. O plano é restabelecer a praia desde a rua 2 de Dezembro até a Av. Rui Barbosa, facilitando aos banhistas a travessia do atêrro com duas passagens subterrâneas.

Quanto aos túneis, já está sendo traçado o de Barata Ribeiro-Raul Pompéia. Este túnel veio solucionar o problema da duplicidade de mãos na Av. N. Sra. de Copacabana.

O túnel Catumbi-Laranjeiras, parte do sistema de ligação Cais do Pôrto-Copacabana, está incluído entre as grandes obras da SURSAN. Dotado de duas pistas de 7 m, terá iluminação indireta, perfeito sistema de sinalização, seis guardas ao longo do túnel, em nichos ventilados, que controlarão a renovação do ar no seu interior, e que estarão em contato direto com as centrais de comando localizadas nas duas bocas do túnel. Atualmente, restam a perfurar 50m correspondentes à parte central do túnel. Em fins de 1958 já haviam sido pagos em contratos pela SURSAN pouco menos de 335 milhões de cruzeiros. Segundo a SURSAN deverá ser entregue até setembro de 1960 ao tráfego.



Comício no hospital

Indignados com o descaso dos Institutos, que não pagam a subvenção para manter os associados enfermos internados no Sanatório de Curicica, um grupo reuniu-se para discutir uma maneira melhor de levar a público o seu protesto. A presença da reportagem de NR resolveu.

IAPS NÃO PAGAM INTERNADOS DE CURICICA

Fome Mata Antes da Doença

Reportagem de JOÃO MASSENA MELO

— Enquanto os fornecedores continuam a fazer entrega de arroz e feijão, o hospital continuará aberto. — A dramática declaração feita pelo dr. Rui Tourinho, diretor do Sanatório de Curicica, durante um reunião realizada há dois meses com os internados daquela Casa de Saúde, revela a situação a que chegou a assistência aos trabalhadores enfermos em nossa pais.

O sanatório, que abriga mais de mil trabalhadores tuberculosos através convênios com os Institutos de Previdência encontra-se em situação calamitosa, devendo mais de 70 milhões às firmas fornecedoras de gêneros e medicamentos, em virtude de um conflito criado com as entidades que o subvencionam. O crescente aumento do custo de vida elevou as despesas hospitalares e obrigou a diretoria do hospital a uma reavaliação do custo do leito-dia (antes era Cr\$ 280,00) para Cr\$ 560,00. Com isto não concordaram os Institutos que mantêm convênio com o nosocômio, a maioria dos quais continua a pagar os preços antigos, com exceção do IAPI e do IAPM. O primeiro concordou em elevar as suas contribuições na base de Cr\$ 500,00 e o segundo na base de Cr\$ 400,00 por leito-dia.

Apesar disso, a situação do Sanatório continua difícil e os déficits crescem assustadoramente. O tratamento aos internados baixa de qualidade, pois a administração do hospital não tem meios de adquirir os produtos essenciais e quando o faz recebe de má qualidade.

Institutos não pagam

A reportagem de NR visitou o Sanatório, manteve contato com os enfermeiros, manteve contato com os enfermos. Todos foram unânimes em criticar a atitude de instituições como o IAPC, IAPM, LBA e IPASE, que ficam às vezes até 8 e 10 meses sem efetuar os pagamentos devidos à casa de saúde. Resaltando a honestidade da diretoria do hospital, que luta com dificuldades para dar uma assistência melhor aos internados, assinalaram que a maior responsabilidade pela situação atual cabe aos Institutos de Previdência.

Em sua entrevista a NR, o dr. Rui Tourinho, diretor do nosocômio, afirmou inicialmente que, «apesar de o hospital jamais ter deixado faltar para os internados os medicamentos essenciais ao seu tratamento, os constantes déficits nos orçamentos, motivados pelos constantes altas do custo de vida, vêm prejudicando sobremaneira as atividades do estabelecimento.

— As verbas não são suficientes — acrescentou — e, apesar dos esforços que realizamos, administração e equipe médica, estamos sempre subordinados a essa conjuntura, pósto que o ponto de partida está na solução do problema econômico-social

Revelando a reportagem que o número de pedidos de internamento que não podem ser atendidos é grande, o dr. Rui Tourinho expressou sua preocupação pelo destino dos enfermos que não podem ser atendidos.

«Não sabemos onde o doente irá cair, após sair daqui com o seu pedido de internamento recusado... essa é a triste realidade.

Após assinalar que todos os enfermos que são tratados no hospital de Curicica são trabalhadores, reportou-se ligeiramente às medidas de ordem geral no sentido de uma solução radical do problema da tuberculose no país.

— Quando os trabalhadores ganham maiores salários; quando melhores forem suas condições de trabalho e de vida, incluindo-se o repouso necessário, o conforto digno de um homem que trabalha no pesado; quando os ganhos provenientes de sua produção diária forem realmente compensadores, possibilitando-lhes melhores condições de higiene, dando-lhes também uma vida de menos preocupações no amanhã, então teremos percorrido o caminho para solucionar o problema da tuberculose onde ela se apresenta com maior incidência: entre os trabalhadores.

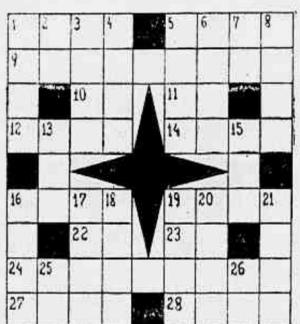
Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 13

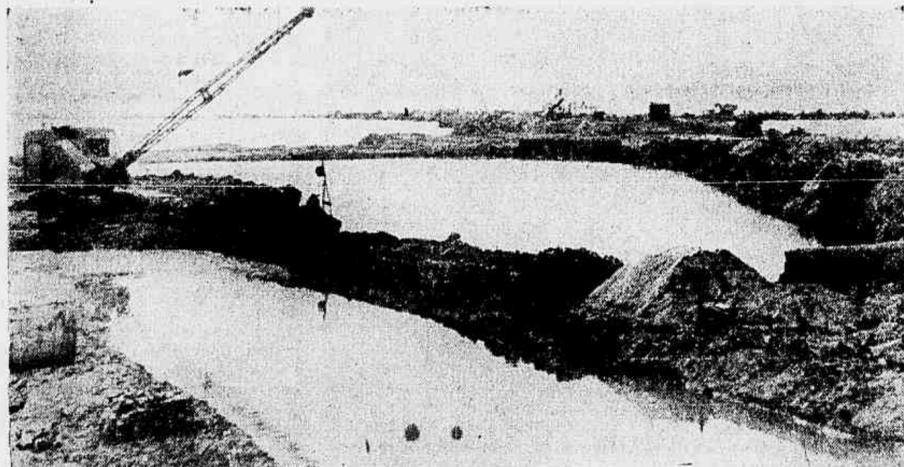
HORIZONTAIS: 1 — Do feito do ovo. 2 — Siga; ande. 3 — Terra arrotada própria para cultura. 4 — Raça; casta. 5 — Sete menos um. 6 — Que não é baixa. 7 — Sexta nota musical. 8 — Uma das cinco partes do globo. 9 — Achar graça. 10 — Viscera dupla que segrega a urina. 11 — Nome dado às Senhoras em geral. 12 — Ave pernalta (pl.). 13 — Desmoronar-se. 14 —

Beira; margem. 21 — Homem de pequena estatura. 25 — Décima sétima letra do alfabeto grego. 26 — Interjeição, Espanhol.



RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 12

HORIZONTAIS: 1 — Aba; 4 — Ais; 7 — Enfiote; 10 — Loanto; 12 — Ad; 13 — Rua; 14 — Ano; 15 — Mal; 17 — Oco; 18 — Cal; 20 — Ida; 21 — Tu; 22 — Moroso; 25 — Ilacoe; 27 — Loa; 28 — Ovo. VERTICAIS: 1 — Au; 2 — Abusiva; 3 — Cid; 4 — Ao; 5 — Itacoe; 6 — Sed; 8 — Ana; 9 — Noa; 11 — Oráculo; 13 — Nodoso; 19 — Jmá; 20 — Ito; 21 — It; 23 — Oca; 24 — Omo.



Caminhos do Sul

Quando o Rio era D.F., os prefeitos faziam planos de melhoramentos, olhando sempre para o Sul, a zona Norte não existia. A maior parte do que ficou por fazer é de e para lá. Esperamos que no Estado da Guanabara as coisas sejam diferentes.



Cidade Ameaçada (II)

PARA o modesto cinema brasileiro filmes como Cidade Ameaçada representam um passo a frente. Hoje pode-se dizer que caminhamos para a frente no sentido industrial da cinematografia. Mesmo as famosas chanchadas que se fabricam no Rio e em São Paulo já possuem um padrão técnico mais do que aceitável. Artisticamente, porém, a evolução tem sido mais lenta, demarcada pela lenta e pouco acrescentada. Daí a satisfação que nos trazem películas como esta e a recente produção de Walter Hugo Khouri — Na Garganta do Diabo. Ambas têm valor intrínseco pelas suas qualidades cinematográficas (fotografia, montagem, interpretação, etc) mas o mérito principal reside na história contendo elementos característicos de nosso país e de seu povo. Embora tratando temas situados em épocas diversas (um capítulo da guerra do Paraguai e um fato da atualidade) Na Garganta do Diabo e Cidade Ameaçada estão no caminho que levará o cinema brasileiro à maturidade artística.

X—X—X

VOLTANDO ao filme de Roberto Faria, é preciso repetir que suas intenções são bastante modestas e que o tema policial já foi explorado até quase a exaustão pelo cinema norte-americano. Justamente, o argumento de Alinor Azevedo procura dar características locais ao drama fugindo inteiramente à cópia de modelos hollywoodianos. Todos os sentidos e reflexos da realidade que nos cerca quer na paisagem quer no linguajar, quer no comportamento das personagens.

A simplicidade da história, que não pretende mais que contar a promoção de um simples assaltante a grande bandido, tem o tratamento cinematográfico apropriado: fotografia funcional corte rápido, diálogos curtos. Diga-se, de passagem, que as imagens em preto-e-branco de Tony Babatoni são de primeira ordem e podem figurar entre os melhores trabalhos de iluminação dos últimos anos. Diferentemente de outras produções, Cidade Ameaçada trata de assunto sério sem negativismo e toque sentimental é sóbrio. Os papéis secundários defendidos por Ana Maria Nabuco, Eugênio Kusnet, Milton Gonçalves, Mozael Silveira e outros estão num plano tão bom quanto o do núcleo central.

De nossos aplausos a realização do moço Roberto Faria não se desprenda que a fita esteja isenta de defeitos. As imperfeições existem, talvez, o prolongamento de algumas seqüências chegou a quebrar atmosfera de tensão e o ritmo. No conjunto, no entanto, são apenas detalhes. Em Cidade Ameaçada existe algo de mais importante que a unidade temática e plástica, numa afirmação vigorosa do talento do diretor e seu desejo de passar a vós mais altos.

Teatro Beatriz BANDEIRA

«O Cavalinho Azul»

O teatrinho do «Tablado» está apresentando em duas sessões aos sábados e domingos, à tarde, a peça de Maria Clara Machado «O CAVALINHO AZUL». Uma às 15, outra às 17 horas. Do texto em si, podemos dizer que se trata de um poema, em primeira mão de ternura, para o qual Anna Letycia com seus cenários, Reginaldo de Carvalho com sua música, criaram um clima de sonho e de lirismo que ainda mais o valorizam. O menino Vicente possui um único e grande amigo na vida: um velho pangaré cansado, magro e trêpego. Com ele conversa, com ele sai a passeio, a ele transmite seus sonhos de aventura, de conquista do mundo, seu desejo de viajar até «às capitâneas hereditárias». E a seus olhos de amigo, o velho pangaré parece um guapo cavalinho, robusto e elegante, azul da cor dos sonhos das crianças, com longas crinas e cauda prateadas. Mas o pai de Vicente é pobre e aquele animal que já não colabora e dá grandes despesas de alimentação é um peso morto que precisa ser vendido. Sem o amigo o menino vai em grande tristeza. Resolve sair pelo mundo à procura do cavalinho azul. Vai ter a um circo. Um circo muito pobre onde há um delicioso palhaço, três elefantes (aos quais Maria Clara dirigiu e Marie Louise e Dirceu Nery confeccionando, deram tal realidade que poderíamos dizer que «só faltam falar») e três músicos muito excêntricos que, impressionados com a descrição que o menino faz de seu fantástico cavalinho e cheio de ambição, resolvem apressar-se dele. No circo Vicente conhece uma menina a quem revela a finalidade de sua peregrinação. Esta, enternecida, resolve ajudá-lo acompanhando-o. E lá se vão os dois, de cidade em cidade, perguntando a todo mundo: se viram um cavalinho azul de longa cauda prateada... Por outro lado, os três músicos, carregando os instrumentos, nos quais escondem suas armas, viajam à noite, para não serem vistos, prontos a assaltar os dois jovens e tomar-lhes o cavalinho azul, assim que o encontrarem. Em suas andanças encontram muita gente: soldados, vendedores, lavadeira, homens. E todos seguem agitados, inquietos, apressados, de tal maneira embrutecidos em suas ocupações, que não lhes sobra tempo nem olhos para ver um «cavalinho azul». Apenas uma pessoa o viu, uma adorável velhota louca que, como as crianças e os poetas, vive em pleno sonho.

Por fim, exausto e só — a menininha cansada voltou à casa — Vicente adormeceu ao lado de João de Deus, velho de longas barbas, que ele confundiu com o próprio Deus. Ao despertar encontra o seu velho pangaré magro e trêpego, transformado pelo poder do sonho em um belo e ágil cavalinho azul de crinas prateadas. Voltam os dois juntos para sua cidade. Na cena final, como em um picaresco, o menino incita o cavalo: vamos meu cavalinho vamos... E ele parece que vai criar asas, e subir incorporando no céu azul que serve de fundo à cena...

É um espetáculo que nos faz pensar no Pequeno Príncipe, em Platão e Eu e no suave Bambi dos desenhos animados. Os pais devem levar seus filhos. Preço da entrada, Cr\$ 60,00. Se tem um defeito. Acaba depressa. Deixa saudades na gente.

LUTA DUROU UM MÊS

Turcos Resolveram Mudar: Japão: Kishi Prêso Derrubado Governo

Há um mês as manifestações se sucediam na Turquia, apesar do estado de sítio, a proibição das reuniões de mais de cinco pessoas e as milhares de prisões.

O governo Menderes teve a pretensão de esmagar a oposição, acusando-a de atividades «subversivas» e «antinationais». Uma lei especial, votada pela maioria da grande assembleia nacional, atribuiu às comissões parlamentares poderes de exceção, que permitiam proibir qualquer crítica e condenar, sem apelação, todos os infratores. Essas medidas eram tomadas por um regime que já tinha lançado na prisão, pelo menor pretexto, diretores e redatores-chefes de jornais.

Um mês de manifestações

Os ânimos mais se exaltaram quando o chefe do partido republicano do povo, o ex-presidente Ismet Inonu, foi suspenso do parlamento por doze sessões. A 27 de abril os estudantes turcos, seguindo o exemplo de seus colegas sul-coreanos, promoveram manifestações nas principais universidades de Istambul. A polícia usou bombas lacrimogêneas. No dia seguinte novas manifestações aos gritos de «Liberdade! liberdade!». A polícia atira, fazendo cinco mortos e vários feridos. Proclamou-se a lei marcial. No entanto, o movimento se estende logo à capital, Ankara. Ali também a polícia espingardeia e assassina estudantes.

A 1.º de Maio, o governador militar de Istambul impôs à população um toque de recolher de 24 horas, e os tanques e metralhadoras percorriam as ruas desertas.

No dia seguinte, na mesma hora em que o ministro turco das relações exteriores, Zorlu, saudava seus colegas do «mundo livre» na reunião da OTAN, milhares de pessoas promoviam uma demonstração diante do edifício onde tremulavam

as bandeiras dos países membros da OTAN, ainda aos gritos de «Liberdade! Liberdade!». A polícia e o exército as expulsam com uma brutalidade excepcional. No entanto, não transcorria um só dia sem novas manifestações.

Se, ainda por mais três semanas, a oposição se manteve firme, apesar das medidas extraordinárias que chegavam até mesmo a proibir as festas de casamento ou as reuniões dos conselhos de administração de sociedades privadas, era porque tinha a seu favor a maioria da população, apesar dos discursos otimistas de Menderes.

«Democracia e prosperidade»

O que vai acontecer agora? Os chefes militares que acabam de tomar o poder anunciaram sua intenção de organizar eleições livres. Autorizaram o reaparecimento dos jornais suspensos por Menderes.

Em 1957 o partido democrata de Menderes conseguiu 300.000 votos a menos do que os partidos da oposição. No entanto, uma lei eleitoral que proibia a coalizão desses partidos, garantiu, graças a muitos truques, a vitória da camarilha no poder.

Três quartos dos habitantes vivem no campo, com condições de trabalho feudais. Estão subordinados ao arbítrio dos «agras», grandes proprietários de terra e verdadeiros potentados locais.

Os operários devem contentar-se com uma alimentação constituída de algumas azeitonas ou tomates.

O índice dos preços por atacado se elevou de 14,4% de dezembro de 1956 a dezembro de 1957, e aumentara ainda 15,2% durante o primeiro semestre de 1958, continuando os salários praticamente os mesmos.

A «prosperidade» turca favorecia sobretudo as grandes empresas estrangeiras (americanas, inglesas ou alemãs), os latifundiários e os po-

líticos corruptos. Bayar, presidente da república, era um grande banqueiro; Menderes, latifundiário, era o testa-de-ferro dos «agras».

As condições para uma política nova

A Turquia é considerada o baluarte da aliança atlântica. Dez mil oficiais, soldados e técnicos americanos estão ali instalados nas bases anti-soviéticas espalhadas por todo o país. A este, porém, isto custa caro. As despesas militares trazem 30% da receita orçamentária. O fato de que o avião-espião U-2 tenha partido da base da Adana mostra que essa política poderia provocar uma verdadeira catástrofe.

Os novos dirigentes se dizem herdeiros do testamento político de Kemal Ataturk redigido em 1913. Este aconselhava a juventude preservar a independência econômica do país. É, porém, difícil respeitar essa vontade quando se proclama, ao mesmo tempo, adesão à OTAN e ao CENTO.

Ismet Inonu pretendia governar igualmente segundo os princípios do fundador da Turquia «moderna». Não aceitou a doutrina Truman, que abriu as portas ao avassalamento do país.

As bases sociais dos partidos que apóiam Menderes e Inonu são, aliás, sensivelmente as mesmas, e o regime instaurado por este não era nada mais democrático que o de Menderes.

O Partido Comunista Turco está na ilegalidade desde 1921. Há 39 anos a mais dura das repressões entrava seu desenvolvimento. Várias centenas de seus militantes ainda se acham na prisão.

Nada indica que o general Gursel pretenda seguir um caminho verdadeiramente democrático mas as manifestações sem precedentes que resultaram na queda de Menderes mostram que o povo turco deseja transformações profundas. Será difícil, sem dúvida, enganar-lo. Quando os homens se dispõem a morrer pela liberdade é claro que não vão se contentar com uma simples volta ao passado.

Concurso da Rádio Moscou

A Rádio Central de Moscou está transmitindo diariamente para o Brasil, uma emissão diurna de 13,30 às 14 horas, hora do Rio de Janeiro, pelo comprimento de onda de 16 metros, nas frequências de 17,78 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Como anteriormente, a emissão principal da Rádio de Moscou para o Brasil continua sendo das 19 às 21 horas, hora do Rio de Janeiro. Poderéis ouvi-la diariamente no comprimento de onda de 16 metros, nas frequências de 17,82 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Em 19 metros, nas frequências de 15,10 megacíclos a 15,44 megacíclos. E, em 25 metros, nas frequências de 11,79 megacíclos a 12,02 megacíclos.

CONCURSO
Todas as quartas-feiras, às 20,30 horas, é transmitido um programa especial (Rádio Universidade), com interessante concurso e distribuição de prêmios.

Japão: Kishi Prêso 8 Horas Pelo Povo

As 11 horas do dia 26, o primeiro ministro japonês Nobosuke Kishi entrou no Hotel Prince para discutir com seus conselheiros a situação de seu Governo. Na rua, diante do edifício do Parlamento, a pequena distância do hotel, aumentava cada vez mais o número de manifestantes que desde as oito horas se concentravam às portas do Parlamento para entregar abaixo-assinados contendo centenas de milhares de assinaturas contra a aprovação do novo «tratado de segurança» nipo-norte-americano.

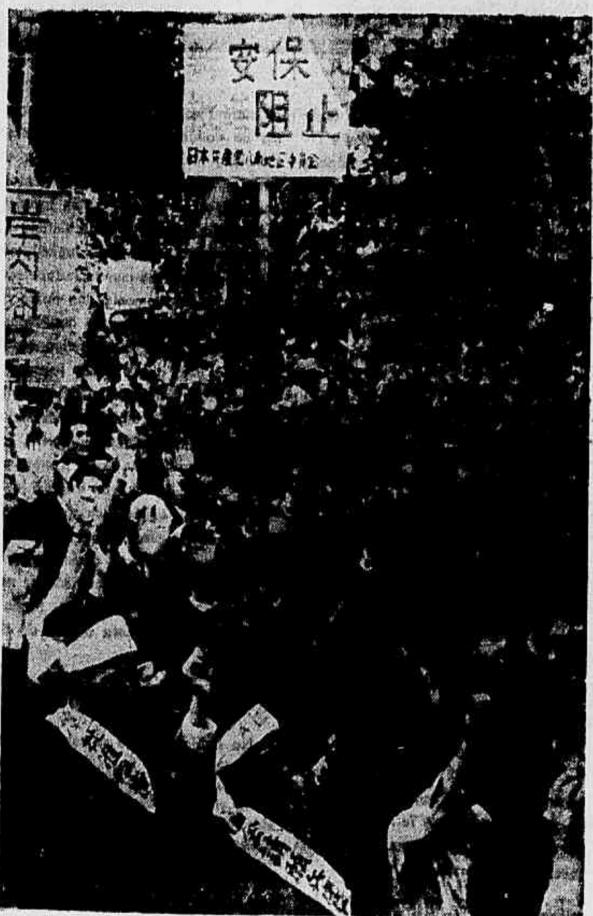
As 14 horas, escoltado por cinco mil policiais, Kishi entrou no Parlamento pela porta dos fundos, como um gato. Imediatamente, todas as portas e janelas do edifício foram herméticamente fechadas, apesar do calor reinante. Enquanto isto, um ajudante de ordens do premier telefonava para sua casa a fim de avisar que ele tinha entrado no Parlamento «são e salvo». Dentro do edifício, Kishi e seus auxiliares podiam ouvir os brados dos manifestantes na rua, que a essa altura já somavam mais de duzentos mil.

As 22,30 horas, finalmente, Kishi criou coragem e saiu, mais uma vez pela porta dos fundos, entrando rapidamente num automóvel que partiu em disparada para sua residência, contando desta vez com a proteção de doze mil policiais, além de grande número de tanques, «jeeps» e caminhões, para proteger sua retirada. Alguns dias antes o embaixador norte-americano no Japão, Douglas Mac Arthur Junior, declarou que as manifestações contra o eixo Japão-EUA não representavam a «opinião pública japonesa». Por que, então, o primeiro ministro Kishi precisava de tantos «protetores»?

10 milhões contra

A verdade é que a imensa maioria do povo japonês condena a política seguida por Kishi, que para se manter no poder precisa da proteção especial da polícia. Só nos últimos meses o parlamento japonês recebeu memorialis contendo mais de dez milhões de assinaturas contra o tratado de segurança com os Estados Unidos. Dezesseis campanhas de âmbito nacional foram realizadas nos últimos meses por um comitê que reúne as duas centrais sindicais japonesas, as associações de professores, artistas, advogados, ex-combatentes, as entidades estudantis todos os partidos da oposição e várias outras organizações culturais e sociais de todo o país.

Na manifestação diante do Parlamento, por exemplo, participaram 30 mil estudantes, 3 mil professores universitários, artistas, escritores e outros intelectuais, 30 mil representantes de centenas de prefeituras e assembleias municipais, 50 mil funcionários dos ministérios, etc. Depois da saída sorrateira de Kishi do Parlamento, várias colunas de manifestantes desfilaram pelas ruas centrais de Tóquio, durante quatro horas, diante de grande massa popular, só se dissolvendo a manifestação pouco antes do amanhecer. No mesmo dia, em todo o Japão, cerca de 5 milhões de pessoas tomaram parte em greves parciais, comícios, desfiles, e



Abaixo o tratado!

outras manifestações, principalmente nas cidades de Osaka, Kobe, Iokohama, Nagasaki e por todo o país, exigindo a revogação do tratado de segurança com os Estados Unidos, a dissolução do Parlamento, a demissão do Governo de Kishi com todos os seus ministros e a convocação de novas eleições.

Farsa parlamentar

O Governo de Kishi, pressionado pelos Estados Unidos, quer aprovar o tratado de segurança antes da projetada visita de Eisenhower ao Japão, marcada para 19 de junho. Diante da enorme oposição popular ao tratado, os próprios membros do Partido Liberal de Kishi começaram a temer a sua aprovação. A situação tornou-se ainda pior para a clique pró-imperialista porque o Parlamento deveria entrar em recessão no dia 26. Um dia antes, Kishi mandou mil policiais para o recinto da assembleia e expulsou todos os parlamentares que se opunham ao tratado. Depois disso, então, só estando no recinto membros do Partido Liberal, a Câmara Alta do Parlamento resolveu adiar a atual sessão por mais cinquenta dias, tempo suficiente para pôr em ação a farsa que Kishi planejou.

Esta farsa consiste em utilizar um dispositivo reacionário da Constituição japonesa, segundo o qual se uma questão for discutida durante trinta dias sem que se chegue a uma solução, na Câmara Alta, a proposta será considerada como aprovada pelas duas câmaras do Parlamento. Não podendo contar nem com todos os votos de seu partido, depois que líderes influentes como Tanzan Ishibashi, Ichiro Kono e Kenso Matsumura e mais trinta deputados condenaram sua política, Kishi conta com esta manobra para cumprir a missão que lhe foi confiada pelos EUA.

Os estudantes japoneses têm desempenhado um papel importante na luta contra o tratado de segurança com os Estados Unidos e a política do governo de Kishi, realizando grandes manifestações.

Democracia «made in Japan»

A história da aliança entre o imperialismo norte-americano e o japonês começou em 1945. Terminada a guerra, os Estados Unidos se apressaram a firmar a paz em separado com o Japão, garantindo seu domínio sobre o país. Os imperialistas e militaristas norte-americanos queriam ter uma ponta-de-lança no Pacífico e, ao mesmo tempo, evitar que a poderosa burguesia japonesa prejudicasse seus próprios interesses. O imperador Hiroito e os círculos políticos, econômicos e militares japoneses responsáveis pela invasão da China e a deflagração da guerra no Oriente foram cuidadosamente conservados nos pontos-chave da política e da economia. O próprio Kishi foi figura de proa do Governo do criminoso de guerra Togo.

Durante vários anos, o verdadeiro «dono» do Japão foi o general Douglas MacArthur. Foi ele que redigiu a Constituição japonesa, foi ele que dirigiu a reorganização da agricultura e da indústria do país, sempre com o propósito de defender as posições dos grupos imperialistas, e ao mesmo tempo que impunha a dependência da economia japonesa aos monopólios ianques. Criando um estado policial e armando um aparelho de opressão dos mais poderosos, ao mesmo tempo que tolia as liberdades democráticas e sindicais, os imperialistas ianques e japoneses fizeram com que os trabalhadores reconstruíssem toda a economia nacional destruída pela guerra em proveito da burguesia japonesa ligada aos EUA, representada pelo Partido Liberal. Depois de 15 anos de opressão, o sistema começa a ruir. E é por isso que Kishi tem que levar um verdadeiro regimento de policiais toda vez que sai na rua.

Homenagem do Povo Carioca ao Presidente de Cuba

O programa da visita do presidente do Dalcós e da delegação governamental de Cuba foi alterado para que pudesse ser realizada uma homenagem popular aos representantes da revolução cubana. A homenagem será realizada sexta-feira, dia 3, às 19 h, na sede da União Nacional dos Estudantes, à Praia de Flamengo, n.º 13. O presidente de Cuba está acompanhado pelo ministro do exterior Raul Roa, ministro da agricultura Pedro Mi-

ret Prieto, ministro da presidência, Carlos Buch, chefe das forças armadas, Juan Almeida, diplomata Levi Marrero e outros funcionários e suas esposas. A homenagem a ser prestada à delegação é patrocinada pela União Nacional dos Estudantes, a Sociedade de Amizade Brasil-Cuba, entidades sindicais, parlamentares, intelectuais, e várias outras personalidades, esperando o comparecimento do grande massa popular

Nota Internacional

Brasil e Portugal

O governo brasileiro continua disposto a realizar a visita do presidente Juscelino Kubitschek a Portugal, apesar de já estar claro que a opinião pública brasileira condena esse ato de prestígio à ditadura portuguesa. Várias personalidades representativas da colônia portuguesa entre nós também já tiveram oportunidade de ressaltar a inoportunidade desse suposto estreitamento das relações entre os dois países, uma vez que a ditadura salazarista que oprime o bravo povo lusitano não o representa de modo algum e está com seus dias contados. Uma visita do presidente brasileiro a Portugal agora só pode ter conseqüências negativas para o futuro da amizade entre os dois povos.

O governo brasileiro criou um crédito de confiança com o povo português ao conceder asilo diplomático ao general Humberto Delgado, depois de tragado, aumentou este crédito de confiança ao ceder à grande pressão da opinião pública e permitir a realização da I Conferência pela Anistia dos Presos e Perseguidos Políticos da Espanha e Portugal, em São Paulo. A acolhida da ditadura salazarista a estas medidas pode ser vista como o que impedida de cumprir sua temporada em Portugal pela ação de grupos fascistas com a conivência da ditadura.

Mesmo que a visita do presidente brasileiro tivesse objetivos meramente formais, ela seria condenável. Entretanto informa-se que o sr. Juscelino Kubitschek estaria disposto a assinar um tratado com o governo português prevendo uma coordenação ou mesmo uma identificação da política externa dos dois países. É de se prever, então, que o Brasil teria que apoiar a política colonialista da ditadura salazarista na África e na Ásia de opressão violenta dos povos da Angola, da Guiné «Portuguesa», de Moçambique, etc. Em outras palavras, além de apoiar uma ditadura que já começa a cambalear em Portugal, o governo brasileiro se dispõe a dar cobertura a um dos sistemas coloniais mais atrasados e que começa a se dobrar sob os golpes dos povos afro-asiáticos.

Dois anos se passaram desde o lançamento da Operação Pan-Americana à qual o governo brasileiro pretendia dar o caráter de movimento pela democracia e a emancipação econômica e política de nosso continente e mais uma vez é o próprio governo que se encarrega de mostrar a verdadeira face da OPA. Depois das andanças do sr. Horácio Lafer ao Paraguai para dar fôlego ao ditador Stroessner, é agora o próprio sr. Kubitschek que se prepara afito para correr em auxílio ao cambaleante ditador e colonialista Salazar.

Fausto Cupertino

Singman Rhee procura salvar o pescoço

O ex-ditador da Coreia do Sul Singman Rhee fugiu do castigo popular num avião norte-americano, passou por Honolulu e deverá se dirigir em breve para sua verdadeira pátria, os Estados Unidos. A medida que iam sendo descobertos e provados novos crimes cometidos durante os doze anos de tirania imposta pelo fítere e seus patrões ianques, o medo de Singman Rhee foi crescendo, até que resolveu botar asas, um dia depois de ser acusado de ter-se apoderado de pelo menos vinte milhões de dólares. A conivência do governo provisório sul-coreano chefiado por Huh Chung com a fuga de Rhee aumentou ainda mais o descontentamento popular contra a política de conciliação e desistência do atual governo. Em demonstrações de massa realizadas em todas as cidades do país, centenas de milhares de estudantes e trabalhadores exigem a dissolução do atual Parlamento, «fabricado» por Rhee, e a convocação imediata de novas eleições.

«Time», racismo e colonialismo

Além de explorar e oprimir os povos coloniais, os imperialistas ainda se julgam com o direito de zombar do atraso e da ignorância a que os submetem. O «Time», por exemplo, em seu número de 23 de maio, dá largas à sua vocação de racismo e colonialismo contra os povos africanos. Sabendo que qualquer ataque direto aos africanos desmoralizaria ainda mais a revista, procura então fazer «humorismo».

Diz o «Time» que várias companhias ianques na África às vezes descobrem que os africanos utilizam seus produtos de forma inédita, citando como exemplo: as mulheres grávidas ingerem grande quantidade de tinta com a esperança de que seus filhos nasçam sabendo escrever; em algumas regiões os africanos usam graxa de sapatos como creme de rosto e brilhantina em sandálias. Para o «Time» a miséria dos africanos é engraçada. Pimenta no olho dos outros é refresco. ...

Camboja não cede aos EUA

Não há dúvida de que as coisas estão pretas para o imperialismo na Ásia. Além dos grandes movimentos de massa da Coreia do Sul e do Japão, que prenunciam modificações naqueles países por toda a região do sueste asiático o sistema de «alianças» dos ilteres locais com os Estados Unidos e a Inglaterra ameaça cair por terra. Ultimamente, os Estados Unidos, com a ajuda da Laos e do Viet-Nam do Sul procuraram pressionar o Camboja para que este abandonasse sua tradicional política de neutralidade positiva e de amizade com a China Popular e a URSS.

A resposta não tardou. «O mundo livre» nos trata como inimigos. Que caminho devemos seguir, o da vida ou o da morte? Quando as potências ocidentais nos tratam como inimigos, como podemos considerar inimigos os países do Leste que nunca nos invadiam? Isto é impossível». Esta foi a resposta do príncipe Sihanouk, chefe do governo do Camboja, aos imperialistas.

Líder do Laos foge da prisão

O príncipe Soufanuvong, ex-chefe do exército do «atet-Laos» e líder das forças progressistas do Laos, conseguiu fugir na semana passada da prisão onde se encontrava desde julho de 1959. O príncipe Soufanuvong que, à base dos acordos de 1955 em Genebra, quando se pôs fim à guerra da Indochina, fazia parte do governo do Laos, foi excluído do gabinete e preso no ano passado depois de um golpe militar preparado, incentivado e controlado pelos imperialistas norte-americanos e seus aliados do Pacto do Sueste Asiático.

Depois da prisão do príncipe Soufanuvong e de sete outros líderes do Partido Neo Lao Haksai, por várias vezes o governo reacionário tentou processá-lo, mas teve que adiar o julgamento em vista dos violentos protestos da opinião pública laociana. Com a fuga de Soufanuvong e de seus companheiros da direção do partido de oposição, o povo do Laos terá novas perspectivas de luta contra a ditadura.

O Que é Que há Com a Terra?

Robert Lechene
— exclusivo no Brasil para
NOVOS RUMOS

Mais de 5.000 mortos no Chile, onde três terremotos arrasaram cidades e aldeias, onde um maremoto fez as águas tomarem de assalto a costa e onde sete vulcões entraram em erupção para incendiar, mais para o interior do país, o que as outras catástrofes haviam poupado. Epidemias, pânico, populações ao desabrigo, pontes destruídas, barcos naufragados, colinas que se desmoronam, visões de pesadelo...

Ao mesmo tempo, do outro lado do Oceano, a 17.500 quilômetros, imensa onda devasta cidades e aldeias, seguida de outras ondas que se sucedem de vinte em vinte minutos. Seis mil casas destruídas, trinta e quatro mil inundadas, 980 barcos de pesca afundados ou à deriva, mais de 800 mortos...

Altingidos também a Austrália, as Filipinas, o Havai, a Polinésia e até a Alasca... É imenso cataclismo que, das faldas dos Andes, estendeu seu manto de ruínas sobre toda a área do Pacífico e das ilhas nele existentes.

Depois da destruição de Agadir por um sismo no dia 1.º de março, após a destruição de Laar, no Irã, há somente um mês, será que a Terra não é mais segura, que se agita, que vai desaparecer sob os nossos pés?

De fato, vemos as coisas como homens do século XX, isto é, somos informados quase que instantaneamente sobre todas as coisas que acontecem em todos os quadrantes do globo, e reagimos em função dessas informações gerais e rápidas, enquanto que há dois séculos não se sabia quase nada sobre o que se passava junto de casa, sem falar que havia uma preocupação bastante pequena com as populações das Américas, menor com a do Japão, e menor ainda com a das ilhas Fiji. Além disso, reagimos simplesmente como homens, medimos os acontecimentos geológicos pela escala de nossa vida e não pela escala da existência da própria Terra, que conta com cerca de cinco bilhões de anos. Em relação com esses cinco bilhões de anos, o que sucede atualmente com a Terra está longe de poder ser considerado como algo de excepcional.

É excepcional apenas para nós, e já o é muito, a tal ponto que os sábios especialistas na matéria levantam sérias interrogações a respeito dessa acumulação de manifestações da atividade terrestre a que não estávamos habituados, e a qual também não estava habituado a sua jovem ciência, que conta apenas com cerca de cinquenta anos de prática.

Haroun Tazieff, por exemplo, o grande especialista em vulcões e abalos sísmicos, a quem eu telefonara após a catástrofe de Agadir, para consultá-lo sobre os múltiplos tremores que houve nos dias imediatamente seguintes, particularmente na bacia mediterrânea, respondeu-me que esses tremores não eram mais nem menos numerosos que de comum, mas que se falava deles na imprensa em virtude de Agadir e por causa da emoção que esse abalo sísmico (de amplitude média) provocara em virtude do número de vítimas que causara. Reservando sua opinião para quando informações mais amplas fossem publicadas, desta vez Haroun Tazieff se admirava de certos aspectos do cataclismo da África.

O que principalmente o surpreendera foi a ocorrência simultânea de tremor de terra, elevação brusca das águas do mar e fenômenos vulcânicos. Por quê?

O que é um maremoto?

Os especialistas preferem, para designar esse fenômeno, a palavra japonesa «tsunami», que designa uma vaga, uma verdadeira muralha de água, que se desloca com grande rapidez: é uma onda semelhante às que se formam quando se atira uma pedra na água.

Na verdade, um «tsunami» pode ser provocado pelo simples queda de uma pedra na água, o que ocorreu, por exemplo, na ilha da Madeira, em 1930, caindo de um penhasco da altura de 200 metros, um enorme bloco de pedra deu origem a uma onda de 15 metros de altura, que provocou estragos na costa. Trata-se, porém, de fenômeno bastante raro.

As causas mais frequentes de formação de «tsunami» são os sismos, isto é, os tremores de terra, e os fenômenos vulcânicos submarinos. Toda comoção

sumarina cria uma onda que se chama de «onda solitária», da máxima violência, muralha d'água seguida de ondas chamadas «de amortecimento», bem menos violentas, que se sucedem a intervalos regulares (uma vintena de minutos, nesta semana, no Japão), até que o equilíbrio do mar se restabeleça.

A vaga propriamente dita nasce no meio do oceano, acima do desmoronamento ou da comoção submarina, e não atinge a uma altura muito impressionante; é da ordem do metro, e tanto mais baixa quanto maior a profundidade do oceano. À medida, porém, em que se aproxima da costa, a uma velocidade semelhante à do avião a jato (500 a 800 quilômetros por hora), a vaga se entumescce, pela simples razão de que a distância diminui entre o fundo e a superfície. Pode atingir nas margens, sobretudo se estas formam gargalos, até quarenta metros de altura.

O que é um sismo?

Na realidade, não se sabe. Consta-se que a Terra é sacudida por uma força interna, e que se fende. É tudo. Verificam-se os efeitos. A classificação dos sismos se baseia sobretudo em seus efeitos, segundo os estragos que provocam ou acarretariam se ocorressem em aglomerações. Há 12 graus de sismo, e o 12º indica aquele em que a destruição de uma cidade é total e absoluta. O sismo de Agadir não era do 12º grau: apenas 9º ou 10º. Fala-se, também, da «magnitude» dos sismos. Trata-se de uma medida que procura estabelecer referências menos incertas e menos subjetivas. A magnitude deriva da amplitude do movimento do solo, a 100 quilômetros do epicentro do sismo. Os diversos sismos ocorridos no Chile ultimamente foram de magnitudes que variam de 7 e 3/4 a 8 e 1/4. Foram, portanto, particularmente violentos, dado que o máximo de magnitude é de cerca de 8 e 1/2.

A noção de magnitude nos leva naturalmente a lembrar o que é um epicentro. Um sismo se produz SOB o nível do solo, a uma profundidade mais ou menos grande. Pensava-se, até data recente, que não ultrapassaria de 60 ou 70 quilômetros de profundidade, mas verificou-se que certos sismos tinham sua origem a uma distância de 700 quilômetros. O ponto onde o sismo se produz, seu foco, é chamado «hipocentro». Na vertical acima do hipocentro, no ponto da superfície do solo em que o sismo se manifesta, com a maior violência, é o epicentro.

Longas fendas podem ser produzidas na crosta terrestre, o que se constatou em Orléansville ou em Agadir. Parece que sob o oceano os sismos provocam — ou são constituídos por — um verdadeiro desabamento de superfícies do fundo, de dimensões às vezes respeitáveis.

Há ainda sismos que se distribuem pelo globo segundo zonas bem definidas. Uma delas percorre toda a costa ocidental das Américas, do Cabo Horn até o Alasca. Outra se estende pela bacia do Mediterrâneo e se prolonga até a Ásia Menor e a Ásia Central. Outra acompanha a fronteira oriental da Ásia e se prolonga até a Austrália.

Trata-se, uma vez mais, de constatações que não esclarecem a natureza do fenômeno.

O que é o vulcão?

Um vulcão é, essencialmente, um buraco que se abre na Terra e que, dá passagem à matéria incandescente que do seu interior provém: lava (isto é, rocha em fusão), cinzas, vapores... Um vulcão se forma na montanha porque tira do seu seio o material de que fará a montanha. Edifica-se sobre aquilo que rebenta. Qual é, porém, sua natureza? Ai ainda impera o mistério...

O que se sabe a respeito dos fenômenos vulcânicos é que a água lhes é necessária. É o vapor d'água que se forma na rocha quente que seria responsável pelas erupções, da mesma forma que, numa caçarola, esta é responsável pelo fato de que o leite «fuja» quando é fervido. De onde vem a água? A que profundidade nasce o vulcão? Só há hipóteses.

O que ainda se sabe é que as zonas vulcânicas se distribuem em torno da Terra como zonas de atividade sísmica, que fenômenos sísmicos são às vezes provocados por fenômenos vulcânicos, e vice-versa. Isso não impede que uns

se façam acompanhar aos outros. E, no entanto, muito provável que sua origem seja comum.

Boiamos...

A partir daí tudo não passa de suposições e teorias diversas, que podem, aliás, não ser contraditórias. Refletem, sobretudo, nossa profunda ignorância.

Aprendemos, na escola, a teoria de Wegener sobre a «deriva dos continentes». Wegener se apoiava, sobretudo, na similitude entre os acidentes geográficos da América do Sul. Essa hipótese perdura terreno em virtude de sua insuficiência, mas o reconquista hoje, quando parece estabelecido o princípio de isostasia: a crosta terrestre, que está para o conjunto do globo na mesma proporção em que a casca em relação à maçã, flutua literalmente sobre a própria massa da Terra, fluida, ou pelo menos viscosa. A cada sobre a qual se faria essa navegação se chama «magma». Como acontece com os icebergs nos oceanos, — princípio de Arquimedes, — a parte imersa é maior que a parte flutuante; por outro lado, tanto mais altas seriam as relevos, e tanto mais espessa seria, aí, a crosta. Sob os 9 quilômetros de altitude do Everest, haveria cerca de uma centena de quilômetros de crosta sólida que penetra no magma, ao passo que nas maiores profundidades do oceano a crosta seria extremamente fina.

Essas diferenças explicam o fato de poder se produzirem rupturas nos pontos onde a crosta é fraca, por pouco que as massas flutuantes sejam submetidas a pressões capazes de as deslocarem.

Sobre o doce que ferve

Então, o que provoca seu deslocamento? Uma das hipóteses bastante recentes, e muito convincente, é a das «correntes de convecção». Apóia-se na diferença de temperatura entre o centro da Terra e sua superfície. Essa diferença — não se chegou a determiná-la: alguns dizem que o centro da Terra estaria a 6.000 graus, e outros dizem 300.000! — deve manifestar-se por uma troca contínua, isto é, uma circulação de matéria entre fonte quente e fonte fria, em que as correntes quentes sobem à superfície — como no doce que ferve — aí perdem parte do calor e descem, frias, para a fonte quente. Por analogia com os cozidos feitos nos caldeirões mais modestos, deduziram-se as possíveis dimensões das correntes de convecção do magma: partiriam de 2.000 a 2.500 quilômetros de profundidade e se estenderiam sob a crosta a dezenas de milhares de quilômetros, antes de tornar a descer. Calculou-se sua velocidade, que seria de um a 10 centímetros por ano.

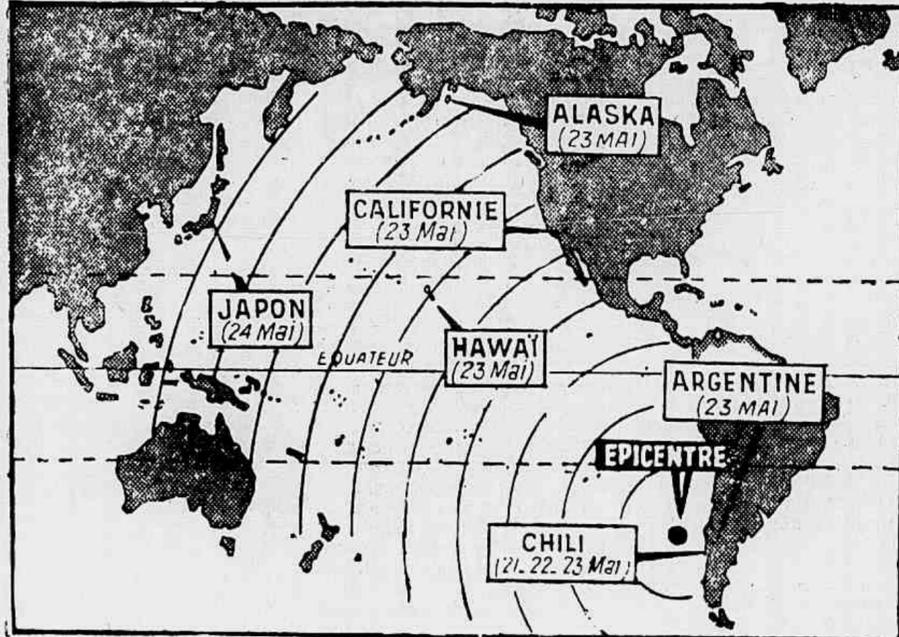
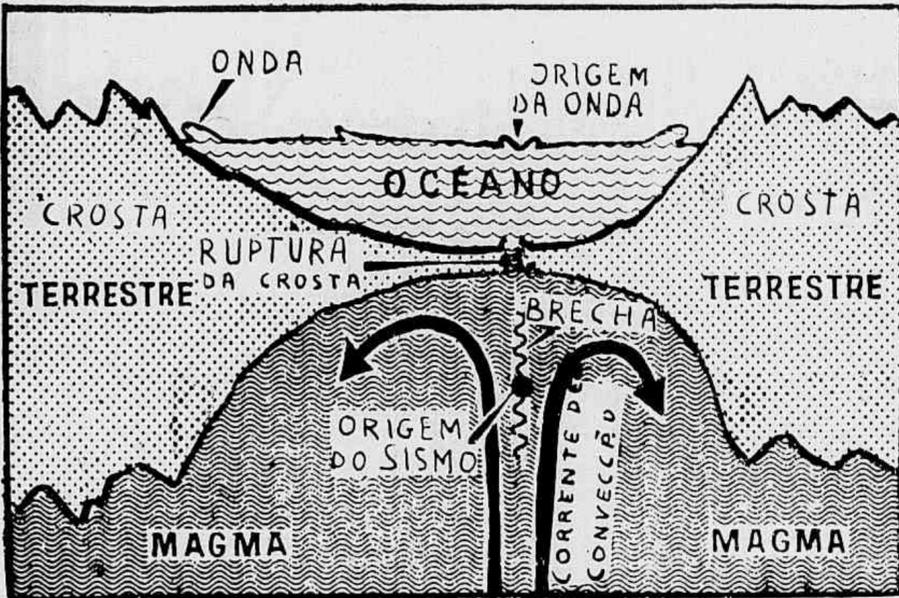
Trata-se de uma cifra, bem modesta, é verdade, mas que força há nesses bilhões de toneladas que empurram, arrastam e aspiram a crosta terrestre. São elas que a enrugam e que a rompem quando atinge o limite de sua elasticidade.

E torna a aquecer-se!

A hipótese da Terra que se enruca como um fruto ao esfriar-se há muito foi abandonada por muitas razões, cuja principal é a de que a Terra, em vez de esfriar-se, se esquentaria. Supondo-se que nosso planeta tenha sido incandescente em sua origem, há muito tempo que o equilíbrio de temperatura teve que fazer-se entre sua massa e o ambiente. Trata-se, aliás, de uma época relativamente «recente»: há um milhão de anos, a época das grandes geleiras, em que nosso globo era mais frio que agora.

O reaquecimento bem poderia originar-se do fato de que a Terra é um grande reservatório de energia atômica, se se considera que apenas a radioatividade das rochas da crosta sólida deve bastar para compensar as perdas por dissipação no espaço. Deve, portanto, haver muita radioatividade armazenada no centro da Terra, fonte de calor que anima as correntes de convecção, e é também possível que ocorra às vezes bruscas liberações de energia assim aprisionada e concentrada.

Quem diz reaquecimento diz dilatação. A Terra «engordaria», portanto. Segundo certos cientistas, seu diâmetro teria, com efeito, aumentado de uns quinze centímetros em 10.000 anos. Aumentando o volume da massa fluida, é claro que a embalagem frágil da crosta cede e se rompe sob a pressão lenta mas irresistível!



Assim se explicaria, em conjunto com a isostasia, que a Terra seja fendida nos pontos de menor resistência, ao longo das grandes depressões — como acontece ao longo do Chile — e que tenha verdadeiramente o aspecto de uma bola que estoura.

Muitos outros elementos seriam, aliás, considerados. As montanhas se constituem, mas também se gastam por causa dos cursos d'água, das neves, dos ventos, o que se chama de erosão. Seu peso, portanto, diminui. Constantemente e de maneira insensível, perdem peso, que é levado para outros lugares. Há, sem cessar, modificação do equilíbrio, desequilíbrio e restabelecimento de um novo equilíbrio, o que se faz brutalmente.

O reaquecimento derrete os gelos e ninguém hoje duvida de que os calotas polares diminuem de tamanho. A carga sobre os pólos diminui enquanto que o gelo transformado em água aumenta a massa líquida do globo e o volume dos oceanos. Não há ainda cor que provocar o dilúvio que se prevê para dentro de 18.000 anos, mas, em todo caso, já dá para ajudar aos desequilíbrios que exigem, de vez em quando, um restabelecimento brutal da situação.

Outra consequência da isostasia: se vivemos numa jangada que navega sobre o magma, é claro que esse suporte fluido deve ser sensível às atrações da Lua e do Sol, como os mares, com marés menos espetaculares, evidentemente. O espantoso sólido da crosta obstaculiza a livre manifestação dessas marés. Chega o dia em que, tendo suportado pressões demoradas, é preciso ceder em algum ponto.

Tudo o que se sabe é que nada se sabe

Não se deve considerar tudo o que acabamos de escrever como a última palavra da ciência a respeito do assunto. A única certeza que se tem é que nada se sabe. Procura-se a verossimilhança por falar o verdadeiro. Para sabê-lo seria necessário penetrar no centro da Terra. Que ali imperem 6.000 ou 300.000 graus, pouco importa; em ambos os casos não há possibilidade de penetração. E, com as pressões que ali imperam, de ao que se julga, um milhão e meio de quilos por centímetro quadrado, não se poderia enfiar um alfinete de aço.

Muitos desses fatores permitiriam explicar sismos e vulcões; os «tsunami» seriam explicados pela simples manifestação de uns ou outros. Porém, não seria o bastante. Ficariam pontos obscuros... Os sismos seriam fendas, rupturas, levantamentos da crosta, amontoados de blocos de crosta desequilibrados... Muito bem: é o que se concebe quanto aos sismos cuja origem está situada no interior da crosta, a alguns quilômetros, isto é, a algumas dezenas de quilômetros de profundidade. Mas... é o que se originam a 700 quilômetros

de profundidade, isto é, em pleno magma? Como se explica ser na massa fluida que haja ruptura, fenda?

Poder-se-ia pensar que os vulcões sejam simplesmente magma que sobe sob a pressão das correntes de convecção, ou então magma que se insinua pelas brechas produzidas no solo durante os abalos, nas zonas de menor resistência da crosta. É bem possível que assim aconteça com os vulcões submarinos que nascem repentinamente e formam uma ilha, ou então os dois vulcões nascidos terça-feira no Chile. Mas, se quanto aos primeiros não é difícil dizer de onde vem a água necessária à sua atividade explosiva, a explicação é mais difícil quanto aos segundos. Há uma explicação, que não passa de hi-

pótese. Essa água viria do próprio centro da Terra, do granito que, em brasa, libertaria por quilo cerca de 10 gramas de água, isto é, 45 litros de vapor.

Então, tudo se explica? De modo algum, porque se assim acontecesse — replicam os adversários desta hipótese — o volume dos oceanos teria duplicado há um bilhão de anos, o que não acontece...

É assim que as coisas se passam quanto aos mistérios subterrâneos. A solução satisfatória de um problema levaria imediatamente um problema novo. Vivemos num planeta em ebulição, em desequilíbrio perpétuo, que se rompe, se refaz, e não sabemos ainda por que e como.

NOVOS RUMOS

Novo Apêlo de Cuba

Chega em termos de urgência um apêlo de Cuba. É um cabograma de Vilma Espin de Castro, mulher de Raul de Castro, às delegadas do I Congresso Latino-Americano de Mulheres, pedindo que atos de solidariedade dos povos da América Latina impeçam a intervenção norte-americana na aquele país. É um apêlo angustioso das mulheres cubanas às mulheres brasileiras.

Nesses últimos dias foram descobertos em Cuba os cartazes que seriam utilizados nos prédios públicos, pelas tropas de ocupação. Os dizeres não deixam dúvida: «Este prédio está sob a proteção do governo dos Estados Unidos, etc., etc.» Não é por acaso que os participantes da OEA (Organização dos Estados Americanos) estão cortando relações diplomáticas com a República Dominicana. Se houver uma intervenção naquela República, também não será por acaso, pois servirá como «exemplo» para uma intervenção em Cuba.

Releio o cabograma de Vilma e lembro a participação ativa das mulheres no «Movimento 26 de Julho». Ouço os passos do batalhão feminino «Mariana Grajales» pelos caminhos difíceis e perigosos que conduzem à Sierra Maestra. Conto e vinte cinco mães de 17 a 25 anos. Em Guisa, durante dez dias, sofreram um terrível combato acompanhado de bombardeio aéreo, mas resistiram. A divisa do batalhão feminino era «Liberdade ou morte». Ouço a voz da atriz Violeta Casel, que deixou de ser heroína nos palcos para unir-se aos rebeldes. Falava bem alto para que todos ouvissem da revolução, de seus homens e de seus feitos. O povo a chamava «a voz dos rebeldes». Ouço a longa informação de Vilma, perante as delegadas dos países latino-americanos. Uma informação para ser ouvida com lágrimas nos olhos, porque ali estava escrita a história de um povo que muito sofreu e muito lutou para alcançar uma vida melhor, e quando mal começa a vivê-la já o imperialismo a ameaça de morte. Em adiantado estado de gravidez, Vilma, que foi guerrilheira, presidiu a delegação de 80 mulheres de seu país no Congresso realizado no Chile. Já nasceu o seu menino. E ela terá razões ainda mais fortes para pedir a nossa solidariedade. Agora ela pede pelo seu filho, quando fala nas crianças cubanas, que poderão ser assassinadas, como foram assassinadas as crianças da Guatemala.

Não faz muito tempo as mulheres brasileiras responderam a um apêlo vindo de muito longe. Responderam, assim: «Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia. Agora o apêlo é de muito perto. As distâncias encurtaram. O governo americano, pelo seu desespere, deixou de atender incêndios nos navios de Cuba, para mandar seus soldados arrancarem das mãos dos camponeses o pedaço de terra que a revolução lhes deu. Arrasar as centenas de casas que estão sendo construídas. Fechar as escolas que foram instaladas nas fazendas, onde Estelita mandava ensinar presos políticos, sob as benções ocidentais e cristãs do Departamento de Estado».

Penso que não será difícil às mulheres brasileiras entenderem e atenderem ao apêlo que lhes faz a mãe e guerrilheira Vilma Espin de Castro, e que se todas as mães, pelas crianças de Cuba,



Quando aportou corajosamente no ministro da Fazenda, sr. Sebastião Pais de Almeida, um traidor da candidatura Lott no seio do Governo, a sra. Edna Lott estava identificando para todo o povo um serviço dos monopólios norte-americanos, um entreguista. E precisamente por ser um entreguista é que o sr. Pais de Almeida tem se valido da posição que lhe foi entregue pelo sr. Kubitschek — apesar das denúncias então feitas pelas forças nacionalistas — para apoiar e inclusive financiar

com recursos do Estado a candidatura de Jânio Quadros. Não é de hoje que o sr. Pais de Almeida está a serviço dos trustes norte-americanos, como não é de hoje que ele marcha ao lado de Jânio, como um de seus maiores financiadores. O atual ministro da Fazenda apoiou a candidatura de Jânio para o Governo de São Paulo, interveio abertamente como presidente do Banco do Brasil a favor da eleição do sr. Carvalho Pinto e agora, para a sucessão presidencial, vem carreando

bilhões para o janiismo, através de escandalosos favores do Estado, como o que acaba de conceder aos Almeida Prado, ferrenhos cabos eleitorais de Jânio. Pais de Almeida, como os demais agentes dos trustes lanques em nosso país, está perfeitamente identificado com a candidatura Jânio. Por quê? É simples: o amigo de Rockefeller e afilhado do embaixador Cabot se chegasse ao Poder transformaria afinal o Brasil numa espécie de paraíso para os magnatas norte-americanos.

Enquanto dá Bilhões a Jânio

Paes de Almeida Sabota a Petrobrás

Testa-de-Ferro da «Pittsburgh Glass»

Já ministro, o sr. Pais de Almeida fez o possível e o impossível, no ano passado, para impedir que se constituísse e entrasse em funcionamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a ação do truste do vidro plano em nosso país, exercido através da «Pittsburgh Glass» e da «Corning Glass». Muita coisa seria revelada no inquérito, mostrando os efeitos altamente perniciosos do truste contra a economia nacional, bem como o papel que cabe nesse truste ao sr. Pais de Almeida, o principal testa-de-ferro da «Pittsburgh Glass». Contando com o apoio do sr. Kubitschek e de uma maioria servil no Parlamento, o inquérito não se realizou. É interessante lembrar, de passagem, que ao comentar o malogro da iniciativa o «Correio da Manhã» disse uma mentira e uma verdade: os deputados nacionalistas exigiam o inquérito porque o Ministro da Fazenda era janiista. Se o motivo verdadeiro não era este, ficava confessado entretanto o janiismo de Pais de Almeida.

boração dos demais artefatos de vidro — estão sob o domínio absoluto de uma empresa que aparece com a enganadora denominação de «Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda.» Por trás do ardid de um nome nacional esconde-se, porém, uma hedionda associação de duas poderosas empresas imperialistas — a «Pittsburgh Plate Glass» e a «Corning Glass Works» — com um grupo de traidores brasileiros encabeçados precisamente pelo sr. Sebastião Pais de Almeida, que dispõe de 25 por cento das ações. O surgimento do truste data de 1942, graças à ação desenvolvida junto a políticos influentes, como denunciou há poucos dias à imprensa («Correio da Manhã», 3 de abril de 1960) o sr. Victor d'Araújo Martins, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Vidro Plano e da Federação do Comércio Atacadista do Rio de Janeiro. Sob a égide da Vidrobrás participam no truste as seguintes empresas: Vidros Corning, Pittsburgh, Sta. Marina, CVB, Vidrasil, Mercantil de Vidros, Covibra, além da própria Vidrobrás, com um capital que era, em 1959, superior a 1 bilhão de cruzeiros.

Sob o controle do truste estão as fábricas de São Gonçalo, de São Vicente e de São Paulo cobendo-lhe, portanto, toda a produção de vidro plano elaborada no país. A ação do truste, como dissemos, estende-se também à distribuição, ao comércio do vidro. Isso se faz através da Companhia Comercial de Vidros do Brasil (CVB), que conta presentemente com 33 firmas distribuidoras, que dividem entre si o mercado, impondo preços de monopólio e eliminando por completo o pequeno comércio de vidros. É um caso de «concorrência desleal, com prejuízos incalculáveis para o comércio e o país», como afirmou em sua mencionada entrevista o sr. Araújo Martins.



Mulher sempre tem razão

Os fatos vieram provar. As denúncias feitas pela filha do Marechal Lott, contra o atual ministro da Fazenda, estão sendo apontadas por personalidades dos mais diferentes partidos. Ele é mesmo entreguista e ajuda o Jânio.

Favorável à Entrega do Minério de Ferro

O entreguismo do sr. Pais de Almeida não se limita aos serviços que presta ao truste norte-americano do vidro plano. Agora mesmo o ministro da Fazenda aparece como advogado de um outro monopólio norte-americano — a «Hanna Co.», que procura transferir para o seu absoluto domínio a produção e exportação do nosso minério de ferro, o que levaria inclusive a liquidação da empresa nacional «Companhia Vale do Rio Doce».

de atividades — do ouro para o ferro. Suas pretensões foram encaminhadas pelo sr. Pais de Almeida a um Grupo de Trabalho escolhido a dedo: Mário da Silva Pinto, da CACEX, e Avelino Inácio de Oliveira entreguistas conhecidos. Pois bem: vinte dias antes de o auditor incumbido de examinar os livros da «St. John d'El Rey Mining» dar o seu parecer sobre se procediam as alegações do truste lanque, o Grupo do sr. Pais de Almeida apressou-se a dar opinião favorável à «Hanna», concluindo que lhe devia ser entregue o ferro de Minas Gerais a título de «compensação». E o mais grave é que as conclusões do Grupo de Trabalho entreguista colidem frontalmente com o parecer do técnico que procedeu ao exame dos livros da «St. John». Mas o truste exigiu do sr. Pais de Almeida a concessão, e ele não teve dúvidas em atendê-lo. Para isso exatamente é

que ele se acha à frente do Ministério da Fazenda. O testa-de-ferro da «Pittsburgh Glass» serve ainda aos seus amigos da «Hanna» apoiando ativamente a assessoria técnica contratada pelo truste e constituída pela fina flor do entreguismo caboclo: Roberto Campos, Lucas Lopes e Mário da Silva Pinto, que procuram impor uma fórmula pela qual se «associaram» à «Hanna» e à «Vale do Rio Doce», com a liquidação inevitável, que eles tanto desejam, da empresa nacional. Pais de Almeida vem dando toda cobertura a essa comissão de traidores da pátria, conspirando juntamente com eles para a entrega de nosso riquíssimo minério de ferro aos tubarões do imperialismo lanque.

Edna Lott Reafirma: Sebastião é Traidor

A denúncia da sra. Edna Lott levou a pânico aos setores entreguistas. Os amigos e serviais dos trustes, tanto do Governo como da oposição, saíram em defesa do sr. Pais de Almeida. Uniram-se então «O Globo» e Carlos Lacerda, agredindo com os mais lúbricos palavrões a denunciante e o marechal Lott.

O afastamento do entreguista Pais de Almeida do Ministério da Fazenda é uma exigência que há muito tempo vem sendo feita pelas forças nacionalistas. E agora, quando fica provada

a sua posição ao lado de Jânio, no mesmo instante em que os partidos situacionistas parecem ter começado a quebrar o apatia que há tanto se prolongava, é chegado o momento de ser esse entreguista expulso do Ministério da Fazenda, por ele transformado, num verdadeiro desafio ao povo brasileiro, em bastião da campanha eleitoral de Jânio — o candidato de Rockefeller e do embaixador Cabot.

Dá Recursos a Jânio Mas Nega à Petrobrás

Pais de Almeida sabota a Petrobrás! A denúncia feita na última semana, na Câmara dos Deputados, pelo sr. Ferro Costa, não é nenhuma novidade. É um protesto que vinha sendo feito já desde o ano passado pela imprensa nacionalista e, na Câmara Federal, pelo deputado Gabriel Passos.

pois «grande parte das dificuldades dessas entidades resultam da retenção, pelo Governo Federal, da terceira cota-parte devida pela União». O protesto feito agora pelo sr. Ferro Costa reacende, portanto, com toda justiça, as críticas que vêm sendo feitas ao entreguista Pais de Almeida desde os primeiros dias de sua gestão no Ministério da Fazenda. Vale a pena salientar que o sr. Ferro Costa fez a sua denúncia baseado em documentos do próprio presidente da Petrobrás, coronel Idalio Sardemberg, que em carta dirigida ao ministro Pais de Almeida reclama ser a empresa estatal credora do Governo da importância de 2 bilhões, 495 milhões de cruzeiros, declarando: «A execução do plano de ati-

vidades da PETROBRAS enfrenta, porém, agora, sério risco de ficar grandemente afetado, com incalculáveis prejuízos para o país, em virtude de não haverem dado entrada em caixa, no segundo trimestre de 1959 e no primeiro mês do ano em curso, vultosas importâncias, dentre as quais encontram-se parcelas importantes de responsabilidade do Ministério da Fazenda». Estrangula a Petrobrás, negando-lhe recursos e dificultando a sua ação — este é um método dos trustes lanques, tática usada pela «Standard Oil», quando não consegue atacar de frente. Pais de Almeida, como Jânio Quadros, é também um servil de Nelson Rockefeller, um inimigo da Petrobrás.

Movimento Nacionalista Fornecerá as Provas

O Movimento Nacionalista Lott-Jango, em nota distribuída à imprensa, reafirmou as declarações feitas pela sra. Edna Lott a propósito do entreguista Pais de Almeida e ressaltou que a atual política econômico-financeira serve unicamente aos inimigos da emancipação econômica do Brasil.

do nosso povo, seguida pelo titular da Fazenda, e os benefícios com que atende, coerentemente, as forças que se opõem à candidatura nacionalista, continuará a ser combatida tenazmente pelo Movimento Nacionalista, que dela fornecerá documentação adequada e abundante ao povo», diz a nota do Movimento.

Bento Gonçalves, Ulisses de Carvalho, Sérgio Magalhães, Djalma Maranhão, Hélio Ramos, Artur Virgílio, Jacob Frantz, Celso Brandt, Temperani Pereira, Neiva Moreira e Fernando Santanna e os srs. José Fontes Romero, Raimundo Eirado, Vicente Cisneiros, Nelson de Sousa Alves, Maurício Caminha de Lacerda, Hélio Pires Ferreira, Artur Veiga, Edna Lott e Hércules Correia.



Chantagem: Arma da "Hanna" Para Dominar o Ferro do Brasil

3ª de uma série de reportagens

Na luta que se trava pela posse do minério de ferro brasileiro, as companhias estrangeiras vão tomando posições e começam a dividir entre si o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. No fim da semana passada, através de um comunicado expedido em Londres pela St. John d'El Rey Mining Co., sabe-se que esta companhia vendeu a um grupo de industriais brasileiros dirigido pelo sr. Fernando de Souza Melo Vianna (da Ferrostaal) as suas explorações auríferas de Morro Velho, abrangendo uma área de nada menos de 19.000 hectares.

Uma chantagem da Hanna

A St. John d'El Rey (ou seja, a Hanna), a que esta tem a maioria de ações da St. John conserva entretanto sua vinculação à mina de ouro de Morro Velho por meio da aquisição de 25% das ações (o que corresponde a 500.000 dólares) e da concessão de um empréstimo de 2 milhões de dólares sob certas condições (que o comunicado não esclareceu).

A St. John que explica agora a opinião pública brasileira como é que a mina de Morro Velho, que já há algum tempo vem sendo apresentada por ela como deficitária, pôde encontrar comprador.

De fato, sob a alegação de prejuízo na exploração do ouro, a St. John (Hanna) vem recebendo do Tesouro Nacional um subsídio constituído na cobertura do déficit da produção na proporção do ouro comprado pelo Banco do Brasil. (Mas um caso de capital estrangeiro levantado no Banco do Brasil.)

Além disso, entre as chantagens utilizadas pela St. John (Hanna) para pressionar o governo a lhe dar concessão para explorar ferro nas suas propriedades (localizadas no

quadrilátero ferrífero de Minas Gerais) estava precisamente a alegação de déficit na exploração do ouro. Pretendia a St. John (Hanna) que o Governo lhe desse a referida concessão a título de compensação pelo prejuízo com a exploração do ouro, ameaçando inclusive com a possibilidade de abandonar a mina e deixar à sua própria sorte 4.000 mineiros e suas famílias, em Nova Lima.

Governo entrega o ferro

Agora estas explorações auríferas «deficitárias» abrangendo 19.000 hectares no quadrilátero ferrífero encontraram um comprador. Confirma-se, assim, que a alegação de déficit em Morro Velho não passava de chantagem, pois não se compreende por que iria um homem da Ferrostaal adquirir um «abacaxi».

De fato, o contador encarregado pelo Ministério da Fazenda para examinar a contabilidade da St. John (Hanna) quando esta reivindicou a exploração de ferro para compensar prejuízos com o ouro, encontrou vários itens de «coneração artificial», através de lançamento de contratos de serviços, de assistência técnica, prospecção, etc. com empresas associadas e com a própria Hanna, contratos esses de prestação duvidosa, além de outras falsificações contábeis visando demonstrar o prejuízo alegado.

Mas o Grupo de Trabalho do Ministério da Fazenda nomeado para examinar a pretensão da St. John de explorar ferro como «compensação» pela exploração de ouro concedeu um parecer favorável poucos dias antes que o referido contador terminasse o seu exame. E os novos proprietários das áreas auríferas, já contando com esse parecer favorável, certamente continuarão pressionando o Governo no sentido de obter licença para explorar ferro nessas áreas.

Mas o Grupo de Trabalho do Ministério da Fazenda nomeado para examinar a pretensão da St. John de explorar ferro como «compensação» pela exploração de ouro concedeu um parecer favorável poucos dias antes que o referido contador terminasse o seu exame. E os novos proprietários das áreas auríferas, já contando com esse parecer favorável, certamente continuarão pressionando o Governo no sentido de obter licença para explorar ferro nessas áreas.

A pressão estrangeira se aguçava

Do referido Grupo de Trabalho participaram, entre outros estrangeiros menos notórios, Mário da Silva Pinto e Avelino Inácio de Oliveira. São homens como esses que ditam no Brasil a política de minérios desde as chantagens dos trustes ferríferos e siderúrgicos norte-americanos. Essas chantagens estão en-

contrando livre curso nos meios governamentais, especialmente no Ministério da Fazenda e no Departamento da Produção Mineral, a ponto de se encontrar no próprio estudo sobre minério de ferro do Conselho de Desenvolvimento a defesa do «argumento» de que só é possível exportar minérios entregando as jazidas às companhias estrangeiras.

Vimos nas reportagens anteriores como esse «argumento» disfarça apenas um amplo movimento dos grandes monopólios siderúrgicos norte-americanos para assegurar «minas cativas» no Brasil e obter minério a baixo preço. Mostramos como o controle das jazidas

das venezuelanas pela United State Steel e pela Bethlehem Steel, com o minério de ferro da Venezuela (apesar de seu alto teor e do baixo frete) tivesse uma das mais baixas cotações internacionais. Mas a Venezuela está inaugurando uma política de minérios nacionalista de não mais concessões e de controle de suas jazidas, para obter a alta do preço de seu minério. Seria uma oportunidade para que o Brasil, através da Cia. Vale do Rio Doce, se aliasse à Venezuela em sua luta pela elevação do preço do minério de ferro. E é por isso que os trustes ferríferos estão usando todos os meios para dobrar o governo de J.K. e dividir entre si o ferro brasileiro.



Porta de saída

Grupos americanos manobram para controlar o minério de ferro brasileiro. Vitória, se não for impedido o golpe, será porta de saída de riqueza essencial à economia do país.

Nota Econômica Indústria Automobilística "Nacional"

Um balanço de três anos da indústria automobilística do Brasil, que acaba de ser feito pelo GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), mostra que não se satisfazeram as razões das críticas a ela são feitas. Atualmente, dez empresas automobilísticas estão funcionando no país: a Willys-Overland do Brasil S.A., a Studebaker do Brasil S.A., a Fábrica Nacional de Motores S.A., a Mercedes-Benz do Brasil S.A., a Ford Motor do Brasil S.A., a General Motors do Brasil S.A., a International Harvester S.A., a Volkswagen do Brasil S.A., a Toyota Ind. e Com. Ltda. e a Veimar S.A. — Veículos e Máquinas Agrícolas.

Table with 2 columns: Category and Percentage. Categories include Caminhões pesados (59%), Caminhões médios e ônibus (41%), Caminhões leves (7%), Jipes (22%), Utilitário (15%), and Automóvel (7%).

Com o que se vê pelo quadro acima, na produção nacional de veículos predominam aqueles destinados a carga, isto é, com um emprego produtivo, ao passo que os destinados a passageiros não constituem sequer dez por cento da produção. Esse aspecto indubitavelmente positivo, é porém contrabalançado pelo fato de que apenas duas empresas — a Ford e a General Motors — participam com mais de um terço da produção de caminhões médios e leves, produção cujo valor é de cerca de metade (talvez um pouco mais) do valor total da produção de veículos.

No período de 1957 a 1960 foram investidos na indústria automobilística (veículos e autopêgas) quase 200 milhões de dólares e no ano em curso serão feitos novos investimentos de mais 21 milhões de dólares. Assim no quadriênio o total das investições eleva-se a quase 300 milhões de dólares, dos quais 70 por cento, ou aproximadamente 200 milhões de dólares, representarão investimentos

estrangeiros sem cobertura cambial. Trata-se, portanto, de uma indústria estrangeira instalada no Brasil; ninguém nega a existência de determinadas vantagens, mas é impossível esquecer as sérias desvantagens daí decorrentes. O que não tem sentido é falar-se de uma indústria automobilística nacional.

Segundo o trabalho do GEIA, para importar a mesma quantidade de veículos fabricada no Brasil, teria o país que despende mais de 700 milhões de dólares, enquanto que os gastos totais efetivamente feitos situam-se em redor dos 250 milhões de dólares. A economia feita seria, portanto, de mais de 400 milhões de dólares, havendo, ainda, a incorporação de importantes equipamentos e instalações à indústria. No fim do quadriênio 1957/1960, o valor da produção de veículos no país eleva-se a um bilhão e 200 milhões de dólares, enquanto que os compromissos assumidos, em prazos que variam entre 1 e 10 anos) montarão a 120 milhões de dólares, somando com o financiamento de partes complementares, iniciais, e equipamentos para as fábricas de veículos e as de autopêgas. Com outras importações (borracha, aço) e com as remessas de royalties, lucros e dividendos, serão despendidos outros 120 milhões de dólares.

O documento do GEIA fala ainda, dos aspectos promocionais da instalação da indústria automobilística, sobretudo da sua repercussão sobre o mercado nacional de máquinas de todos os tipos. Naturalmente, o GEIA não diz sobre um ponto de maior importância: a falta de nacionalização que a indústria automobilística, nas bases em que foi implantada, está exercendo sobre a indústria nacional de autopêgas. Sabe-se que hoje todas as grandes fábricas brasileiras de autopêgas, que lá existiam antes de 1957, tiveram que aceitar associações com o capital estrangeiro. E muitas das médias estão no mesmo processo de desnacionalização.

Nenhuma partilha do desenvolvimento econômico do país pode ser contrário a indústria automobilística, em geral; a que os partidários do desenvolvimento independente da economia nacional exigem e que esta indústria não implique em aumentar a sujeição do país ao capital estrangeiro, notadamente o norte-americano. Desgraçadamente, que vem ocorrendo e o apêsto a que faz com que o nosso país pague por essa indústria um preço muitas vezes mais elevado do que seria necessário e razoável.

Três Capitais da Carestia: Belém, Recife e Salvador

A publicação feita, há algum tempo, pelo Boletim Estatístico nº 65, dos números índices do custo de vida nas capitais de Estados no período 1955/58, dá margem a uma série de estudos sobre as regiões do país mais sacrificadas pela sucessiva alta de preços.

Custo de vida em geral

Tomando as principais capitais das diferentes regiões do Brasil e considerando o ano de 1948 como o de índice 100, vamos encontrar a seguinte situação:

Table with 4 columns: Year (1955, 1956, 1957, 1958) and four rows of cities: Belém, Recife, Salvador, São Paulo. Values range from 237 to 548.

Para esse cálculo, foram computadas, entre outras, as necessidades mínimas da população, tais como, alimentação, habitação, vestuário, higiene, transporte, luz e combustível.

A tabela mostra que, naquele período, consideradas as diferentes coisas necessárias à vida e à subsistência, foram as populações do Distrito Federal, Salvador e São Paulo, as mais atingidas pela alta incessante do custo de vida. Registre-se, porém, o fato de que ainda houve outras capitais — Manaus e São Luís — onde os índices foram camponesíssimos, 613 e 618, respectivamente, para o ano de 1958.

Mas, vale ressaltar que, entre as capitais, foram justamente aquelas de maior número de habitantes e de maior parque industrial, as que figuram entre as mais atingidas e alvo, portanto, da vertiginosa carestia de vida.

O preço da alimentação

Já com o preço da alimentação, o panorama modifica-se de forma acentuada. Aquelas capitais que figuraram, anteriormente, em primeiro plano, cedem lugar agora, às cidades do Nordeste e Norte. Se não, vejamos:

Table with 4 columns: Year (1955, 1956, 1957, 1958) and four rows of cities: Belém, Recife, Salvador, São Paulo. Values range from 237 to 548.

A alimentação, por ser um problema de cada dia e o único que não pode ser adiado, como ocorre com outras necessidades, é obviamente, a que mais se faz sentir no panorama do custo de vida.

O quadro mostra que os maiores índices de aumento de alimentação incidem, justamente, sobre aquelas populações mais pobres, como são as de Belém, Recife e Salvador.

No quadro acima, ressalta a situação toda particular de Belo Horizonte que, no período de 1956-57 teve um discreto aumento no item alimentação, voltando, no ano de 1958, a apresentar uma redução em relação ao ano anterior, passando a figurar esse índice no mesmo nível de 1956.

Belo Horizonte foi, praticamente, a única capital de Estado e Território a apresentar aquela situação, pois, no caso de Curitiba, que também ostenta uma pequena redução no preço de sua alimentação no ano de 1958 em relação ao de 1957, de forma alguma tem as mesmas proporções da capital mineira. São dignos de registro, também, os pequenos aumentos verificados em Porto Alegre.

No que diz respeito à alimentação, Manaus foi a Capital de maior índice de aumento — 625 em 1958 —, seguindo-se Recife com 615 naquele ano.

Outros aspectos do aumento do custo de vida

Um dos itens que mais concorrem para o extraordinário aumento do custo de vida nos últimos anos em algumas capitais foi o da habitação.

Apesar da lei do inquilinato que visa defender a população de cada lugar, do espetacular aumento, que sistematicamente ocorria nos alugueis das habitações, o que se viu foi que a lei falhou nos seus propósitos.

E' o que se conclui, por exemplo, quando se analisam os índices de certas capitais, em especial daquelas que são centros de grande desenvolvimento econômico e que se prestam, assim, à especulação imobiliária.

O então Distrito Federal, por exemplo, apresentava, em 1958, o índice 1.585; Goiânia, 1.509; Salvador, 1.430, enquanto São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte chegam pouco acima de 1.000, sendo que para todos os índices foi tomado o ano de 1948 como o de índice 100. A capital do Maranhão é a exceção da regra, apresentando o alto índice, 1.424.

Vê-se, dessa forma, que se faz necessário um outro instrumento, ou melhor, uma outra lei que melhor ampare os inquilinos da especulação imobiliária.

Quando ao transporte, aparecem com aumentos excepcionais, em relação às outras capitais, as cidades de São Luís e São Paulo com 828 e 796, respectivamente, ambas tomando os preços de 1948 como base 100.

O Distrito Federal em 1959

Os índices publicados pela revista «Conjuntura Econômica» no seu nº 1 do ano em curso, embora sejam eles algo diferentes dos referidos mais acima, mostram, também, como foi excepcional o aumento do custo de vida em 1959. Aliás, segundo aquela publicação, no que diz respeito à alimentação do carioca, ela atingiu a nível que, desde 1945, não tinham ainda sido alcançados.

Assim é que, entre janeiro e dezembro de 1959, registrou-se um aumento de 71% no que se relaciona à alimentação, sendo que houve aumentos, como o de feijão, na escala de 350%. Outras mercadorias indispensáveis, como farinha e carne, por exemplo, subiram de 100%, enquanto a carne atingiu 50%.

Na série de aumentos ocorridos em outros itens, como vestuário, higiene ou serviços públicos, naquele período uma boa parte deles passou dos 50%.

Tal situação força, inevitavelmente, os que vivem de salário, a pleitear novos aumentos salariais, como único meio de atualizar o seu poder de compra.

Estudos Sociais Nº 7 Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo. Cr\$ 30,00

Tribuna de Debate

NESTOR VERA

O Papel Dos Camponeses na Revolução

Tem grande importância para nosso Partido o debate que ora se inicia com as "Teses para Discussão" e o Projeto de Estatutos.

Sempre que um Partido Comunista abre uma discussão política e programática em sua vida o acerto ou o erro fundamental na elaboração da linha política depende da posição que o mesmo tenha em relação ao movimento comunista internacional, e em primeiro lugar, de sua posição em relação com a União Soviética, e ao seu Partido Bolchevique. Se o Partido for fiel à União Soviética e ao seu Partido comunista, estará, então, de maneira justa, ligado estritamente ao movimento comunista internacional. Alí encontra-se o caminho certo da revolução em seu país, mesmo que cometa alguns erros por falta de um melhor conhecimento da realidade interna ou de outra natureza. Neste caso serão erros secundários. Não serão corrigidos no processo de aplicação diária da linha aprovada. O fundamental é ter uma posição correta com o movimento comunista internacional, estar enquadrado com justiça dentro do internacionalismo proletário. Esta é a pedra de "toque" que define a posição de classe marxista-leninista de um Partido Comunista. Deste ponto de vista, estou convencido que estamos certos, porque o nosso Partido sempre foi, e será fiel à poderosa União Soviética, baluarte da paz e do socialismo em todo o mundo e deposita confiança ilimitada no Partido Comunista da União Soviética, que foi o primeiro a conduzir o proletariado russo ao poder, abrindo assim, uma nova era na história da humanidade. É o Partido Comunista do mundo com mais experiências e, por isso, está em condições de melhor ajudar a todos os Partidos Comunistas dos diversos países do globo.

Para que queremos uma linha política acertada? Queremo-la como todos os Partidos Comunistas a quem, a fim de conseguir o poder político, mudar o regime de capitalistas e latifundiários, implantar o socialismo sob a ditadura do proletariado com o Partido Comunista à frente, única condição para acabar com toda espécie de exploração e opressão em que vive o povo trabalhador. Esta é a finalidade de nosso Partido e para isso lutamos, embora a atual etapa da revolução no Brasil não seja socialista. Mas nosso objetivo é atingir o socialismo e o comunismo.

A China de Mao Tsé Tung e os demais países que constroem o socialismo levaram o proletariado ao poder e constroem com êxito a nova sociedade porque sempre foram fiéis à União Soviética e ao invencível Partido de Lenin. Extrairam as experiências da aplicação do marxismo-leninismo na Rússia e aprenderam que os princípios gerais da doutrina de Marx e Engels são válidos até hoje para todos os Partidos Comunistas, como sejam: a ditadura do proletariado; a aliança operário-camponesa como a questão fundamental para a vitória da revolução; saber aproveitar todos os aliados por mais fracos que sejam, nem que for para dar um só passo com eles; saber lutar com acerto a burguesia dos países coloniais e semicoloniais; combater com firmeza os desvios e grupos de direita e de esquerda, pois os dois são facetas de uma mesma moeda. O oportunismo empedernido e os dois prejudicam ao Partido e o desligam das massas. Combater e atacar o imperialismo como o inimigo principal de todos os povos; não conciliar de maneira alguma com o revisionismo, inimigo jurado do comunismo.

Ao elaborarmos a nossa linha política, precisamos levar em conta estas questões devido a que, após o XX Congresso do PCUS, estes princípios foram muito atacados pelos revisionistas. O anti-sovietismo e o anti-partido surgiu com força no Comitê Central e em alguns organismos intermediários importantes. Tivemos o mérito de abrir firme combate a essas posições errôneas. Vencemos essa dura parada, mas o inimigo não está ainda liquidado e procura sempre agir.

Questões importantes de princípio não estão ainda suficientemente claras para todo o Partido, nem defendidas com a firmeza necessária por todos os comunistas, a fim de combater o revisionismo que teve forte guarida em nosso Partido e que é o perigo principal no movimento comunista mundial e em nosso Partido.

Os revisionistas concentraram seus ataques em nosso partido, em três questões fundamentais do marxismo-leninismo: 1) na hegemonia do proletariado na revolução; 2) na existência do Partido comunista; 3) na aliança operário camponesa.

A pretexto de combater o sectarismo e o dogmatismo, combateram estas questões alegando que a revolução é democrática burguesa e a hegemonia deve pertencer à burguesia; que é uma revolução nacional e a luta é contra o imperialismo; que o campesinato está atrasado e por isso não há condições para uma reforma agrária radical; que o proletariado deve aliar-se com a burguesia como força principal da revolução; que os camponeses ainda não se interessam pela terra, etc. etc.

Estas teses revisionistas tiveram forte influência em nosso partido. E ao combatermos posições de esquerda e dogmáticas que tinhamos, não combatemos as idéias revisionistas como era devido, e elas nos prejudicaram. Não temos levado em conta que a burguesia no Brasil é forte e reacionária, tem um grande trabalho ideológico permanente entre a classe operária, e que o mesmo penetra com força em nosso Partido.

Refiro-me aqui à questão camponesa, como a questão do aliado fundamental do proletariado na revolução, que passou a ser colocada em segundo plano, passando para o primeiro lugar, como está evidente já na "Declaração Política", aprovada em março de 1958.

Não se pode falar da hegemonia do proletariado na revolução sem falar e colocar em primeiro plano a questão camponesa, como não se pode falar de um Partido Comunista à altura, ideologicamente, de conduzir o proletariado

riado ao poder e mantê-lo no poder, se não colocar a questão camponesa como questão central para a vitória da revolução.

Na "Declaração de Março" de 1958 colocamos a questão camponesa profundamente subestimada e muito mal formulada. Fala-se da reforma agrária radical, mas de maneira que fica claro que é para as calendas gregas. As simples medidas de reforma agrária, colocadas na "Declaração", refletem bem a posição de direita reformista que assumimos. Isto desarmou o Partido e prejudicou o trabalho do campo. Isto é tão verdade que toda autocrítica que tivemos que fazer, quando analisamos a aplicação da "Declaração Política" no campo, como em relação à nossa posição frente ao governo de Juscelino, foi auto-crítica de posições de direita. Pois se nossa posição é de direita no campo, só tinhamos que ir a reboque do governo de Juscelino, que é um governo de latifundiários e da burguesia.

Em cada discussão política que fazemos modificávamos as reivindicações em relação ao campo. Na discussão política que fizemos em setembro de 1959, retiramos as palavras de ordem oportunistas de "medidas de reforma agrária" e colocamos reforma agrária. Mesmo as teses que ora discutimos colocam a questão camponesa mais avançada que a "Declaração de Março", o que também é uma auto-crítica de nossa posição de direita. Mas, ainda a meu ver as "teses" não colocam com justiça a questão camponesa. Não expressa uma posição marxista-leninista.

Um partido comunista, ao tratar da questão camponesa, é preciso colocar a luta de classes no campo com toda evidência, a fim de aprofundá-la e não amainá-la, como infelizmente estamos fazendo. Lenin diz que "o apoio que devemos dar aos camponeses deve ser em levar a luta de classes ao campo".

Depois do XX Congresso do PCUS surgiu a tese, em nosso partido, que está expressa na "Declaração Política" e nas "Teses", de que os latifundiários no Brasil não são o sustentáculo do imperialismo, como estava colocado acertadamente no Programa aprovado no IV Congresso; que isto é um dogma e que restringe a frente única, alegando-se que "uma parte dos latifundiários são contra o imperialismo".

Tomar esta posição é cometer grave erro. Seguir este caminho prejudica a frente única ant imperialista e nunca a fortalecerá, pois escondese, assim, o inimigo interno principal da revolução, que são os latifundiários. O que fortalece a frente única é a participação dos camponeses e não de alguns latifundiários.

A situação agrária no Brasil mostra com dados reais que três questões fundamentais é necessário levar em conta a fim de elaborarmos uma linha política marxista-leninista e evitar de cairmos no nacional-reformismo, no embelezamento do capitalismo e na incompreensão da luta de classes no campo e do papel que devemos assumir atualmente.

1) Que os latifundiários são no Brasil o sustentáculo do imperialismo; 2) que o problema camponês é a questão central da revolução; 3) que a situação das massas camponesas piora de ano para ano; aumenta o número de camponeses arruinados e vem diminuindo a produção dos produtos principais da lavoura para a manutenção dos trabalhadores.

O Brasil é o segundo país no mundo de maior concentração da grande propriedade latifundiária, o que tem o maior número de camponeses sem terras, embora seja o que mais terras cultiváveis possui: 675 milhões de hectares. E o processo em desenvolvimento é o crescimento da concentração da grande propriedade latifundiária.

Temos atualmente 2.100.000 propriedades agrícolas, com uma área de 200 milhões de hectares, sendo que 149.000 propriedades ou seja 7,8% dos proprietários, que representam 1/25 da população rural, possuem 150 milhões de hectares, isto é 3/4 (três quartos), partes de toda a terra. Em médias 1.600 hectares cada um. Entre este grupo de latifundiários encontram-se os grandes latifundiários de 10 mil a 100 mil hectares, e a burguesia territorializada, isto é, os industriais e banqueiros que possuem enormes latifúndios e os usineiros de açúcar, muitos deles, com área de 10, 12 e 15 mil hectares e mais.

Os restantes 50 milhões de hectares, um terço da área, pertencem aos 93% (1.951.000 propriedades) em média 25 hectares cada. Neste grupo encontram-se os pequenos camponeses de 1 a 10 hectares, terra insuficiente para a manutenção de suas famílias, com exceção dos chacareiros em volta das grandes cidades, que conseguem tirar seu sustento com pequena área. Aqui vemos o poder do latifundiário na agricultura brasileira e na vida política do país.

Além disso o imperialismo possui grandes latifúndios no país, controla o fundamental da produção agropecuária através da compra de produtos exportáveis como o café, algodão e a carne, que estão em seu poder, etc.; e na venda das ferramentas, máquinas, veículos, adubos, etc., para nossa agricultura. E os latifundiários estão ligados ao imperialismo nessas negociações. Sabemos que no caso de um movimento das massas camponesas contra os latifundiários, os imperialistas correm em defesa, imediatamente, dos latifundiários, como em todo mundo acontece. Isto é uma prova de como o latifúndio é a base do imperialismo

em nosso país e os latifundiários como classe seu sustentáculo. Isto não quer dizer que não devemos aproveitar algumas contradições que existem em determinados setores de latifundiários, em algumas questões, como nos preços do café, algodão açúcar, etc., que podem levá-los a algumas posições momentâneas, mas de pouca monta, contra o imperialismo.

Mas, entre isto e querer colocar que o imperialismo se apóia no Brasil só em setores de latifundiários, e não nos latifundiários como classe; e que setores de latifundiários possam fazer parte da frente única ant imperialista, val uma diferença como da água e o azeite (que não se misturam). Enquanto não se liquidar com o latifúndio no Brasil, como sua base econômica, e os latifundiários como classe, sua base política, não conseguiremos golpear e derubar o domínio do imperialismo em nosso país. Esta é a experiência de todos os países nas condições do Brasil e da vitória das revoluções populares desde a grande revolução socialista de outubro de 1917.

No Brasil não será a burguesia que irá enfrentar esta tarefa, de derrubada do imperialismo embora a atual etapa da revolução seja ant imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Mesmo que sejam resolvidas as tarefas da revolução democrático-burguesa, como também não é a burguesia o aliado principal do proletariado, nem ela é a questão central da revolução. Serão, sim, o proletariado e o campesinato, junto com a burguesia nacional, que resolverão estas questões da revolução. E a burguesia nacional só tomará posição mais decidida à medida que se for ampliando e fortalecendo a aliança operário-camponesa.

A burguesia brasileira vem lutando não para acabar com a grande propriedade territorial e nem com o imperialismo, embora ele a prejudica. Ela teme mais um novo regime popular que seguir com o imperialismo. A burguesia luta para criar uma forte burguesia rural, com latifundiários do tipo burgueses e um grupo forte de camponeses ricos, mas sem resolver a situação das grandes massas camponesas. E o imperialismo se apóia também nesse tipo de latifundiários.

Até agora o parlamento não aprovou nenhum projeto de reforma agrária. Existem na Câmara Federal cerca de 100 projetos de reforma agrária, não de conteúdo proletário e sim burgueses, mas mesmo assim nenhum foi aprovado. Todos estão esquecidos e saboteados nas comissões.

Surgiu agora o do sr. Carvalho Pinto em São Paulo, que não passa de uma medida contra os camponeses trabalhadores e a favor dos latifundiários. Se aprovado, vai fazer com que os latifundiários se aproveitem do Estado pra vender terras a preços elevados aos camponeses. Depois o Estado ficaria novamente com essas terras, porque é impossível a um trabalhador do campo pagar seu lote nas condições estipuladas no projeto do sr. Carvalho Pinto.

Vemos com isto que mesmo os grandes proprietários de terras burgueses, donos de fábricas e banqueiros possuidores de terras, estão indicados no rol dos latifundiários como sustentáculo do imperialismo no Brasil.

Sabemos que os maiores industriais do Brasil possuem grandes propriedades de terras. Não importa saber o número exato no caso. Importa é saber a força que possuem como base econômica onde se apóia o imperialismo.

A segunda questão é do campesinato como questão central da revolução.

O Brasil tem 63% de sua população no campo, sem contar uma grande parte de camponeses arruinados que abandonaram o campo e moram nas cidades do interior, mas trabalham como assalariados nas fazendas de café e usinas de açúcar. Sua vida está ainda no fundamental ligada à terra. Estes trabalhadores, recebendo um pedaço de terra, preferem voltar ao campo.

Sendo a massa camponesa a maioria da população do país, é o campesinato a questão central da revolução. Para o campo é que deve estar voltado o proletariado com seu partido à frente.

Trava-se uma luta hoje, no Brasil, pelas duas classes fundamentais do país; a classe operária e a burguesia pela hegemonia da revolução. A hegemonia só a conseguirá quem conseguir arrastar e ganhar os camponeses.

A burguesia tudo vem fazendo a fim de manter os camponeses sob sua influência e a dos latifundiários, para não perder suas posições. Sabe que se conseguir manter os camponeses a seu lado, logo após a vitória da revolução tratará o proletariado, servindo este, apenas, de instrumento para ajudá-la a ir ao poder.

Quem estiver interessado em levar a cabo a revolução ant imperialista e antifeudal tem que reconhecer que o centro da revolução é o campesinato, por ser ele a maioria da população, a parte do povo mais sacrificada e a que mais vantagens imediatas consegue com a expulsão do imperialismo e a liquidação dos latifundiários; carrascos dos camponeses. Também porque os camponeses trabalhadores não temem o socialismo e só terão a ganhar com o novo regime.

Este deve ser o centro da preocupação do nosso Partido, a fim de ganhar esses milhões de camponeses, incorporados à luta, e teremos desta maneira uma poderosa frente única.

A aliança com a burguesia nacional é necessária, importante e obrigatória para a vitória da atual etapa da revolução. Mas a aliança com a burguesia é uma questão secundária em relação ao campesinato. Estes, os camponeses pobres trabalhadores do campo, em aliança com os operários, serão a força que impedirá que a burguesia acerte compromissos com o imperialismo contra a revolução, impedirá que suas vacilações prejudiquem a marcha da revolução.

O movimento nacionalista está fraco no Brasil e não consegue posições mais elevadas contra o imperialismo, porque está somente entre a burguesia e parte do proletariado. E diga-se de passagem — que nenhum movimento revolucionário de que o proletariado e o partido comunista participaram foi vitorioso porque nunca conseguiram arrastar os camponeses, por falta da aliança operária camponesa.

A burguesia não pode ser para o proletariado a questão central da revolução, mesmo que ela esteja prejudicada pelo imperialismo norte-americano com sua dominação em nosso país, porque, se ela for ao poder com o proletariado, e este não tiver uma forte base no campo, a burguesia voltará as costas ao proletariado, traindo seus compromissos, porque é uma classe de exploradores, que visa sempre obter o máximo de lucros à custa dos operários e de todos os trabalhadores. Mas, se o proletariado tiver uma forte aliança com os camponeses, a burguesia pode virar as costas ao proletariado, como nos ensina Lenin, e este nada perderá. Tratará imediatamente, com o poder na mão, de tomar medidas radicais profundas, salvando as conquistas da revolução.

Além disso, o campesinato é a questão central da revolução para o proletariado e para o partido comunista, devido a que a atual etapa da revolução, pela qual lutamos, não está separada da revolução socialista. Pelo contrário, está intimamente ligada com a revolução socialista. E o proletariado e os camponeses têm esse interesse, porque somente o socialismo dará aos trabalhadores e ao povo em geral a liberdade e a paz. Somente o socialismo os libertará da miséria, da fome e do analfabetismo.

Durante a revolução democrática na China, o camarada Mao Tsé Tung refletiu em várias ocasiões que o movimento revolucionário dirigido pelo Partido Comunista da China é, em seu conjunto, um movimento revolucionário único, que abarca a revolução democrática e a revolução socialista. Só é possível dirigir com acerto a revolução na China compreendendo a diferença entre a revolução democrática e a revolução socialista e esclarecendo ao mesmo tempo a relação existente entre ambas ("Problemas da Paz e do Socialismo", n. 10, página. 23, Praga, 1959).

O nosso Partido, como todos os partidos comunistas, que tem como objetivo atingir o socialismo, não pode descurar um só instante do problema camponês e tem que colocá-lo como centro da revolução, tanto na primeira como na segunda etapa da revolução.

Infelizmente nosso Partido não está tratando a questão camponesa com acerto. Não temos uma posição de princípio justa. A subestimação e desprezo pelo trabalho camponês reflete bem nossa posição de direita. Se não mudarmos de posição, os prejuízos ao movimento revolucionário serão incalculáveis. No trabalho de campo está o "calcanhar de Aquiles" de nosso partido. Esta é uma questão ideológica ainda a ser resolvida por nós. Falamos em palavras da importância do trabalho do campo, mas não se toma as medidas necessárias para levá-lo à prática, a começar da direção. E há mesmo dirigentes de alta responsabilidade que acham que, como o movimento camponês está atrasado em relação ao movimento contra o imperialismo americano, então o fundamental é a aliança com a burguesia e setores de latifundiários, quando a luta ant imperialista só tomará seu devido impulso na

hora em que tivermos um forte movimento camponês pela terra, contra o latifúndio. Lenin, o chefe geral da revolução socialista de 1917 e do proletariado mundial, mostrou ao mundo inteiro a importância da aliança do campesinato para a vitória da revolução e para a hegemonia do proletariado na revolução, questão confirmada por todos os Partidos Comunistas que foram ao poder.

A terceira questão é a situação dos nossos camponeses e da produção de gêneros agrícolas essenciais à manutenção do povo.

O capitalismo se desenvolve na agricultura em alguns Estados, como em S. Paulo, Rio Grande do Sul; nas plantações de cana de açúcar de Pernambuco, Estado do Rio, e de cacau na Bahia; e em menor escala nas grandes plantações de algodão de São Paulo e fazendas de café, como se atesta pelo aumento da produção nacional de adubos, o aumento de número de tratores na agricultura que, de 37.348 unidades em 1953, passou para 56.803 em 1959; pelo crescimento dos assalariados agrícolas e o aumento da produção de produtos exportáveis como o café e o açúcar e o algodão.

Esse desenvolvimento capitalista traz vantagens para os latifundiários, a burguesia e o imperialismo. Tratores e adubos são os que podem comprar os fazendeiros. O aumento da produção de café e açúcar traz lucros aos donos das fazendas e as usinas de açúcar e traz mais miséria para os trabalhadores do campo, que vão sendo arruinados e despedidos das fazendas e usinas, e substituídos pelas máquinas e tratores. E os que ficam na lavoura sofrem cada vez mais. Há lugares no Brasil onde assalariados agrícolas recebem 30 a 40 cruzeiros por dia, quando um quilo de carne custa mais de 100 cruzeiros.

Com o aumento da produção de cana de açúcar e café, diminui a produção de cereais que é a base da alimentação do povo, como veremos pelo quadro abaixo:

	1955	1959
Arroz	23	22
Feijão	65	62
Trigo	18	8
Batatas	15	12
Mandioca	254	242

A manteiga no Estado de São Paulo diminuiu sua produção, no mesmo período, de 1955 a 1959, de 5.087 toneladas para 4.130. ("Estado de São Paulo" — 8 de maio de 1960).

Como se vê, todas elas de enorme importância para o consumo interno de nosso povo trabalhador. E como diminui a produção, o preço dos produtos se eleva assustadoramente. O próprio camponês que trabalha na terra não pode comer, nem ele mesmo, o que é produzido na agricultura, principalmente os que trabalham nas zonas de cana de açúcar e fazendas de café e invernações de gado. Estes tudo têm que comprar. Já no Brasil super-produção relativa de açúcar devido que o poder aquisitivo de nosso povo é baixo e não pode consumir o necessário. O governo diminuiu a produção desse produto em 7 milhões de sacos. Mas o preço não baixou. Ao contrário, aumentou, a fim de que os usineiros continuem ganhando sempre o mesmo.

Aos fazendeiros de café, o governo deu-lhes, em 1959, 60 bilhões de cruzeiros a fim de aumentar seus já grandes lucros. Esta é a situação da agricultura brasileira. Milhões de cruzeiros para os fazendeiros e latifundiários de todos os tipos, e milhões e mais milhões de camponeses trabalhadores pobres, aumentando cada dia mais a miséria e a fome em suas casas, sem liberdade de lutar a não ser pegando em armas contra os latifundiários como em Formoso, em Goiás, Porecatu, no Paraná, e outros lugares. Pois as lutas legais no campo são permitidas enquanto não ferem os interesses dos latifundiários. Quando os camponeses se organizam e lutam pelos seus direitos, ali estão a polícia do governo e os capangas dos latifundiários para atacar os camponeses à bala, como em Santa Fé de Sul, nos sindicatos rurais e por

toda parte onde os camponeses lutem. Esta é a situação da agricultura em nosso país, em profunda contradição com o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento da indústria no Brasil.

Como resolver isto? Com simples medidas de reforma agrária? Creio, que não. Será que a desapropriação local ou parcial das grandes propriedades incultas ou com baixo nível de aproveitamento, como está nas "teses" golpeará o latifúndio, resolvendo o grave problema do campo? Creio também que não. Estas são medidas de interesse dos Partidos da burguesia, porque isto não liberta os nossos camponeses da exploração, nem diminui a força e o poderio dos latifundiários. A posição de nosso Partido tem que ser diferente. Não podemos encampar a tese ortodoxa e falsa de que, estando o movimento camponês atrasado, não podemos lutar já por uma reforma agrária radical.

As necessidades do Brasil exigem o quanto antes uma reforma agrária radical. Se o movimento camponês está atrasado o que é uma verdade, devemos reconhecer que esse atraso não é totalmente por culpa dos camponeses e sim em primeiro lugar, por culpa de nosso Partido que vem subestimando profundamente o trabalho no campo. Não estamos tomando as medidas necessárias a fim de superar esse atraso. O trabalho é duro. O Partido fica acomodado nas cidades, mais preocupado com os interesses da burguesia do que com o aliado fundamental do proletariado. O trabalho no campo se desenvolve, tomará impulso se forem enviados quadros para o campo, com vontade de trabalhar e dispostos a enfrentar as dificuldades que são muitas, mas que são possíveis de serem superadas. Na prática estamos nos empenhando de mostrar ao camponês e de ajudá-lo a lutar contra o latifúndio e o imperialismo, amainando dessa maneira a luta de classes no campo, para não assustar os latifundiários e ganhar uma parte deles para a frente única ant imperialista, o que constitui um grave erro de nossa parte.

Da maneira como estão colocadas nas "Teses" as tarefas para o campo — desapropriação apenas das terras improdutivas ou mal cultivadas —, fazemos da luta fundamental, que devemos travar já, firmemente, no campo, que é a luta por uma reforma agrária radical. Como Partido Comunista não podemos ficar levantando, somente aquilo que não assusta a burguesia e os latifundiários. Temos de lutar por medidas muito mais avançadas do que as que são aceitas pela burguesia e pela frente única atualmente. Isto é, seguir a reboque da burguesia. Não devemos lutar desde já pela concentração das terras dos imperialistas e dos latifundiários ligados a eles, sejam de que tipos forem e sua distribuição entre os camponeses, assim como a desapropriação das terras dos demais latifundiários, a fim de golpear o poder dos fazendeiros de café e todos os grandes proprietários de terras. Tratando cada caso de detes de acordo com a realidade de cada um e as necessidades do país. Esta posição é que irá levar a luta de classes no campo e mobilizar os camponeses. Sabemos que o motor da história, o que desenvolve a luta revolucionária, é a luta de classes.

Na agricultura brasileira encontramos duas formas de luta de classes: a primeira, a luta de todo o campesinato trabalhador contra os privilégios dos latifundiários indistintamente, e contra todas as formas de opressão semifeudal; e a segunda é a luta do proletariado agrícola contra a burguesia do campo. Devemos concentrar atualmente nossa luta aprofundada, na primeira, de todo o campesinato contra o latifúndio.

Dado o grau de atraso do campo em relação com a cidade, com o desenvolvimento industrial urbano, são necessárias medidas muito mais profundas no campo que na cidade, a fim de lutar com os obstáculos fundamentais da agricultura, em consequência do modo nobre da terra, a fim de criar uma economia nacional progressiva e independente no Brasil.

O camponês só poderá conseguir a dita tarefa, se estiver em condições favoráveis e tudo quanto necessário, a preços razoáveis para produzir em abundância, quando se acabar com o monopólio da terra. Quando se conseguir um regime nacionalista e democrático, completamente diferente daquele que está. Um regime que abra com essa política e os capangas dos fazendeiros e do governo. Mostrar aos camponeses que o Partido Comunista é a classe operária, estarão ombro a ombro com eles na luta pela terra e contra os latifundiários e o imperialismo.

Este debate que estamos realizando tem que nos levar a encontrar a verdade ou pelo menos, a nos aproximarmos da realidade e a elaborar uma linha política e mais correta possível, como instrumento para a luta revolucionária e o fortalecimento do Partido.

Nestor Vera

FIDELES MACEDO (Est. do R. G. do Sul)

O Projeto de Estatutos

O Projeto de Estatutos apresentado para debate, vem sobre certos aspectos democratizar e regularizar a atividade dos militantes do partido. Entretanto, no que se relaciona com a escolha dos candidatos a cargos eletivos, discordo pela maneira em que é feita a referida escolha, pois que esta "para vler", depende de uma chancela do direção.

Penso que o método de ser adotado, por ser realmente democrático, é a escolha a partir das Organizações de Base, dos nomes a serem sufragados nas

urnas, e levados à CONVENÇÃO Municipal, Estadual ou Federal se for o caso, órgão soberano para decidir.

Por que o projeto de Estatutos não fuia em Convenção do P. para a escolha dos Candidatos? Por que fez-lo por meios burocráticos como se estivéssemos na ilegalidade? Penso que esta falha no projeto, é muito séria e que deve ser modificada, para que tenhamos um partido realmente democrático e não de fachada como são os partidos burgueses.

A direção Municipal, Estadual ou

Nacional deve ficar com determinado n. de vagas, a fim de que possa celebrar acordo sobre legenda, ceder a aliados ou por candidatos preferenciais que não tenham sido escolhidos em CONVENÇÃO.

A escolha feita em Convenção, e que vai representar a massa partidária, não poderá ficar na dependência do chancela da direção pois isto é a negociação da democracia interna.

FIDELES MACEDO

S. Gabriel, Rio G. do Sul.

CARLOS DARIELLI (E. do Rio)

Tribuna de Debate

AUDIFAX DE AMORIM (Espírito Santo)

Pequeno Roteiro Crítico do Substitutivo (I)

A condição de jovem militante, que somente agora está tomando contacto com o marxismo-leninismo...

Desejo oferecer meu apoio às Teses originais e confesso que o faço um tanto apressadamente...

legativismo sectário

No substitutivo que produziu — e já é um importante documento sistematizador de sua corrente de idéias — o camarada Maurício Grabois reconhece...

A informação estorrece, pois é profundamente grave. Efectivamente, um partido político que abdica...

Os gritos e comentários à citação de Lenin são do camarada Pedro Pomar e, a ser verdadeira a conclusão...

A tanto conluzem, às vezes, certos excessos de linguagem e a pressa no raciocínio!

Algo, porém, se especifica no teor de forças imaginativas daqueles companheiros...

Não posso e não posso, porisso, julgar a Declaração de março de 1958. Mas, se o documento apresentado...

Do caminho pacífico não se conclua, assim, a abdicação por completo da luta pelo poder...

Antes disso, porém, passa a comentar a atividade dos comunistas a partir de março de 1958...

E dessa maneira melancólica, acaba por fazer volatilizar a própria história do Partido...

Dissochada de seu próprio processo dialético, a conjuntura partidária surge assim de ar por um toque mágico...

O substitutivo e a reforma agrária. Ainda aqui, o substitutivo não é prodigo em coerência e clareza...

encontrar o justo caminho da revolução nacional.

Uma autocritica entorpecente

Tendo sido sempre um comunista consequente, inibido de acendrado amor à classe operária...

Que significa dizer, porém, que determinado ponto-de-vista é justo? Não seria justo, por acaso...

1 — «Na atividade prática subestimase a luta pela reforma agrária, sob o pretexto de não prejudicar a ação contra o imperialismo norte-americano...

2 — «Do ponto de vista tático, em determinadas ocasiões, a classe operária e seu partido podem, na ação prática, não dar muita ênfase às reivindicações agrárias...

3 — «A Declaração considera que as forças revolucionárias chegaram ao poder através de acumulações de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica...

4 — «Mesmo no Brasil, a prática mostra que as mudanças na estrutura econômica do país ou nas instituições políticas não se faz sem o apoio à força armada...

Devese concluir, portanto, que para Grabois, a questão agrária não pode ser objeto de tática, no atual momento...

Resta saber: a) se há, de nossa parte, condições objetivas e subjetivas para esta luta;

b) se os camponeses estão realmente interessados nela;

c) se não existem outros caminhos menos árduos.

Como, não desejo violentar a inteligência dos companheiros com repetições acadêmicas, deixo as respostas à capacidade de discernimento de cada um acrescentando que o próprio Grabois não levou até o fim a sua argumentação...

Todavia, no caminho de sua renúncia aos fatos concretos da questão camponesa, o substitutivo não pode evitar alguns erros flagrantes. Um deles, o divórcio que pretende introduzir entre a luta ant imperialista e a luta agrária...

Alguns camaradas poderão dizer que este último erro é o mais grave e que Grabois não o cometeu. Mas seria por acaso que há a sua instigação...

Portanto Grabois supõe que a reforma agrária que propomos é a mesma que propõe Curvalho Pinto...

Creio, portanto, que dar terra agora aos camponeses ainda que isto fosse possível, significaria mundarões, flutuar e não se compor-se com o imperialismo para escoamento de sua produção.

ma o problema agrário é colocado nas Teses (ou Declaração), reconhecendo que apenas introduziu medidas de reforma agrária, sem atingir a essência da questão: a conquista da terra para o camponês...

Questão imperantíssima a debater e a que se refere a direção principal da luta ideológica em nossas fileiras no momento atual...

Ha quase dois anos a direção da luta ideológica em nossas fileiras vem sendo conduzida contra o dogmatismo, o esquerdismo e o sectarismo. Nesse período sofreram rudes golpes tais tendências...

Ha dentro do Partido que temem errar absolutamente o governo central e partidariamente a seu respeito sob o pretexto de que tal ataque colocaria em questionamento a sua derribada...

Tais são, a meu ver, algumas manifestações de erro em nossa posição face ao governo. Outra questão, também, centrada na renúncia de janeiro de 1958...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

A Direção Principal da Luta Ideológica em Nossas Fileiras

Volto novamente aos debates não para reiterar o simplesmente desenvolver as palavras volubres de que temos sido alvo...

Questão imperantíssima a debater e a que se refere a direção principal da luta ideológica em nossas fileiras no momento atual...

Ha dentro do Partido que temem errar absolutamente o governo central e partidariamente a seu respeito sob o pretexto de que tal ataque colocaria em questionamento a sua derribada...

Tais são, a meu ver, algumas manifestações de erro em nossa posição face ao governo. Outra questão, também, centrada na renúncia de janeiro de 1958...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

tomamos uma posição inequívoca. Alias, devese ressaltar que logo após sua eleição, nos levamos em conta que o sustentavam as forças mais reacionárias de S. Paulo...

Ha dentro do Partido que temem errar absolutamente o governo central e partidariamente a seu respeito sob o pretexto de que tal ataque colocaria em questionamento a sua derribada...

Tais são, a meu ver, algumas manifestações de erro em nossa posição face ao governo. Outra questão, também, centrada na renúncia de janeiro de 1958...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

Quanto mais ampla a frente ideológica, mais firme e armada política, econômica e ideologicamente, precisa ser o Partido do proletariado...

ficação e controle das tarefas, o cumprimento das decisões dos organismos superiores pelos inferiores, as tendências a confundir autonomia com independência...

Em muitos lugares hoje, aconheham-se os militantes a assistirem os cursos patrocinados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros e outros que, apesar de se oporem objetivamente ao imperialismo norte-americano...

Talvez mil vezes razão Lenin ao afirmar: Sem teoria revolucionária não pode haver tampouco movimento revolucionário...

A meu ver a própria vida indica a necessidade de passarmos a primeiro plano a luta contra os desvios de direita reformistas sem fazer concessões às tendências esquerdistas, sectárias e dogmáticas existentes ainda em nosso Partido...

A meu ver a própria vida indica a necessidade de passarmos a primeiro plano a luta contra os desvios de direita reformistas sem fazer concessões às tendências esquerdistas, sectárias e dogmáticas existentes ainda em nosso Partido...

A meu ver a própria vida indica a necessidade de passarmos a primeiro plano a luta contra os desvios de direita reformistas sem fazer concessões às tendências esquerdistas, sectárias e dogmáticas existentes ainda em nosso Partido...

A meu ver a própria vida indica a necessidade de passarmos a primeiro plano a luta contra os desvios de direita reformistas sem fazer concessões às tendências esquerdistas, sectárias e dogmáticas existentes ainda em nosso Partido...

Tribuna de Debate

FRAGMON CARLOS BORGES (E. da Guanahara)

Maurício Grabois & Cia. um Grupo Anti-Partido

teve ainda a coragem de falar claramente em seus artigos. Ficam nas inclinações. Este grupo está, porém, malhando em ferro frio. Nem suas grosseiras falsificações, nem sua tática confusionalista, conseguirão convencer os comunistas da necessidade de voltarem ao passado. Pois é justamente isto o que eles desejam. A plataforma política, se se pode dar esse nome ao amontoado de palpites apresentado por Maurício Grabois e apoiado pelos outros, que publicaram não passa de uma repetição melhorada ou remendada do Programa «científico» de 1954, aprovado por um congresso de encomenda que passará para a nossa história como uma das maiores farsas da democracia interna. A volta ao passado, preconizada por este grupo, será a volta ao período do mais torpe mandonismo, a volta à violação da democracia interna, a volta à aventura e à irresponsabilidade políticas, a volta às viagens turísticas, a volta a tudo aquilo que os comunistas já conhecem por ouvir dizer, mas que precisam conhecer de perto e oficialmente, com os nomes de todos os responsáveis.

E a volta a esse passado significaria a liquidação do Partido, que não pode existir e crescer como seita, com uma orientação dogmática e esquerdista, sem democracia interna e submetido à direção onipotente e todo-poderosa de um grupo de aventureiros. E ninguém fez mais pela liquidação do Partido do que esse grupo que ali está pontificando nas colunas do Debate. Por isso é que não concordo com o camarada Jacob Goreneder quando fala em grupo «esquerdista». Maurício Grabois, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Caill Chaud e Orlando Pioto nunca foram esquerdistas, nem mesmo entre aspas como pensa o camarada Goreneder. Eles sempre foram, isto sim, oportunistas empedernidos, carreiristas de quatro castados. Para conservarem suas posições de mando e levarem uma vida de turistas, foram reformistas, ultra-revolucionários e sectários. Qualquer nome e qualquer orientação lhes serviam, contanto que fossem eles os mandachuvas. Exemplo: os camaradas Maurício Grabois e Orlando Pioto aprovaram a Declaração de Março de 1958 na esperança de que, assim agindo, poderiam conservar as posições alcançadas ou reconquistar as perdidas. E' possível que também os outros dois tenham aprovado a Declaração. Como as coisas não correm como esperavam e a terra começa a fugir-lhes sob os pés, voltam-se agora furiosos contra aquele documento e preconizam uma orientação esquerdista e sectária, a volta ao Programa de 1954, como tábua de salvação.

Isto, naturalmente, não acontece por acaso. Durante 15 anos o camarada Grabois fez parte do chamado «grupo dirigente». Desde 15 anos, 13 na clandestinidade onde as normas de segurança eram propositalmente exageradas e o culto à personalidade utilizado para justificar uma direção personalista, o des-

respeito à democracia interna e o mais desbragado mandonismo. Mal acostumado, como se vê.

Habitado a agir de má fé — neste debate foi pilhado com a mão na massa falsificando o texto da Declaração e durante os anos de mandonismo revelou-se mestre na falsificação da verdade do marxismo — o camarada Maurício Grabois pensa que também agem como ele os que lhe fazem oposição. Agora mesmo agarra-se a um fato comum à vida de qualquer jornal (a não publicação de um artigo de partidário seu) para acusar de tendenciosos os companheiros da direção de NOVOS RUMOS. Artigo enviado para as oficinas, composto e revisado, deixou de sair exclusivamente por falta de espaço. Isto é o que acontece com o chefe da oficina e o paginador de NR. Se alguma responsabilidade cabe pela não publicação do artigo do camarada Pedro Pomar, esta é da própria Comissão de Debate, da qual faz parte o camarada Maurício Grabois. Decidiu esta Comissão que os artigos seriam publicados na ordem de chegada, mas os envia para publicação sem nenhuma indicação a esse respeito. Como advinha? O que o camarada Grabois deveria ter feito, isto sim, era sugerir na Comissão a adoção de medidas para evitar que isto se repita. No entanto, em seu desespero justificado, o camarada Maurício Grabois preferiu insinuar que agimos de má fé. Logo Maurício Grabois, vejamos só! E' realmente de admirar o seu zelo pelo respeito às decisões da Comissão de que faz parte! Senão vejamos: na Comissão o camarada Maurício Grabois aprovou as normas para o debate («cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas datilografadas — 30 linhas por lauda — em cada edição de Tribuna de Debate») e é o primeiro a violá-las publicando em NOVOS RUMOS um artigo com 45 laudas em apenas três edições (15 laudas de cada vez!). O artigo do camarada Pedro Pomar não foi publicado no número 64 de NR, mas saiu no 65. Da mesma forma que têm sido publicados todos os artigos desse grupo anti-Partido. Acostumado a censurar as idéias alheias (Maurício Grabois foi o responsável pela nossa imprensa até 1957) e a tomar medidas disciplinares, inclusive a de expulsão, contra os que escreviam denunciando os erros e crimes por ele e por seu grupo praticados, Maurício Grabois acredita ou finge acreditar que os outros também agem sob a mesma «inspiração». Mania de pensar que todo mundo é igual a ele!

O desprezo aos intelectuais, característica de todo esse grupo, se revela mais uma vez durante este debate. Principalmente por isso, em passado recente, dezenas de intelectuais se afastaram do Partido. O camarada Pedro Pomar esconde-se atrás de Lenin (não perdeu o mau costume de citar frases dos clássicos como se isso fosse prova de domínio do marxismo) para investir contra

os intelectuais revolucionários. Maurício Grabois volta-se contra a direção de NOVOS RUMOS e aqueles companheiros que assinam artigos e reportagens em nossas colunas, sem o seu conhecimento ou autorização... (o uso do cachimbo faz a boca torta). Ainda a semana passada interpelava Maurício Grabois o nosso redator-chefe sobre quem era «esse Fausto Cupertino» e estranhava o fato de «um desconhecido» andar assinando artigos de primeira página. Como vocês vêem, não mudou nada. Amarelo ou verde, é sempre o mesmo camaleão. Troca de roupa para adaptar-se às circunstâncias ambientes e enganar o transeunte incauto, mas na essência é o mesmo que todos já conhecemos. Durante dez anos o camarada Maurício Grabois foi o dono quase absoluto de nossa imprensa, embora nada entendesse de jornalismo. Nesse período, artigos de primeira página só os dele ou de seu grupo, apesar de muitas vezes ou quase sempre por eles não fossem escritos... Daí a sua estranheza atual, pois resiste em acreditar que seu período já passou.

O seu desprezo aos intelectuais (mal agradecidos!) já é bem conhecido. Desnecessário se tornava, pois, que ele o revelasse mais uma vez. Para nós já foi o suficiente o que ele fez em 1957, logo após o seu regresso da Europa, mandando um grupo de companheiros, mobilizados enganosamente, invadir a redação da IMPRENSA POPULAR e de lá expulsar os jornalistas que denunciavam os seus erros e crimes. De passagem, quero esclarecer que não concordei e não concordo com os métodos e os pontos de vista dos então companheiros que estavam à frente da IP.

Mas o desprezo de Maurício Grabois e de todo o seu grupo não se limita aos intelectuais. E' um desprezo a todos que discordam deles, que põem em dúvida as suas idéias, poucas mas nocivas ao movimento revolucionário. Obrigados a participar de um debate que não lhes agrada, desejam empolgá-lo enviando montes de artigos pre-fabricados. Fazendo parte da Comissão (mais uma prova da democracia existente em nosso meio) o camarada Maurício Grabois tentou impedir, sob um pretexto fútil, a publicação do artigo do camarada Nicolau Abrantes denunciando seus erros e falsificações. Não o conseguindo, Grabois e Danielli realizam, agora, uma torpe campanha de difamação daquele companheiro numa tentativa vergonhosa de intimidação a fim de que outros companheiros não participem da discussão. O mesmo homem, como vocês vêem.

A esta altura do debate, está claro para todos que esses companheiros não desejam fazer autocrítica dos gravíssimos erros cometidos no passado recente e nos 15 anos que empolgaram a direção do movimento comunista. Estão superados pelos acontecimentos, mas resistem de desesperadamente. Não os subestimemos. São velhas raposas.

HÉRCULES CORRÊA REIS

TESES, ATUAÇÃO E ESTATUTOS

Concordo com as teses. Elas expressam os resultados da aplicação da linha política traçada na «Declaração de Março». Portanto, temos nas teses correções em relação à linha política que vimos aplicando de março de 1958 para cá, fato demonstrativo do pensamento coletivo. A aplicação da atual política expressa nas teses comprova a justiça da mesma. Em relação à frente única, fortaleceu-se e ampliou-se o movimento nacionalista que, com sua ação, embora organicamente não estruturado, proporcionou, entre muitos atos a imposição aos partidos políticos das candidaturas Lett-Jungo contrariando os desejos dos entreguistas que representam os interesses dos grupos econômicos norte-americanos. Do ponto de vista de nossa política exterior, houve progresso, e hoje o comércio com a União Soviética é uma realidade, como também, melhorou o intercâmbio cultural com a vinda ao Brasil da ópera de Pequim, a seleção de basquete da URSS e o circo de Moscou, que proporcionaram ao povo brasileiro espetáculos maravilhosos, demonstrando a capacidade do regime socialista.

A justiça de nossa atual linha política do ponto de vista da política interna, particularmente entre a classe operária, está demonstrada na impossibilidade do governo em aplicar o Plano de Estabilização Monetária, exigência do Fundo Monetário Internacional, face às lutas dos trabalhadores por aumento de salários e contra o congelamento dos mesmos. No que se refere à democracia, vão ficando cada vez mais fora de moda as discriminações, dando condições aos democratas, entre os quais os comunistas, de dirigirem organizações de massas e de expressarem, mais amplamente, suas idéias.

Esses e muitos outros acontecimentos não convencem a vários companheiros como Maurício Grabois, Carlos Danielli, Pedro Pomar e Caill Chaud. Entendem que isso é pouco e eu concordo plenamente. Acusam a atual linha política de oportunista pelo fato de que o governo brasileiro continua dependente dos EE. UU., cede Fernando de Noronha, não realiza a reforma agrária, sem que haja por parte do povo uma luta vigorosa que impeça semelhantes acontecimentos, e atribuem a responsabilidade disso ao Partido, dominado, segundo eles, pela linha política oportunista.

Na história da humanidade não se conhece uma classe, mesmo a proletária, que tenha obtido somente vitórias em sua luta. Da mesma forma, em nosso país não temos somente vitórias, mas tam-

bém derrotas transitórias. Sobre isso não precisamos falar, pois nossa experiência é razoável.

O que existe não é uma política oportunista, e sim uma política que vem sendo provada pela prática e que tomou com os conceitos dogmáticos e sectários sobre nossa realidade política. Desse conceito os companheiros citados são quem fazem a organização partidária voltar a funcionar como antes, satisfazendo seus ideais. Não importa os estragos que isso nos cause, se para eles os resultados disso serão um prazer, já que atenderão às velhas idéias que ainda tem na cabeça.

Em verdade, o que está havendo é a manifestação de uma contradição, que se expressa na atuação de um Partido educado, através de sua existência, à base do dogmatismo e do sectarismo, aplicando uma linha política que exige a presença de massas como forma essencial para atingirmos nossos objetivos revolucionários.

A manifestação dessa contradição, atualmente, copuz as direções partidárias para os desvios de direita, enquanto o grande contingente de militantes permanece nas posições sectárias. Nessa condição, o que presenciamos não é a aplicação da atual linha política e sim a sua interrupção. Portanto, não se trata de nossa política ser oportunista, mas sim, de que não fazemos o que ela determina: pressão de massas.

As direções partidárias tendem para os desvios de direita por dois motivos: 1) Por que têm em torno de si um contingente enorme de militantes sectários por formação e, consequentemente, desligados das massas e suas organizações. Nesse sentido, as direções ressentem-se do mesmo mal, já que elas são produto desse meio. 2) Por que empieça em seu meio o dogmatismo, o qual se manifesta no desconhecimento dos problemas existentes em sua jurisdição partidária. Um exemplo disso é o que acontece com o movimento sindical. A maioria de nossos companheiros não realiza o trabalho sindical, e os que realizam, em sua maioria, não o fazem politicamente, e sim como se fossem operários comuns. Não atuam como homens de vanguarda. Ao mesmo tempo que isso acontece, as direções partidárias não conseguem modificar esse quadro, pelo simples motivo de não conhecerem o movimento sindical. E movimento sindical é a frente em que mais temos avançado. O que não estava acontecendo numa frente como a

do trabalho entre os camponeses?

Os desvios de direita nas direções partidárias se manifestam mais claramente, em consequência do que antes dissemos, pela tendência do trabalho de cúpula sem arregaçamento de massa. Nesse sentido, e ainda no movimento sindical, o que se processa é a ação das direções e não a ação das forças sindicais, ou então o trabalho da organização partidária de empresa.

Os fatos nos indicam que a direção política deve, por um longo período, se preocupar em sanar essa contradição, que é produto da educação dada ao Partido desde sua existência.

Se não abolirmos essa contradição estaremos na situação de termos uma justa linha política, porém, sem poder aplicá-la amplamente pelo fato da maioria dos militantes não estarem em condições de fazê-lo. De que nos adiantaria uma justa e perfeita linha política, se o Partido não estiver em condições de levá-la às massas com o fim de ganhá-las para executar as tarefas da revolução?

Aqui surge um problema: como realizar a eliminação dessa contradição?

Em cada posição que tomarmos na vida política diária teremos de estar atentos a esse fenômeno, buscando impedir sua ação. Porém, dado o dogmatismo e o sectarismo serem fenômenos históricos no Partido, é necessário que, no atual projeto de Estatutos, se faça um acréscimo na parte que trata das exigências para ser membro do Partido. Diz o projeto de Estatutos que, para ser membro do Partido, basta aceitar o Programa e os Estatutos. Entendo que, com a atual predominância do dogmatismo e do sectarismo nas fileiras do Partido, e que a atual linha política tem como exigência essencial a pressão de massas, é necessário colocar uma terceira exigência para ser membro do Partido — ser sócio atuante de uma organização de massa.

Essa exigência estatutária contribuirá para uma modificação da feição do Partido no que diz respeito à contradição de que vimos falando. Talvez no próximo debate se retire essa exigência e haja necessidade de se colocar uma outra, tendo em conta que o Estatuto estabelece normas que proporcionam ao Partido uma composição e uma estrutura que permita aplicar a política traçada.

As teses demonstram a característica dogmática e sectária do Partido, a atuação diária comprova as teses, porém os Estatutos, nesse caso, não refletem as Teses.

DIÓGENES ARRUDA CÂMARA

Compreensão Autocrítica da Nossa Política (I)

I — O grande momento das contradições

Para iniciar, considero as Teses como valioso documento norteador do debate congressional. Na formulação da nossa política há, porém, certos aspectos de alguns de seus elementos essenciais que nos parecem ainda parcialmente errôneos. Cada um de nós fornece ao debate as próprias opiniões. Do acervo das idéias do coletivo partidário a verdade surgirá.

O momento congressional é, para nós comunistas, o grande momento das contradições. Como movimento vivificador é, também, o mais fecundo de idéias novas. A vivacidade e a paixão no debate são salutareias se esclarecem e consistem precisamente nas divergências e se estão impregnadas de princípios e da solução política, da solicitude e do calor da camaradagem comunista. Irmãos pelos mesmos ideais e no pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica, militantes e dirigentes comunistas confrontamos e aclaramos nossas idéias e participamos diretamente da elaboração da política que o Partido deve seguir.

Em face de problemas difíceis e complexos não mais nos entusiasma a atitude apologética ou negativista, os julgamentos absolutos.

II — Importância da autocrítica política

A vitória do nosso povo na sua luta pela independência e pela democracia, para que o Brasil chegue a integrar-se na nova etapa histórica que o socialismo abriu para a humanidade, sempre foi o centro de nossas aspirações. Como alcançá-la tem sido o motivo permanente de nossas preocupações. Quais as formas e os meios de conduzir a revolução nacional e democrática? Como lutar melhor para conquistar a vitória?

Num longo período, acreditávamos que a revolução brasileira era tarefa fácil e que sua vitória seria rápida. Sempre estávamos às vésperas das lutas decisivas e do momento da vitória. A formulação de uma política justa, em particular dos objetivos táticos, encontrava obstáculos quase intransponíveis diante da forte influência desta compreensão subjetivista, unilateral, inflexível, retilínea do desenvolvimento da revolução brasileira. Seria possível caracterizar, até certo ponto e até sem erros muito graves, os objetivos estratégicos, pela simples razão de que o conhecimento, mesmo elementar, da realidade brasileira e dos princípios universais do marxismo-leninismo permitem distinguir mais ou menos acertadamente as características da atual etapa de desenvolvimento da revolução brasileira, as forças mobilizáveis para realizarem a transformação revolucionária, o tipo de regime a alcançar, as forças de classe a serem apeadas do poder e as novas forças de classe que deverão tomar o poder em suas mãos. Em seus aspectos mais decisivos, estes problemas já estão equacionados nos textos, não acontecendo o mesmo com a tática política que lida com as tarefas imediatas. Sonhando com o assalto ao poder em prazo curto, passavam naturalmente a ser desprezíveis as fases intermediárias do movimento revolucionário, as formas e os meios de aproximação, os acordos, os compromissos, as reformas, as tarefas possíveis e necessárias no momento. Praticamente, era impossível caracterizar e formular, com êxito, os objetivos táticos, que têm como ponto de partida a situação em presença, as tendências e o momento do movimento real e cujo desenvolvimento nesses se processa.

Resultado: uma política rígida, inflexível, impregnada da feição da revolução armada a curto prazo e da ilusão da luta irreconciliável e revolucionária das massas pela derrubada do governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional sob a hegemonia do proletariado como soluções únicas e imediatas. Como ir dos objetivos táticos aos objetivos estratégicos, do simples ao complexo, do particular ao geral, sem ser através do movimento real, dos movimentos de massas existentes, do trabalho político cotidiano com as massas? Se se tem como ponto de partida uma estratégia a curto prazo, se se confundem as tarefas imediatas com os objetivos mais distantes do movimento, sem se tomar rigorosamente em conta a necessidade das massas adquirirem suas próprias experiências, é praticamente impossível traçar uma tática realista e flexível, capaz de indicar a justa orientação às verdadeiras ações políticas de massas e de possibilitar empreendê-las seguras de que a razão e as vantagens estão do nosso lado e de que o momento é o mais favorável.

Graves e duradouros foram os nossos erros na determinação da política a seguir, quando as forças atuantes da frente única não se equiparam às forças adversárias; lamentavelmente as nossas eram muito inferiores. Pensando que os inimigos do povo são odiados e devem ser derrotados, lançámo-nos às lutas com a disposição de vencê-los, a todos de uma vez e num curto prazo, substituindo a mobilização e a unificação das massas pela ação puramente agitiva dos comunistas. Difícilmente podíamos alcançar êxitos significativos na luta política, reduzir ao mínimo os fracassos e acumular forças, ampliar tanto a frente única como as fileiras comunistas.

Elevadas as idéias do Programa à condição de verdades acabadas e não raciocinando à base da prática política e dos fatos de cada dia, menosprezamos a sistematização política das experiências que fluíram do movimento real e que eram fios condutores a indicar a necessidade da reelaboração da política do Partido. Revelou-se, porém, impossível elaborar uma política justa sem romper com o sistema do culto à personalidade e suas consequências, com a nossa tradição sectária e esquerdista e com a tendência conciliadora de esquerda, cuja característica principal era a benevolência para com o sectarismo e o esquerdismo. Foi tão somente a dinâmica renovadora do debate geral do coletivo partidário de agosto de 1956 a março de 1957, que impôs a mudança radical de nossa política.

III — Dispensabilidade de autocrítica de aspectos da política atual?

Os elementos novos da nova política surgiram das contribuições do coletivo partidário. Não foram compreendidos e aceitos facilmente; desenvolveram-se através de vivas contradições. Muitas dificuldades surgiram e muitos obstáculos tiveram que vencer. Se isto teve um lado mau, porque levamos quase dois anos para chegar à sua formulação, teve, porém, um lado bom, porque abriu a possibilidade de maior enriquecimento e melhor polimento dos elementos da nova política até chegarmos à Declaração de março de 1958.

A estruturação da Declaração teve a seu favor fatores altamente favoráveis. Dispôs da elaboração teórica de uma série de problemas novos da situação mundial contemporânea e das experiências internacionais da luta pela superação do culto à personalidade e de suas gravíssimas consequências. Valeu-se do rico acervo de elementos surgidos na discussão do conjunto do Partido e na luta contra as concepções e práticas errôneas na ideologia, na política, na organização e no trabalho com as massas e os aliados. Contou com uma compreensão melhor das experiências do movimento de massas e a sua sistematização mais cuidadosa e atenta.

Das modificações radicais na situação internacional e das transformações que se operavam na vida econômica, social e política do Brasil, a Declaração extraiu as necessárias conclusões para informar a nossa política. Resultou ainda da reavaliação dos problemas da revolução brasileira por um ângulo mais justo. Foi fruto de concepções novas no terreno da estratégia e da tática políticas. Imperativamente se colocava a necessidade de fazer refletir na política do Partido uma compreensão realmente nova do que deve ser a nossa política para a atual etapa do desenvolvimento da revolução brasileira, com todas as suas características e singularidades. Os problemas eram, assim, — e são ainda, — vastos e complexos. Contêm a Declaração elementos ou indicações verdadeiramente valiosos, para a luta pela formulação da nova política do nosso Partido.

A contribuição da Declaração foi de primeira grandeza na abertura de novos caminhos para a atividade política dos comunistas a partir do movimento real. Em particular, no sentido do desenvolvimento da política de frente única e das linhas específicas para as diversas correntes que constituem a frente única e no sentido da luta pela erradicação das concepções e práticas sectárias e doutrinárias de esquerda, sem o que seria impossível resolver a tarefa de trabalhar corretamente com as mais amplas massas do nosso povo, dirigidas e ganhadas para as nossas posições políticas.

Impossível deixar de cometer erros neste trabalho singularmente complexo, independente e criador de elaborar uma política realista, concreta, flexível e coerente. E nada há de estranho nisso. Além de terem suas fontes nas esferas do conhecimento, os nossos erros originam-se também de razões sociais. Ao ingressar o nosso Partido nesta nova etapa de seu desenvolvimento, a formulação de sua política tinha contra si fatores objetivamente adversos. A burguesia se fortaleceu do ponto de vista político e sua influência ideológica e política se expandiu. Uniu-se com a burguesia lutando contra ela dentro da frente única, mesmo resguardando ao máximo a nossa independência orgânica, ideológica e política, as suas influências ideológicas e políticas não deixaram de penetrar nas nossas fileiras. O sentido natural é, portanto, do surgimento de idéias direitistas, que tendem a se manifestar em erros de tipo similar. Ao que parece, não nos mantivemos suficientemente vigilantes contra esse perigo real durante a elaboração de nossa política, pois já circulavam as idéias direitistas há quase dois anos no organismo partidário.

Aposuouse de nós uma espécie de obstinação subjetivista que considerava a nossa política, como foi estruturada na Declaração, assim como algo completo e perfeito, a respeito do qual a única atitude correta, a felicidade suprema, seria chegar um dia a compreendê-la. E' da máxima importância compreender a política do Partido, mas parece inaceitável transformar essa importância na veneração dos seus postulados, como se a iniciativa e a atividade criadoras não mais fossem do que defini-los e deduzi-los, buscar dados concretos como exemplos para provar a justiça absoluta de todas as determinações pressupostas, tomando-os como bases para demonstrar a eficácia ideal. Seria ilusório, então, pretender-se, mediante a investigação da experiência na sua totalidade concreta, encontrar falhas, omissões e erros na Declaração e propor-lhe correções.

Além de imprecisões e incorreções numa série de formulações e conceituações, a Declaração contém elementos errôneos e parcialmente errôneos, que atingem, em grau e matices variáveis, até mesmo alguns aspectos essenciais da mais acertada política conhecida na vida partidária. Com o correr do tempo, as omissões, imprecisões e erros existentes na Declaração nos colocavam na necessidade imperativa de corrigir, aperfeiçoar e desenvolver a formulação da nossa política.

Confronte-se serenamente o conjunto dos elementos na nossa política na Declaração e nas Teses; as diferenças são substanciais. As Teses expurgaram a nossa política de imperfeições, falhas e erros e a ela incorporaram novos aspectos e elementos, essenciais uns e acessórios outros. Tomou, então, a nossa política novas qualidades. A Declaração política não conseguiu formular a nova política de modo correto em todos os seus aspectos essenciais. Estruturou-a de modo aproximadamente correto. Isto não elimina a sua particular importância; e nem diminui o fato de que a sua aplicação deu resultados proféticos ao trabalho do Partido. Iniciamos com a Declaração a mudança radical de nossa política e avançamos como nunca na elaboração do caminho peculiarmente brasileiro pelo qual o nosso povo caminhará para a vitória da revolução nacional e democrática e para seu avanço ininterrupto à transição gradual ao socialismo.

Tribuna de Debate

JOÃO AMAZONAS

Uma Linha Confusa e de Direita

A discussão que iniciamos no Partido é um acontecimento dos mais importantes na vida política do país. Os comunistas são a força de vanguarda da sociedade brasileira e suas posições políticas não podem deixar de exercer influência sobre o conjunto da situação nacional. Esta discussão, aliás, que se realize nos limites das liberdades partidárias, interessa a todos os trabalhadores, aos patriotas e democratas. Grande é, assim, a responsabilidade dos comunistas neste debate, do qual deve sair a orientação que presidirá toda a atividade do Partido nos próximos anos.

Considero de muita importância a linha ideológica que é discutida aqui. Não tenho pouca experiência nesta linha. No passado, quando surgiram divergências, não as tratamos com geral e corretamente, pensando que a verdade se encontrava no nosso lado e que as discordâncias eram passageiras. A unidade e a disciplina do Partido, isto é, a unidade e a disciplina da sociedade brasileira, não são, porém, coisas estranhas, bem alcançadas, para completa unidade sem discordâncias, e, amplamente todas as opiniões divergentes. Mas a linha ideológica e política em busca da verdade, que deve possuir, zesse um plano de políticas concretas, visando fortalecer o Partido e, possivelmente, que os inimigos do comunismo tentem explorar as divergências de opiniões, procurem apresentá-las como resultado do plano de divisão do Partido Engano. Para os comunistas, as divergências são temporárias e o sistema econômico não se chega ao colapso, o que é certo. O Partido tem, em permanente, sua unidade esta afirmação.

A linha atual do Partido se expressa na Declaração de março de 1958 e nas Teses. Se nos atermos aos elementos essenciais expostos naqueles documentos, podemos observar que, entre as promessas em que se baseiam, destacam-se as seguintes:

1º — No quadro da estrutura atrasada da Brasil foi se processando, nas últimas décadas, um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Em consequência, surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.

2º — Este desenvolvimento capitalista encontra em conflito com a estrutura imperialista e com a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição, e exige cada vez mais como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduz numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

3º — A medida em que a burguesia vai participando do poder, modificações importantes vão se verificando no regime político. A burguesia, junto com o proletariado, vem lutando pela democratização da vida política brasileira e o Estado tende a democratizar-se. Isto se traduz na extensão de direitos políticos a camadas cada vez mais amplas, chegando ao mesmo às zonas rurais. Isto se reflete também no Parlamento, indicando o aumento da influência da burguesia nos partidos políticos e a utilização do voto por grandes setores das massas. O Poder Judiciário e o Poder Executivo estão também se democratizando. Os atentados às liberdades democráticas já não são cometidos propriamente pelo Estado, mas pelos elementos reacionários do aparelho do Estado. (Tese 18).

4º — Com a eleição de Vargas, em 1950, e especialmente com a de Juscelino Kubitschek, em 1955, a burguesia nacional conseguiu, mais diretamente, sua participação no governo. Surgiu nele um setor nacionalista burguês. Este setor tem influido para importantes decisões positivas como a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política e faz pressão por importantes modificações, como a do estabelecimento de relações com a União Soviética e demais países socialistas. O setor reacionário, todavia, ainda é forte no governo, impedindo que o setor nacionalista burguês consiga realizar suas pretensões ou pressionando para que este capitule.

Apoiadas nestas premissas — que queiramos ou não, transformam a burguesia em força consequente — a Declaração e as Teses indicam o seguinte caminho: lutar pela ampla união de forças políticas e sociais, nestas incluído latifundiários, para se opor ao imperialismo norte-americano e conquistar, dentro do regime atual, um governo nacionalista e democrático. «Este governo — dizem as Teses — poderá ser conseguido pela pressão pacífica das massas e das correntes anti-imperialistas orientada no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo (isto é, o setor burguês, J. A.), com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas». Sob a pressão das massas e dentro do regime atual, este governo começará a realizar reformas de caráter democrático e anti-imperialista. A medida em que se for acumulando reformas e em que se conseguir obter modificações na composição e na política do governo, iremos nos aproximando das transformações radicais desta etapa da revolução. Isto pode exigir um ou sucessivos governos democráticos e nacionalistas.

Em essência, esta é a linha política do Partido.

Aonde poderá conduzir esta linha? Ela só pode conduzir o proletariado e as massas trabalhadoras a um novo estágio: a depositar suas esperanças no desenvolvimento do capitalismo e na burguesia; a acreditar na possibilidade de reformas profundas e consequentes, dentro do regime atual; e a descer na necessidade da revolução. É uma linha de apologia do capitalismo de luses na burguesia e de subordinação do proletariado aos seus interesses. Seguindo esta linha, a burguesia concederá direitos à burguesia e coisa muito relativa. Hája vista a posição de Nasser no Egito, e a dos governos de outros países que representam sua dependência com a burguesia nacional se comporta em grande parte como inimiga das liberdades como política.

Neste sentido, a orientação atual, quando a burguesia conceder alguma coisa, suas posições no Estado, sua dependência com o imperialismo, não são de relativa liberdade. Mas, dentro do período de relativa liberdade, há um período de relativa liberdade. Mas, dentro do período de relativa liberdade, há um período de relativa liberdade. Mas, dentro do período de relativa liberdade, há um período de relativa liberdade.

relação com este caso o desenvolvimento da sociedade com a democracia. Entretanto, no Brasil, tivemos diferentes tipos de grandes assentos, o movimento de massas por não terem sido capazes de lutar para se impor, foram derrotados, seguidos de períodos mais ou menos longos de reação imperialista, associada ao imperialismo. Assim ocorreu com o ascenso de Vargas, assim ocorreu com o ascenso de Vargas, assim ocorreu com o ascenso de Vargas.

O Estado brasileiro que representa, no fundamental, os interesses dos latifundiários e da grande burguesia (uma parte da qual está ligada ao imperialismo) é uma entidade reacionária.

JOSE A. DE CASTRO (São Paulo)

Análise Marxista ou Apologia Dos Erros do Passado?

As Teses em debate constituem um dos documentos mais avançados já elaborados pelo nosso Partido, procurando analisar e interpretar a realidade brasileira à luz do marxismo-leninismo. O que não significa que seja um documento pronto e acabado: precisamente para isso está em debate e está bem convencido de que nosso Partido saberá acolher todas as sugestões, modificações, etc. que visem realmente a melhorá-lo.

Em minha opinião, entretanto, as Teses tais como se encontram representam um passo importante no sentido da ruptura com os dogmas, com o subjetivismo e o mandonismo, processo esse que teve início entre nós por força dos reflexos do XX Congresso do PCUS. Creio também que as Teses e o novo Projeto de Estatutos ajudarão no combate às posições de direita, que surgiram como uma distorção do esforço realizado para levar à prática uma linha política de massas e de frente única, bem como ao liberalismo — uma deformação do esforço feito para restabelecer os justos princípios do centralismo democrático e para liquidar com o mandonismo.

Nestas notas debo fazer referência a um problema que é abordado pelas Teses, bem como por alguns camaradas que têm escrito nesta «Tribuna de Debates». Refiro-me aos camaradas Grabois, Danielli e Pomar. Embora haja divergências, entre eles, nas questões essenciais comungam as mesmas concepções.

Quero referir-me à questão da direção da luta ideológica, e isso porque considero que o acertado encaminhamento da luta ideológica constitui hoje um dos problemas essenciais a resolver se desejamos também encaminhar acertadamente a formação do nosso Partido.

No Capítulo VIII das Teses («Análise crítica da atuação do Partido») e no Balanço da Discussão, aprovado em 1959, trava-se a luta contra as tendências de «direita» e de «esquerda» nas fileiras do Partido. Entretanto, o golpe principal é dirigido contra o subjetivismo, o dogmatismo e o sectarismo.

Os camaradas acima citados são de opinião que, na luta ideológica interna, deveríamos dirigir o fogo contra o revisionismo e o oportunismo de direita, que constituem o perigo principal no movimento comunista mundial (Ver «Novos Rumos», artigo de Maurício Grabois em 22/4, de Carlos Danielli em 29/4 e de Pedro Pomar em 6/5). Os argumentos invocados pelos camaradas apenas fortaleceram em mim a convicção de que a posição assumida pela direção está inteiramente justa.

Um dos argumentos invocados por esses camaradas é o de que, sendo o revisionismo e o oportunismo de direita o perigo fundamental para a orientação das PP.CC., denunciado em muitos outros países, deverá ser-lhe aqui também. Ora, no meu entender esse é um argumento de caráter fundamentalmente dogmático, mais um esforço para a transplantação mecânica de posições assumidas por outros partidos, uma das causas principais das deformações e dos males de que sofremos no passado.

É verdade que, em muitos outros países, o revisionismo e o oportunismo de direita são considerados pelos PP.CC. como o inimigo principal, na direção da luta ideológica. Mas isso não aconteceu em todos. Não constitui princípio geral algum. Na Itália, por exemplo, onde existe o maior partido do mundo capitalista, segundo afirmam os documentos do seu último Congresso, o maior perigo para o movimento operário é representado pelo revisionismo, em consequência da ação reformista da Igreja Católica e de certos grupos que se denominam socialistas. Mas dentro do Partido o que se considera como principal entrave à realização da linha do Partido é o sectarismo e o dogmatismo (Vide «Problemas da Paz e do Socialismo», n.º 2, 1960, páginas 81 e 82 da edição em espanhol de Praça).

A questão da direção da luta ideológica não é uma coisa simples. Ela está relacionada com a interpretação das experiências de nosso Partido, com a justa análise e o bom aproveitamento do XX Congresso do PCUS e com toda a nossa linha política. A direção principal da luta ideológica no Partido não pode ser determinada arbitrariamente ou simplesmente segundo o ensinamento de outros partidos — que vivem e lutam em outras condições. Por isso mesmo era inteiramente arbitrário o que fazíamos no passado, concentrando o fogo de nossa luta contra o imperialismo-reformismo.

A direção da luta ideológica deve ser determinada pelas circunstâncias históricas e necessidades da revolução, os interesses do Partido.

Certo que o papel do Estado não é usar sempre em quaisquer circunstâncias a violência ou os métodos antidemocráticos. Ele procura aparecer, tanto quanto possível, como órgão do equilíbrio social. Só mostra sua verdadeira fisionomia quando as classes oprimidas se levantam para lutar mais decididamente pelos seus interesses. A verdade é que todos os movimentos populares de certa envergadura no Brasil são reprimidos sem contemplações «democráticas». Ainda há pouco o movimento estudantil verificado no R. de Janeiro contra o simples aumento do preço das passagens de bondes, foi reprimido com uma verdadeira ocupação militar na cidade. Fato semelhante ocorreu em Curitiba, em Florianópolis, Fortaleza e Belo Horizonte. E que dizer da simples tentativa dos operários de S. Paulo em promover uma greve pacífica de protesto contra a carestia da vida? Que dizer da mobilização política e militar levada a efeito contra esses trabalhadores? Não se pode fa-

lar em democratização do Poder Judiciário pelo fato de que juizes absolveram dirigentes comunistas. Os tribunais de Hitler também absolveram Dimitroff. O que se observa, tomando por base o período compreendido pelas três últimas décadas, é que o Judiciário tanto absolve como condena os patriotas e democratas, dependendo da conjuntura política.

Além disso, em palavras, reconhecem as Teses. Por outra parte, a burguesia no Brasil está vinculada direta ou indiretamente com o latifúndio, sendo difícil encontrar o industrial «puro», livre dos laços com a terra ou com os bancos ligados ao monopólio da terra.

O capitalismo vai se desenvolvendo, é inevitável. A burguesia cresce e defende certas posições antiimperialistas. Mas, no fundamental, uma boa parte da burguesia, pelo menos a mais poderosa, vai conciliando com o imperialismo, se unindo a ele, progredindo à custa da inflação que recal penosamente sobre o povo. As importantes modificações verificadas na economia do país não tocam nem de longe nos restos feudais e no domínio do capital monopolista norte-americano que, ao contrário, tem conseguido aumentar a exploração do povo brasileiro. É equívoco pensar que as contradições entre o desenvolvimento do capitalismo e o monopólio da terra são antagônicas, como afirmam as Teses. O capitalismo,

encarnada principalmente no movimento nacionalista. São ainda débeis nossas experiências neste terreno. Entretanto, alguns camaradas experientes e responsáveis não se dão bem conta disso e ficam alarmados com os pequenos passos que damos no sentido da formação da frente única. Essa clara manifestação de temor à frente única não estará revelando precisamente o receio das manobras de aliados que a própria vida coloca diante de nós, não será falta de confiança nas forças da classe operária, não será isso inexperiência e fraqueza ideológica?

O fato que mais caracteriza as divergências sobre a direção da luta ideológica é a posição diante da crítica sobre os erros do passado. Em seu artigo, já citado, o camarada Pomar chega mesmo a citar Lenin para provar que a crítica inserida no Balanço da Discussão e nas Teses, aos erros do passado, é liquidacionista.

Aqui os camaradas tomam posições diferentes. O camarada Grabois esboça uma autocritica em palavras, mas — curioso — somente agora! Quando dos debates sobre as experiências do XX Congresso do PCUS, quando o Partido inteiro reclamava autocritica pública, quando reclamava autocritica pública, quando, por responsabilidade de alguns dirigentes o Partido quase foi levado ao abismo, tal não ocorreu. Mas, não é fácil fazer autocritica, ao menos com a profundidade necessária para convencer o Partido. E essa dificuldade é tanto maior para aqueles camaradas que, durante 15 anos, se acostumaram a «massacrar» de cima para baixo. Esta é uma das razões pelas quais a autocritica do camarada Grabois não convence.

Já o camarada Pomar nem sequer esboça tal autocritica. Foi essa sua posição durante os debates, tanto dentro do Partido quanto publicamente. E não o faz antes nem o faz agora, porque continua convencido de que, no essencial, estava tudo certo. Isso dá uma demonstração de coerência neste caso do camarada Pomar. É por isto que diz, como faz o camarada Pomar, que não quer voltar ao passado não tem sentido algum. A resistência à crítica e a fuga à autocritica por aqueles erros é o índice mais correto de que se continua incurtado no passado. Não há, pois, porque voltar ao lugar de onde não se saiu.

Creio que alguns camaradas não entenderam bem o porquê da crítica e da autocritica corajosa do PCUS dos erros de Stálin e do culto à personalidade. As experiências do PCUS, do PCC e de outros partidos comunistas mostram que ela era indispensável para uma ruptura completa com erros tão arraigados e para impedir sua repetição. Mas, mesmo no PCUS, houve quem não compreendesse ou não aceitasse tais críticas e modificações, como os camaradas Molotov, Chelilov e outros — pilares, no passado, do Partido e da revolução. Quando a incompreensão chegou ao auge, estes camaradas, ao que tudo indica temerosos da comprovação da justiça da nova linha pelo critério da prática, não titubearam em passar para atividades antipartidárias as quais, por sua vez, obrigaram o Partido a tomar medidas contra eles. Será que entre nós também alguns elementos não estão temendo que o Partido condene severamente aqueles erros do passado e ratifique a ruptura com os mesmos, num importante momento histórico como o que vivemos? Se a crítica seria aos erros do passado do nosso Partido é liquidacionismo, como afirmam estes camaradas, é possível que também pensemos, embora tenham dito que a denúncia dos erros de Stálin e do sistema do culto à personalidade também foi liquidacionismo por parte do C.C. do PCUS.

Em nosso Partido registram-se alguns casos de liquidacionismo na prática e não em palavras, nestes últimos anos. Houve, por exemplo, o método adotado pela direção superior, em 1957, da criação da dupla direção, que levou o Partido a pôr-se em debandada. E quem dirige o Partido então, apresentando-se como especialistas em organização, são os camaradas Amazonas, Pomar, Grabois e outros?

É sabido que as linhas dos manifestos de Janeiro de 1948 e de agosto de 1950 deixaram o Partido sem organizações de base. Em cidades como a Capital de S. Paulo o desgaste chegou ao ponto de sua liquidação em quase todas as empresas e bairros. Com a resolução sobre o trabalho sindical em 1952 e com ingentes esforços do Partido, especialmente dos militantes de base, o Partido pôde rearticlar-se de certa maneira. Mas foi também a persistência do esquematismo emanado da linha do Programa que levou a liquidação do Partido em

Pernambuco e mais outros importantes organismos e quadros, e a manter Prestes isolado durante longos anos. Se persistisse aquela linha, Prestes viria a dirigir o Partido? E, pelo contrário, se tivéssemos rompido antes com aquela linha «esquerdista» não teríamos podido marchar com Vargas em 1950? Isto não teria criado condições muito mais favoráveis para o fortalecimento da frente única e para a legalidade do Partido, não obstante o empenho contrário da reação e as vacilações da burguesia?

Procurando expressar melhor o que é próprio e alguns outros camaradas pensam a respeito de certos problemas em discussão, o camarada Pomar lançou mão de uma citação de Lenin que realmente ajuda a tornar clara a sua opinião. É evidente que a afirmação de Lenin se refere a outras condições, a outra época. Mas vejamos que citação é essa. Trata-se do trecho em que Lenin, debatendo questões do movimento operário revolucionário russo, ataca os que renunciam «de modo claro e franco, ao programa, à tática e às tradições». Ora, a que programa e a que tática poderá o camarada Pomar referir-se senão ao programa de 54 e à tática do manifesto de agosto e do próprio programa? Além disso, Lenin, nesse trecho, acusa certos intelectuais do Partido de liquidarem «a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informal, mantida a todo custo dentro do marco da legalidade» (o grifo é meu). Ora que semelhança existe entre uma situação e outra? Será uma demonstração de que a semilegalidade de que se desfruta, hoje, e que tem sido um fator tão favorável ao reagrupamento de nossas fileiras, não é do agrado do camarada Pomar? A organização existente do Partido que o camarada reclama é aquela precisamente, com as deformações dos princípios leninistas de organização, da violação sistemática e grave do centralismo democrático, da liquidação da livre circulação da crítica de baixo, do direito de divergir, da inexistência da liberdade da luta interna?

Isto deixa claro o pensamento desses camaradas, deixa claro a razão por que discordam da direção da luta ideológica indicada nas Teses e da crítica aos erros do passado que ali se faz: é que, para eles, no fundamental a tática, o programa, os métodos e o sistema do passado é que estavam certos; segundo eles, o esforço que o Partido vem fazendo para romper com tudo isso não passa de revisionismo, de direitismo.

Assim, o título do artigo do camarada Grabois reflete realmente uma realidade. Trata-se de «duas concepções, duas orientações políticas», isto estamos plenamente de acordo: do passado, que mal procura adaptar-se às circunstâncias atuais, e a do presente e do futuro, que é a das Teses.

É difícil compreender como se coaduna desejar lutar por uma linha revolucionária, como faz o camarada Pomar, e concordar com o ataque sem princípios do camarada Call Chaud à direção e ao camarada Prestes, quando diz que a Declaração Política foi fruto de um acordo com o grupo de Agildo Barata, e ao mesmo tempo repete sua reivindicação de o Partido reconhecer o direito de minoria, aos que estão presos aos erros do passado e defendem aquelas concepções criticadas.

Mas, parece que não se trata apenas de arvorar as bandeiras do programa e da tática do passado, bem como o sistema mandonista. Em seu artigo o camarada Pomar deixa claro que discorda das modificações feitas no Presidium em 1957 — modificações que vieram ao encontro de solicitações e exigências de todo o Partido e que se haviam tornado um imperativo político diante dos graves erros cometidos por aqueles camaradas. A conclusão a que devemos chegar é a de que o camarada Pomar deseja a volta ao Presidium precisamente dos camaradas mais comprometidos com nossos erros do passado, camaradas que, por sinal, nem sequer esboçam autocritica? E isso quando ainda nem sequer criticizaram as feridas resultantes daqueles erros.

As novas experiências positivas do Partido mostram, ao contrário, que a linha geral das Teses é justa. Elas pesam mais que toda a fraseologia «esquerdista», elas é que convencerão a maioria esmagadora do Partido a rejeitar e condenar implacavelmente toda tentativa de volta ao passado. Elas estão convencendo o Partido da necessidade de fortalecer a unidade política e ideológica de nossas fileiras, rejeitando as concepções dogmáticas e «esquerdistas» e direitistas.

segundo o caminho prussiano, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio. Pode também o capitalismo crescer, subsistindo a dependência do país ao imperialismo. Um exemplo significativo é o caso do Canadá, onde apesar da dominação imperialista, o capitalismo já atingiu um elevado grau de desenvolvimento. Não é o crescimento do capitalismo que leva à independência e às transformações democráticas, como se afirma implicitamente nas Teses (n.º 25). Seria cair na denominada teoria das «forças produtivas». Em nosso país, a necessidade de transformações radicais há muito já que amadureceu. Sua realização não depende propriamente do desenvolvimento do capitalismo. Depende fundamentalmente de fatores subjetivos, da criação da força social capaz de vencer a resistência dos reacionários, o que tem sido difícil conseguir devido, entre outros fatores, a falta de uma justa orientação política do Partido e sua insuficiente ligação com as massas.

O desenvolvimento do capitalismo e a participação da burguesia no poder não conduzem implicitamente à democratização do país. A liberdade não é inerente ao capitalismo. É indiscutível que uma sociedade capitalista necessita conceder certos direitos políticos à população. Isto surge objetivamente da própria exigência cultural determinada pelas necessidades da produção do Estado, deve-se afirmar que as liberdades são produto da luta do povo e só podem existir à medida em que o povo se organiza e luta por elas e também à medida em que o povo não alimente ilusões no caráter do Estado das atuais classes dominantes. Aliás, não é demais dizer, aqui, que as Teses e a Declaração esquecem quase inteiramente o papel das lutas do proletariado e do povo como o fator fundamental de certas conquistas obtidas. Não há nesses documentos nenhuma apreciação dessas lutas que são, no fim de contas, elementos importantíssimos para uma justa compreensão dos fenômenos políticos e mesmo econômicos em desenvolvimento. Chega-se ao ponto de apresentar as vacilações do governo na realização de uma política antipopular como decorrência da heterogeneidade de sua composição ou da dualidade da burguesia (Tese n.º 18). Quando, na realidade, o fator principal nas vacilações do governo são as lutas do povo e as manifestações crescentes de descontentamento generalizado em todas as camadas da população.

As lutas do povo, o crescimento da consciência democrática e a diminuição da tensão internacional são que obrigam as classes dominantes a mudar de tática, a fazer certas concessões. Ao mesmo tempo, as classes dominantes no Brasil vão utilizando outros recursos para garantir seu domínio, tais como o quase monopólio da imprensa, o monopólio do rádio e da televisão, o suborno nos meios sindicais, a corrupção nas campanhas eleitorais, etc., o que torna, em muitos casos, formal a existência de certas liberdades.

No que tange às pretendidas mudanças no caráter do governo, é ilusão pensar que se pode, com substituição de alguns ministros ou de pessoas que se encontram em outros postos, mudar a natureza do governo e torná-lo capaz de aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas. Este governo representa no fundamental os interesses das forças reacionárias. Só mesmo o subjetivismo mais completo leva a dizer que ele pode se transformar no seu contrário, deixar de ser governo das forças retrógradas e passar a ser o governo das forças revolucionárias do país.

A linha atual do Partido é, assim, falsa. Baseia-se em premissas e conclusões idealistas, não expressa um ponto-de-vista de classe do proletariado no exame dos diversos problemas que se apresentam na situação brasileira. Indica um caminho enganoso que, quando muito, poderá levar à obtenção de algumas reformas. É uma linha que afasta o Partido e as massas do caminho revolucionário.

Esta linha cria no Partido a concepção de que, defender a necessidade da substituição do regime atual — é sectarismo; reivindicar a solução revolucionária radical, dos problemas básicos do povo brasileiro — é também sectarismo; indicar às massas a necessidade da criação de um poder das forças antiliberalistas e antifiscais, dirigido pela classe operária, como o único capaz de libertar o Brasil do domínio imperialista e das sobrevivências feudais — é igualmente esquerdismo. Esta concepção é, porém, tipicamente oportunista.

Manifesto-me, pois, contra a linha da Declaração e das Teses. Ao fazê-lo não pretendo uma volta ao passado. Estou convencido que não eram justas muitas posições políticas anteriores do Partido. Os métodos de trabalho com os aliados e com as massas apresentavam graves defeitos, a democracia interna e a direção coletiva não eram levadas a prática. Reconheço minha grande responsabilidade nestes erros, que também o eram, de toda a direção do Partido. Penso, no entanto, que os comunistas já acumularam suficiente experiência para, sem cair nos erros passados, traçar um justo caminho para o Partido e para as massas, tendo em conta a situação presente e os objetivos a alcançar da atual etapa da revolução no Brasil.

Tribuna de Debate

MIGUEL BATISTA DOS SANTOS

A Vida Confirma Plenamente a Atual Linha Política no Estado do Rio

Niterói (Estado do Rio) Não poderia ficar indiferente, como comunista, à discussão que ora se trava em torno das "Teses" e da "Declaração de Março de 1958", em particular pelo fato de que, do curso justo que a mesma venha ter, resultará um Partido mais sábio, mais unido e vigoroso.

É evidente que duas concepções afloram e entram em luta, como resultado do entendimento dos documentos básicos para discussão no V Congresso, principalmente com a publicação dos artigos do camarada Maurício Grabolis, que constituem, na realidade, toda uma pretensa "orientação política". Assim, penso que o essencial para chegarmos a uma constatação da justiça desse ou daquele ponto de vista, não está somente numa análise puramente teórica, mas, também — e de modo decisivo — na aplicação daquela análise com base nos fatos, na realidade e na experiência que dimanam da própria vida cotidiana.

É essa prática diária, resultante da aplicação efetiva da Declaração de Março no curso de um ano e poucos meses, na capital do Estado do Rio e em outros pontos (é claro que nos referimos à experiência partidária onde efetivamente se fizeram esforços para levar à prática a nova orientação), que conduz à inapelável conclusão de que a linha tática e estratégica vigente está sendo plenamente confirmada.

Antes, todavia, diremos algumas palavras sobre a flagrante contradição que se verifica no Estado do Rio, entre as imensas possibilidades que se apresentam — possibilidades de atuação legal, de frente única, de lutas de massa e por soluções positivas contra o imperialismo e o monopólio da terra — e a persistência por parte dos comunistas fluminenses mais responsáveis em se atermarem às posições sectárias, contrariando no fundamental a atual linha política dos comunistas e, em decorrência, acarretando graves prejuízos em todas as esferas de atividade.

A vitória da Coligação Popular Nacionalista em 3 de Outubro constituiu, de fato, um acontecimento de grande significação política no Estado do Rio. A eleição do sr. Roberto Silveira para governador foi um golpe sério desferido contra as forças mais reacionárias e entreguistas do Estado. Conquistaram as forças democráticas e nacionalistas novas e importantes posições. Abriremos para a classe operária e os trabalhadores do campo amplas possibilidades para, através do levantamento de suas reivindicações, avançarem no caminho de sua unidade e organização, condição indispensável que possibilitaria, no processo político em curso, melhorar sua posição dentro da frente única vitoriosa em 3 de outubro. No entanto, essas grandes possibilidades reais de aplicação da nova orientação, com resultados positivos de enorme repercussão para o prestígio do Partido e para aplicação de suas ligações com as massas, não foram e não estão sendo aproveitadas em virtude da persistência dos erros sectários, que nos levam a uma compreensão e uma atuação negativistas frente ao Governo estadual, no que resulta uma passividade claramente oportunista e prejudicial.

Essa atitude de negação do processo real em curso reflete-se, entre outros, nos episódios da elaboração do "Plano-Piloto" de ação agrícola, de iniciativa do Estado, e da posição assumida pela direção restrita frente à providência adotada pelo sr. Roberto Silveira, no sentido do tombamento dos bens da Cia Imperialista CBEE. Ou seja: a iniciativa do governo estadual, determinando o tombamento do acervo daquela empresa subsidiária da *Bond and Shair*, através da orientação estadual, foi de expectativa ou de pronúncia, com vagos e sem qualquer consequência prática, nos moldes da tática antiga. Encaravamos e encaramos ainda, com extremas reservas e com uma compreensão nitidamente sectária, qualquer iniciativa do governo do Estado, mesmo frente aos problemas mais importantes como aqueles que vinham contribuir, com um passo que fosse, para que a questão da terra viesse a debate e mesmo permitisse um avanço (mesmo pequeno) para a melhoria do grau de organização dos camponeses.

Isso se evidencia perfeitamente na forma e no conteúdo do artigo do camarada Maurício Grabolis quanto à questão da reforma agrária e da tática adotada pela nova orientação política para movimentar as massas do campo e levá-las, não só a participar da frente única nacionalista, em aliança com a classe operária, como fundamentalmente atuar em organizações de massa legais, capazes de conduzir a um nível organizativo e político mais alto e avançado.

É evidente, assim, que se tivéssemos tomado uma posição menos sectária frente a essa iniciativa democrática do governo Roberto Silveira, teríamos dado uma significativa contribuição para que o problema da terra fosse debatido amplamente pelos trabalhadores do campo do Estado do Rio e melhorado as organizações existentes e até mesmo estimulando a criação de novas entidades. É inegável que, com apenas algumas tímidas medidas, assim mesmo de reserva e paralelas ao trabalho do governo do Estado, durante, antes e depois do envio da mensagem relativa ao plano de ação agrícola, não poderíamos contribuir para enfrentar a ala reacionária do governo estadual, tanto dentro da assembléia como nas ações externas.

Desse modo, desapoiado pela ausência de uma grande mobilização de massas de lavradores e da classe operária, pelo fato mesmo de que tomávamos frente ao problema uma posição negativista, insistindo não participar do processo real no Estado, a iniciativa do "Plano de ação agrícola" não obstante suas falhas e limitações teria fatalmente que fracassar, como ocorreu.

Ainda com relação ao problema do tombamento dos bens da CBEE e sua possível encampação pelo governo do Estado — problema que aflorou agora com mais intensidade por ocasião da eclosão da greve dos trabalhadores daquela empresa, devemos adotar, em nossa opinião, uma atitude corajosa de apoio a essa iniciativa, que entra numa nova fase, com mais condições de pleno êxito. Cabe ao Partido sair das restrições e reservas sectárias, relativamente às relações de frente única no Es-

tado e tomar uma posição justa, dentro do espírito da nova orientação política. Por outro lado, é oportuno analisar melhor a composição do atual governo estadual, no sentido de uma posição e uma atuação mais justa e consequente. As forças que apoiam e compõem o governo Roberto Silveira são bastante heterogêneas. Certos setores das forças unitárias que apoiam o chefe do Executivo do Estado — e mesmo alguns elementos do próprio PTP — são os que tomam, dentro e fora do âmbito governamental, as posições mais reacionárias, procurando a todo custo contrariar e negar o caráter democrático e de conteúdo nacionalista que vem tendo o governo fluminense em certos aspectos.

É necessário assinalar que, em algumas questões, a ala mais reacionária — apesar de algumas exceções — conseguiu lograr êxito, em decorrência das causas acima apontadas e também devido ao caráter de vacilação que toma em muitos casos o governo do Estado, que é em alguns aspectos, não essencialmente, um governo de compromissos. Essa ala vem estimulando, com objetivos táticos evidentes, determinados atos exclusivistas em relação a alguns municípios.

Em relação a Niterói, dada a posição justa assumida frente às contradições e disputas dentro do conjunto de forças que lutam pela direção política, no governo e fora dele, o que era fundamental foi como tal encarado pelo Partido, e o que era secundário enfrentado de modo a condicionar as posições tomadas, nesse ou naquele caso, de acordo com a necessidade de fortalecimento e ampliação da frente única, da classe operária e da população municipal. Isso, porém, graças aos ensinamentos preciosos, inteliramente justos, contidos na Declaração de Março de 1958.

No caso de Macaé, todavia, a situação era diferente, sob certos aspectos, pois o prefeito municipal — em virtude da persistência na prática de violações grosseiras da Lei Orgânica das Municipalidades, medidas impopulares, incompatíveis com o mandato que lhe fora conferido, e ausência completa de decência, além do malbaratamento dos bens públicos — concorreu decisivamente para o desfecho dos acontecimentos. Isso não quer dizer, porém, que se justificasse, no início de sua gestão, a posição exclusivista e de nenhum apoio por parte do governo estadual, quando se sabe que grande número de prefeituras, não só do Estado do Rio como do Brasil, apresenta problemas graves acumulados, e sucessivas administrações, e que precisavam ser enfrentados de modo equilibrado, tendo em vista exclusivamente os interesses populares e não as disputas muitas vezes sem princípios de certos partidos políticos.

Mas, voltando à argumentação que vínhamos expondo, dizíamos que, na medida em que o governo cede à pressão da ala mais reacionária no Estado do Rio, procura, a todo custo, angariar a simpatia popular e o apoio dos trabalhadores. Suas posições, como nos recentes casos dos rodoviários e dos trabalhadores de energia elétrica, refletem o caráter do governo. Fazendo respeito, no essencial, as liberdades sindicais e mesmo tomando posições mais abertas em defesa das reivindicações dos referidos trabalhadores, o sr. Roberto Silveira assume porém — devido mesmo à essência de classe e à composição governamental — posições vacilantes em alguns momentos.

Em Caxias, por exemplo, a política adotada foi diferente. Prisoões e violências se registraram. Embora sempre recebidas pelo governador como procedentes dos seus inimigos. No geral, no entanto, a conclusão a tirar é de que, nas duas greves em questão, as liberdades sindicais foram mantidas e, mesmo, no caso da empresa imperialista, o governador Roberto Silveira, coerente com sua posição na I Convenção dos Trabalhadores Fluminenses em Volta Redonda, realizada naquele momento, pronunciou-se corajosamente em favor da encampação daquela subsidiária da *Bond and Shair*.

Nesse caso, nossa posição frente ao governo estadual deve ser de apoio decidido à sua plataforma eleitoral, da qual constam numerosas e importantes reivindicações democráticas e nacionalistas. Lutar sempre para que o governo tome medidas positivas, por pequenas que sejam. Ao tomar tal atitude porém, não ficaremos passivamente frente aos atos negativos que porventura venha tomar.

Cabe-nos, portanto, combater com energia as manobras de sua ala mais reacionária, mantendo uma posição política independente, anulando a tendência reboquista de um ou outro militante que, de maneira errônea, toma posição não crítica e independente, o que é, isto sim, em casos esporádicos e isolados, posição de direita.

Frente ao governo devemos compreender também que as nossas divergências enquadram-se nos marcos da frente única e que, deste modo, haverá sempre uma base objetiva para a unidade, tendo em vista os objetivos nacionalistas e democráticos, sem perder de conta porém o conteúdo de classe e o caráter heterogêneo da composição do poder político atual.

A linha política em exemplos práticos em Niterói

Ao analisar os resultados das eleições de Outubro de 1958, os comunistas niteroienses chegaram à conclusão de travar uma batalha cerrada contra a persistência nos erros sectários, isso

em virtude dos próprios resultados obtidos naquela campanha.

O Partido saiu do pleito de outubro de 1958 mais fraco do que quando entrou. Nenhuma vantagem eleitoral foi lograda, relativamente à eleição de prefeito e representantes à Câmara Municipal. Não se reforçaram as nossas ligações com as massas e os nossos efetivos diminuíram. Grande era o descontentamento reinante entre os comunistas após 3 de outubro.

Tudo isso ocorreu em flagrante contradição com os resultados gerais da campanha eleitoral na capital do Estado. Se bem que marchassem desunidas, em decorrência de nossa posição sectária, em particular — ao lado de outros fatores não tão importantes — as forças democráticas e nacionalistas saíram vitoriosas.

Urgia mudar radicalmente de rumos. A única saída era abandonar essas posições sectárias, trabalhar de maneira nova junto às entidades de massa, integrar-se na vida política do município, enfim, procurar levar à prática audaciosamente a orientação política contida na Declaração de Março, se bem que esta, em alguns aspectos, não fosse por nós suficientemente compreendida. A verdade era que, não obstante ter aquele documento surgido há meses atrás e, formalmente, afirmássemos estar de acordo com sua aplicação, na prática ele não tinha curso, não era levado às atividades cotidianas.

Todavia, com melhor compreensão da nova orientação do Partido, os comunistas passaram a adotar uma política objetivando unificar as forças democráticas e nacionalistas, tendo por base os interesses do povo niteroiense. Através desse trabalho passou o Partido a ser respeitado como uma força política da classe operária, melhoraram consideravelmente as nossas relações

JURANDIR GUIMARÃES (S. Paulo)

Novos Rumos Para a Economia e a Política Nacional

Desejo opinar a respeito de algumas questões relacionadas com as "Teses para Discussão" — DOIS CURSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Não poderíamos examinar e traçar nossa linha política sem partirmos da análise da realidade brasileira e, em primeiro lugar, do seu desenvolvimento econômico.

Estou certo de que, tanto a "Declaração de Março", como as "Teses" caracterizam com acerto, no fundamental, o desenvolvimento econômico brasileiro como um processo capitalista, acentuando seus dois entraves principais: a dependência diante do imperialismo e a estrutura agrária baseada no monopólio da terra. E o curso do desenvolvimento econômico existente no país, real, objetivo.

Claro está que se nos batéssemos pela sustentação deste curso, mesmo que fosse sob pretexto de preferência à luta nacional, como o faz o camarada Orly Andrezo (não muito consequentemente, diga-se de passagem, pois também fala em "definir tipo de reforma agrária"), cairíamos na prostração ante ESTE desenvolvimento capitalista e daríamos razão aos que, neste sentido, criticam as "Teses".

Mas não, nas "Teses", a de número 16, está dito que é preciso outro curso, isto é, um curso de desenvolvimento econômico independente e progressista que supere de modo consequente as contradições fundamentais que exigem solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira.

E, nas "Teses" 37 a 46 se traça um programa do que se deve lutar, concretamente, para que esse novo curso satisfaça os mais legítimos interesses do país e do povo. Esse programa abrange questões sobre política exterior, industrialização, capital estrangeiro e capitalismo de Estado, comércio exterior e comércio, reforma agrária, inflação e carestia, educação e saúde das massas, desigualdades regionais, consolidação e ampliação da democracia.

Estou certo de que será justamente este programa que deverá merecer toda nossa atenção, para melhorá-lo e para definir, do ponto de vista do Estado de São Paulo (é o nosso caso), as particularidades estaduais deste novo curso de desenvolvimento econômico que aspiramos.

A questão "DOIS CURSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO", a meu ver, é de importância extraordinária, pois será neste campo que travaremos sérias batalhas políticas e ideológicas. Além disso, acredito que será definindo a bandeira de um novo curso econômico para o país que nos colocaremos realmente na vanguarda do povo brasileiro.

com os aliados, melhoraram-se as facilidades para uma melhor atuação legal, tais como a conferência sobre "Os problemas políticos nacionais e as eleições presidenciais de 1960", realizada com pleno êxito pelo camarada Luiz Carlos Prestes, no Teatro João Caetano de Niterói. Essa conferência reuniu, superando todas as expectativas otimistas, grande concentração popular, e a presença de dezenas de personalidades do Estado e federais. Sua realização se efetivou, assim, dentro de uma melhor compreensão das possibilidades legais existentes, contrariamente à concepção voltada mais para o trabalho interno, defensiva, no caso, pelos camaradas mais responsáveis.

Adotando sempre as recomendações da "Declaração" tiveram os comunistas niteroienses papel destacado, com apoio de outras forças políticas, em inúmeras iniciativas, entre as quais atos públicos de massa, palestras, etc., oportunidades em que foram denunciadas as causas fundamentais da carestia de vida, da política do governo da República, essencialmente apontada como desserviço ao povo, à classe operária e, em certos aspectos, capitulando em questões fundamentais da emancipação nacional. Nessas manifestações públicas jamais os comunistas niteroienses esconderam ou tentaram mascarar sua posição política, atendendo assim ao novo espírito da Declaração.

Em resumo, dia a dia, melhora a posição dos comunistas no Movimento Sindical, onde nossa contribuição tem sido enorme, no sentido de impulsionar o processo de unidade, fato esse que se comprova através de numerosas iniciativas nas quais os comunistas tiveram papel destacado. Em outros artigos de camaradas de Niterói, tais experiências serão aprofundadas e melhor analisadas.

prejuízo da justa definição da atual etapa da revolução brasileira. Do outro lado, o inimigo, os exploradores do povo brasileiro, não ficarão de braços cruzados, travarão a luta em todos os terrenos. Adotarão medidas "antimperialistas" de fachada, farão "reformas" (tipo reforma agrária de Carvalho Pinto), etc., para tentar enganar e obter o apoio do povo. Será uma tática que aumentará na medida em que alcançarmos maior amplitude em nossa luta pelo "novo curso". Dessa forma, a vigilância e a luta do Partido será de grande importância para assegurar um desenvolvimento consequente, que satisfaça os interesses do povo e do país. A experiência tem demonstrado que, nem sempre, temos sabido reagir satisfatoriamente, frente a manobras demagógicas desse tipo. Esta atitude será de fundamental importância, para que nossos objetivos não fiquem imprecisos, confusos, frente a opinião pública.

Em conclusão, com isso faremos com que as massas se eduquem na prática social e não apenas com a nossa agitação e propaganda, camarada Grabolis. 2a. questão: Frente única nacionalista e democrática

É fora de dúvida que, para alcançar esse desenvolvimento nacional independente e progressista, será preciso uma "força social" capaz, uma frente única que reúna todas as forças sociais interessadas no mesmo. A experiência da aplicação da "Declaração de Março" veio confirmar quantas dificuldades temos que superar para bem aplicarmos essa justa orientação política.

Os pontos levantados no programa do curso de desenvolvimento que aspiramos constituem os fatores de mobilização, pois levantam as reivindicações, desde os camponeses à burguesia nacional. Naturalmente o que encerra muitas dificuldades pela nossa inexperiência, será preciso aplicá-lo em âmbito nacional, estadual ou municipal, ajustando-o ou enriquecendo-o de acordo com a realidade local.

Neste sentido, penso que devemos examinar os seguintes problemas: a) não basta abordar os grandes problemas com conhecimento de causa e tendo em conta a realidade. É necessário também procurar os meios e formas próprias para solucioná-los, isto é, mobilizar e organizar forças capazes de intervir na vida política e fazer prevalecer as soluções apontadas. Em última análise, não são apenas os entendimentos de cúpula que isto asseguram, mas o que é decisivo e pode mudar a orientação dominante, modificar a correlação de forças, assegurar as alianças necessárias à luta, é a iniciativa e a ação de massas.

Neste sentido estou certo que muitas vezes temos supervalorizado conquistas alcançadas por entendimentos de cúpula, conquistas frágeis por falta de mobilização de massas, o que tem permitido certa facilidade em passos atrás, em manobras antipopulares. A razão, entre outras, é que, como antes estávamos excessivamente isolados, certas facilidades nos deslumbram. Isto, do ponto de vista de direção partidária, se reflete no afastamento das direções das bases, justamente criticada na Tese 68.

A mobilização de amplas massas exige, do nosso ponto de vista, a correção imediata de sérios defeitos de direção partidária, a maior ligação das direções com as bases e os quadros, a maior participação, ostensiva, aberta, de numerosos homens que temos na vida política nacional, estadual e municipal. Nisto é que há sérios defeitos e não em nossa nova orientação política.

Ao mesmo tempo que procuramos nossa força em amplos movimen-

Amplas possibilidades

Aplicando a nova orientação política criaram-se possibilidades amplas para os comunistas se colocarem à frente das lutas da classe operária e de frente única nacionalista, com vistas a novas vitórias. Assim ocorreu no ano passado durante as greves em prol do salário-mínimo, entre as quais a grande greve dos têxteis de Niterói.

Papel destacado também tiveram os comunistas niteroienses durante a greve dos padeiros, em fevereiro deste ano, que foi plenamente vitoriosa, além das memoráveis greves da Companhia Brasileira de Energia Elétrica — empresa imperialista e na qual durante nove anos aproximadamente nenhum movimento havia sido logrado, relativamente a protestos ou paralisação, mesmo, por horas que fosse — e dos trabalhadores em veículos rodoviários e anexos da capital do Estado, abrangendo várias cidades do Interior. Esses movimentos, dirigidos firme e abnegadamente pelos comunistas, graças sem qualquer dúvida à sua melhor assimilação da Declaração de Março. Paralisando todas as atividades de transportes do Estado (transportes de passageiros) e imobilizando, no segundo caso, na CBEE, a totalidade dos trabalhadores desta empresa imperialista, os comunistas romperam com a resistência desesperada de forças inimigas poderosas. Tudo esse trabalho se baseou numa nítida e insofismável orientação revolucionária, mas sem sectarismos e dogmatismos inúteis. Trabalhamos visando, em certo sentido, não impedir que, posteriormente, e no curso das próprias greves, os comunistas pudessem desfilar em frente única uma luta pela encampação da empresa CBEE, como efetivamente se está encaminhando presentemente, com amplas perspectivas de êxito. Com tal orientação, dentro

de massa, precisamos do melhor conhecimento e da mais ampla flexibilidade no trato com outras correntes políticas e sociais. Precisamos melhor levar em conta o papel destas correntes na vida nacional. Tendo uma justa orientação política, precisamos multiplicar as formas de debates, a fim de ajustarmos pontos de vista, fazermos entendimentos. Aqui, a meu ver, devemos entrar em ofensiva, através de múltiplas formas: mesas-redondas, debates pela imprensa e televisão, palestras, comícios, etc.

c) as amplas alianças não nos devem impedir de defender os trabalhadores contra a exploração, mesmo se os exploradores sejam nossos aliados na luta comum contra o imperialismo. Isto é o que assegura nossa força e a nossa voz no seio da frente única. Isto é duas forças: a classe operária e os camponeses. Por essa razão acredito que devemos examinar com cuidado o programa do "novo curso" a fim de incluirmos as reivindicações operárias e camponesas, de maneira vigorosa e audaz. As limitações sobre este assunto serão colocadas não por nossa atitude, mas pelo poder do Estado, pela burguesia como classe exploradora, pelos latifundiários, pelo imperialismo. Aqui temos que ser consequentes até o fim.

3ª questão — Governo de coligação nacionalista e democrático

Existe um desenvolvimento capitalista no país. E, quando apontamos medidas para um novo curso de desenvolvimento econômico, sabemos que o capitalismo se desenvolverá mais ainda, poderá florescer, o que significará o reforçamento do poder das classes dominantes. Claro está que não queremos substituir uma ditadura feudal-burguesa, por uma ditadura burguesa, embora a prática, independente de nossa vontade e luta possa nos oferecer coisas desse tipo. As composições de classe no governo poderão sofrer numerosas modificações. Mas, para nós, o que é pacífico, é que desejamos a participação da classe operária no poder.

Como sabemos que, na prática, o Estado e o Governo se identificam compreendemos que, para que haja um novo desenvolvimento econômico realmente democrático, é necessário que a estrutura política do país também sofra modificações importantes, a fim de que através do funcionamento dos organismos democráticos, expressão da vontade popular, se exerça uma ação contínua de direção e controle das atividades do governo. A principal destas modificações, em nosso caso, é a conquista de um governo de coligação nacionalista e democrático, capaz de aplicar com firmeza, em todas as esferas da política interna e externa, a orientação de emancipação e progresso reclamada pelo nosso povo. Neste sentido, parece-me correto o Capítulo IV das "Teses".

Entretanto, acredito ser necessário abrir uma nova perspectiva para a democratização das outras instituições políticas nacionais, como é o caso das câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais, Câmara Federal e Senado. Estes órgãos exercem um extraordinário papel na vida política nacional, são órgãos eleitos pelo povo, etc. De outro lado, acredito ser necessário, ao tratarmos da questão do poder, definirmos nossa posição geral em relação aos Executivos Estaduais. Tudo isto representa um complexo político que tem enorme significação para a conquista de um governo de coligação nacionalista e democrático, satisfatório das reivindicações das massas, etc.

4ª questão — Sobre o Partido

Finalmente, queria tratar ligeiramente desta questão. Desde logo, precisamos firmar um ponto-de-vista: só o Partido Comunista está em condições de orientar a revolução brasileira. Ao fazermos esta afirmativa partimos da análise dos demais partidos políticos brasileiros. Isto não quer dizer que a constatação da Tese 19 não seja justa. Entretanto, acho-a incompleta. Analisando os demais Partidos, compreendendo a importância de justas relações entre o nosso Partido e os demais, não podemos fugir à conclusão de que só o PCB — pelas suas características concretas — é o Partido em condições de dirigir a revolução brasileira.

Esta justa conclusão servirá para que redobremos nossos esforços para colocar o Partido à altura de sua tarefa histórica, derivada da situação concreta da vida política brasileira. Estou certo de que muitas críticas feitas à nossa nova orientação política encontram ressonância em certos meios, não porque a linha política seja errônea, mas porque não encontramos uma justa forma de orientar a atividade do Partido para aplicar essa linha política. Quer dizer, falta-nos ainda uma justa política de organização. Temos alguns sérios problemas a resolver: a) no processo de organização partidária, na vigência de muitos anos de orientação sectária e dogmática, o poder orgânico de um número pequeno de dirigentes, a seleção de quadros sofreu sérias deformações. Algumas correções foram feitas. Entretanto, ainda temos incrustados em direções homens que não estão em condições de liderar o processo de democratização, renovação e reforçamento do Partido, à base do centralismo. Esses quadros precisam encaminhar sua reeducação em ambiente que a facilite. Isto é, nas bases do Partido, em atividades ligadas à produção e às massas. Em postos de mando não podem continuar, porquanto, por seu individualismo, pela sua falta de respeito aos direitos dos companheiros, pelo arraigado hábito de violar a democracia interna, causam prejuízos ao Partido. b) O Partido, para se colocar à frente das lutas da classe operária e do povo, precisa ser um Partido de quadros e de massas. Entretanto, ainda é muito débil o trabalho de educação dos quadros do Partido. Este trabalho sofreu um descenso e precisa ser enfrentado, com medidas adequadas em urgência. A seleção de quadros não pode ficar nas mãos de um número reduzido de elementos; é necessário que tais problemas sejam amplamente debatidos em cada organismo, para se encontrar justas soluções. c) Precisamos esclarecer bem a questão do Partido e do trabalho de massas. A Tese 68 fala em "abandonar o trabalho nas organizações partidárias e limitar-se exclusivamente ao trabalho de massas" etc. Em síntese creio que, nesta orientação, devemos adotar a seguinte questão: — É necessária a organização do Partido, sua ação independente, sua agitação e propaganda entre as massas; mas unicamente esta atividade é insuficiente? — É necessária a atividade dos comunistas entre as massas, principalmente à base dos programas das organizações de massas; mas unicamente esta atividade é insuficiente? Estas duas formas de atividade formam um todo, sem nenhuma contradição. Elas resumem a concepção de um justo trabalho de massas do Partido. São Paulo, 23 de maio de 1960. JURANDIR GUIMARÃES

da nova linha política, a unidade da classe operária se reforçou grandemente, fortalecendo-se as organizações sindicais respectivas, ao mesmo tempo em que a orientação do Partido era exposta às massas em memoráveis assembleias e reuniões com entusiástico interesse e aplausos. Nas comemorações da vitória nas duas greves nosso Partido foi saudado particularmente por dirigentes sindicais, que faziam questão de destacar a posição dirigente e abnegada dos comunistas de Niterói.

Não se fizeram tardar os reflexos benéficos dessa posição revolucionária, dentro do espírito da Declaração de Março. Grande número de trabalhadores, entusiasmados, pediram seu ingresso nas fileiras partidárias, naqueles setores, repercutindo, ademais, em outros setores que, estimulados, passaram também a reforçar sua organização de vanguarda.

Aqui, é que nos cabe perguntar, sem qualquer evasiva e dúbias interpretações, porque extraído da própria vida e não de divagações teóricas onde, camarada Maurício Grabolis, a "linha oportunista de direita"? Em que se baseia sua argumentação?

Absolutamente conscientes do papel do Partido na presente etapa histórica dentro de uma orientação revolucionária que interpreta corretamente as novas condições do mundo e do Brasil, é que fazemos tais indagações, convictos estamos de que não tem qualquer base verdadeira a acusação formulada por aquele camarada. Pelo contrário, ela é inteiramente errônea e está fora da realidade atual.

Com esta firmeza e essa convicção que estamos atuando na campanha eleitoral, visando a sucessão do sr. Juscelino Kubitschek em outubro de 1960, lutando com espírito adequado à frente única, sem imposição e sem sectarismos, não abdicamos todavia da posição independente que devemos exercer, no processo real e no curso das lutas, dando firmeza e profundidade à aliança de forças nacionalistas e democráticas, com a aliança operário-camponesa.

Concluindo, queremos brindar a nova orientação com um fato que julgamos honroso do ponto de vista revolucionário: ou seja, queremos destacar que, além dos êxitos obtidos na aplicação da linha política presente, já citados acima — ao lado de outros que não foram referidos — no curto prazo de seis meses apenas temos efetivos aumentos em mais de cem por cento.

Como vemos, nenhuma melhor perspectiva de luta e de realização das tarefas da etapa atual. Com isso contribuímos modestamente com uma parcela de experiências na capital do Estado, para o sincero objetivo de colaborar com a "TRIBUNA DE DEBATES" de "Novos Rumos".

Tribuna de Debate

MAURICIO GRABOIS

Uma Defesa Falsa de Uma Linha Oportunista

No artigo "As Bases Falsas de uma Linha Falsa", o camarada Mário Alves procurou refutar a crítica que fiz à linha da Declaração. Nesta empreitada, no entanto, por uma ironia da vida, o autor do artigo, sem o querer, foi levado a dar o primeiro passo — tímido ainda é verdade — no sentido de fazer autocritica. Enquanto o informe de janeiro de 1959 e as Teses não fazem qualquer observação crítica à Declaração, o camarada Mário, agora, afirma que "aquele documento não está isento de erros, falhas e imperfeições". Confio que o camarada, honestamente, ainda virá a reconhecer o quanto é errônea a política que o Partido vem seguindo, apesar das correções nela introduzidas nos últimos meses. Esta confiança se origina do fato de que, ao contraditar-me, o articulista tenta mostrar que minhas críticas à orientação traçada no pleno de março de 1958 são insubstanciais pois aquilo que combate não está no documento, é uma invenção minha. Diante de tal afirmativa, pode-se facilmente concluir que não há divergência fundamental entre nós. Neste caso, resultam duas alternativas: ou sou um falsificador ou o camarada Mário renunciou aos pontos-de-vista básicos da Declaração, que são os mesmos que aliteram as Teses.

Não sendo um falsário político, como Alves e Gorenader — usando expressões duras e agressivas, incompatíveis nas relações entre os comunistas — procuram convencer o Partido, procurarei demonstrar que as críticas por mim apresentadas são fundadas, que não deturpam intencionalmente o texto da Declaração e que as Teses que ataco e não, de fato, confidam naquele documento.

Penso ser desnecessário voltar ao tema do exaustivo da importância do desenvolvimento capitalista e do embelezamento do capitalismo contidos na Declaração, uma vez que este assunto foi debatido no meu último artigo ("Novos Rumos de 27.3.58"). Assim, a primeira questão a abordar refere-se ao exame feito na Declaração sobre o papel da burguesia que, segundo minha opinião, é idealizada naquele documento e tratada como se fosse uma força consequente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais. A este ponto de vista responde o camarada Alves com a transcrição de um trecho da Declaração, no qual se afirma que "a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas". Com isso, julga que decidiu a questão. Ora, o trecho citado contém um pensamento que está incorporado ao marxismo-leninismo e sobre ele é ocioso discutir. Afirmar que a burguesia "vacila" e "teme" a ação independente das massas, mas que não tem nenhuma correspondência com a linha nela traçada. O que importa não é uma definição em tese, a repetição dogmática dos conceitos dos clássicos, mas sim o sentido principal da análise e o conteúdo das diretrizes estabelecidas. Concretamente. Como é encarada a burguesia na Declaração?

No fim do capítulo I, aquele documento apresenta a independência política completa do Brasil como uma exigência do desenvolvimento capitalista nacional. Isto equivale a dizer que esta reivindicação é inerente à burguesia brasileira, que de modo surge como força política consequente na luta pela emancipação nacional, uma vez que, segundo a Declaração, o desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro. Em realidade, não é isto que ocorre no país. O desenvolvimento capitalista avança sem que haja qualquer progresso no sentido da conquista da total independência política. Apesar de seu acentuado desenvolvimento econômico, o Brasil continua caudatário dos Estados Unidos nos problemas fundamentais da política externa. Importantes setores da burguesia nacionalista não defendem uma política exterior independente e chegam até a ser abertamente contra o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética...

Já no capítulo II, ao tratar do Estado brasileiro diz a Declaração: "As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas" (o grifo é meu — M.G.). A burguesia é colocada em pé de igualdade com o proletariado, no que se refere à consequência na luta pela democracia. Ambas as classes asseguram ao país um curso de desenvolvimento político no sentido da democratização. Esta democratização é considerada "uma tendência permanente" em virtude do desenvolvimento capitalista.

Mais adiante, a Declaração faz a seguinte constatação: "É igualmente inevitável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática". (O grifo é meu — M.G.) Mais uma vez o documento aprovado em março de 1958 coloca a burguesia e as massas trabalhadoras em pé de igualdade na luta pela democracia, pois o aumento do número de parlamentares nacionalistas e democratas no Congresso Nacional re-

sulta da influência da burguesia nos partidos políticos e do voto popular. E no fim do capítulo II, ao se referir aos privilégios concedidos pelo governo às investidas imperialistas no país, diz que tais concessões "suscitam protestos dos círculos representativos da burguesia", enquanto faz somente ligeira alusão à resistência das massas populares ao domínio imperialista, como se a burguesia fosse a única força a lutar contra o imperialismo.

No que relaciona com as Teses, embora estas assinalam várias vezes o duplo caráter da burguesia e repitam as palavras da Declaração sobre a inconsequência e as vacilações da burguesia, na realidade, tratam-na, também, como força consequente. Esta idéia está expressa no capítulo III, tese 17, que afirma existir um setor da burguesia "genuinamente nacional", que constitui "a imensa maioria da burguesia brasileira" e conclui que "com sua maioria a burguesia brasileira, em virtude dos seus interesses objetivos, se situa no campo do anti-imperialismo". Se a imensa maioria da burguesia é "genuinamente nacional", ela não poderá deixar de lutar como classe até o fim pelos interesses nacionais. Também não é certo dizer que a maioria da burguesia brasileira já se encontra no campo antiimperialista. É verdade que, objetivamente, seus interesses se chocam com o domínio do imperialismo no país e, por isso, ela pode e deve participar da frente comum de luta pela libertação nacional. Mas, afirmar que ela se situa no campo antiimperialista vai de encontro à realidade. Tudo isso resulta da superestimação da grandeza e profundidade da contradição entre a burguesia e o imperialismo. Por esta razão, a orientação estratégica e a linha tática expostas nas Teses estão subordinadas aos interesses da burguesia, con- duzem ao seu fortalecimento em prejuízo das posições do proletariado.

Outro problema essencial, o mais importante do debate, se refere às contradições da sociedade brasileira e ao caráter da revolução. Ao discutí-lo, o camarada M. Alves tomou a liberdade de declarar que a minha "interpretação é capciosa". Tal qualificativo caberia melhor à Declaração. A maneira pela qual aquele documento trata do assunto é tipicamente oportunista. Aí reside o cerne da posição de direita da atual linha política.

A Declaração e as Teses, e, agora, o camarada M. Alves repetem, mostram que a sociedade brasileira, na atual etapa de sua história, está submetida a duas contradições fundamentais — a antiimperialista e a agrária — e que se torna necessária a solução radical de ambas as contradições na presente etapa da revolução. Em seguida, caracterizam de maneira justa a revolução brasileira, ao defini-la como "antiimperialista e antifundamentalista, nacional e democrática". Claros e precisos são também os objetivos que estabelecem para esta revolução atingir. Até aí tudo muito bem, tudo muito certo. No entanto, como é característico do oportunismo, tais constatações não passam de meras palavras, logo postas de lado, e, sem maiores sutilezas, (tanto na Declaração como nas Teses) apresentam nova caracterização da revolução brasileira e alteram seus objetivos. A revolução, por artes do demônio, passa a ser somente nacional, pois "os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial" (tese 23). As tarefas nacionais passam para o primeiro plano (não por acaso, durante tanto tempo a direção do Partido deixou de levantar a palavra-de-ordem de reforma agrária), o que, inevitavelmente, leva a encerrar os problemas da revolução em função dos interesses da burguesia.

Qual a justificativa para este golpe de prestidigitação? Tanto a Declaração como as Teses partem de uma justa conclusão: o imperialismo norte-americano é o principal inimigo da nação brasileira (o mais justo seria dizer do povo brasileiro), que a contradição antiimperialista tornou-se a principal. Mas encaram esta questão de maneira unilateral. Dizem as Teses: "... o desenvolvimento econômico (mas uma vez o desenvolvimento capitalista determinando tudo — M.G.) dá à contradição antiimperialista o caráter principal, dela fazendo depender a solução de todas as demais contradições, que, assim, adquirem caráter de subordinadas". Considerando que esta predominância do fator nacional se dará em todo o curso da atual etapa histórica, é evidente que esta conclusão nega tudo que a Declaração e as Teses antes disseram sobre o caráter e os objetivos da revolução. Mas o camarada M. Alves diz que este raciocínio se apóia numa tese errônea, inventada pelo camarada Grabois, de que a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos é a principal na atual etapa histórica da sociedade brasileira: "Nada mais falso brada indignado. Em seguida lança um desafio: "Ninguém encontrará tal profecia no texto da Declaração". É verdade. Mas esta "profecia" é feita com todas as letras num documento, que, segundo o camarada Gorenader, representou "nítido avanço" sobre a Declaração e é de "primordial significação" para a compreensão da linha atual: o informe de janeiro de 1959. No início do capítulo II diz: "Sob a influência de fatores internos e externos, agravou-se a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, que é a contradição principal na atual etapa histórica da sociedade brasileira" (o grifo é meu — M.G.). ("A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrático" — Luiz Carlos Prestes, pag. 17.) Aí se expressa o verdadeiro sentido da Declaração, até agora defendido, com ardor e intransigência, na direção pelos corifeus da linha política atual. Outra parte da Declaração e das Teses onde também se

torna manifesto que a revolução é considerada somente nacional é aquela em que fixam o esquema de disposição das forças revolucionárias. Estas de acordo com a Declaração (nas Teses foi feita uma alteração, mas que não muda seu conteúdo essencial) são constituídas pelo proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos. Estas forças sociais se opõem "ao inimigo principal da nação brasileira", cuja derrota "abrirá caminho para solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil". Trata-se, portanto, de um esquema estratégico (para toda etapa) de disposição das forças sociais para uma revolução exclusivamente nacional. Mas o camarada M. Alves afirma que a Declaração é "um documento destinado essencialmente ao esclarecimento da tática dos comunistas" e, que, portanto, não procede minha crítica. Assim agindo, o autor de "Bases Falsas de uma Linha Falsa" abusa da inteligência de seus leitores. Como é que a Declaração é um documento, essencialmente, tático se revogou, de ponta a ponta, o Programa do PCB, documento, essencialmente, estratégico? Ficou o Partido sem uma orientação estratégica? A linha aprovada no pleno de março de 1958, incluí as questões táticas e estratégicas, e a linha geral do Partido para toda etapa. O esquema de disposição das forças sociais exposto na Declaração é um problema eminentemente estratégico. Tanto isso é verdadeiro que aquele do-

cumento não traça outro pleno de disposição de forças sociais para enfrentar as duas tarefas fundamentais da atual etapa: a libertação do país do jugo imperialista norte-americano e a liquidação do monopólio da terra.

Numa nova tentativa para convencer o camarada M. Alves de seu erro, socorro-me ao artigo do camarada Prestes publicado em "Voz Operária" de 29.3.1958, no qual explica a linha da Declaração. "A falsa apreciação da situação internacional e das modificações ocorridas no regime econômico e social brasileiro — diz Prestes — impediu-nos de interpretar de modo justo a nova disposição das forças sociais do país e a questão da frente única, que tem no terreno da tática e da estratégia uma importância fundamental". (O grifo é meu — M.G.) E mais adiante afirma taxativamente: "Esta contradição (entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos — M.G.) tinha se tornado principal e dominante e determinava o processo de alteração na disposição das forças sociais" (O grifo é meu — M.G.). Estas citações dispensam comentários e revelam que o esquema da disposição de forças sociais contido na Declaração é um problema estratégico. Mas o camarada M. Alves procura, agora, sutilmente, transformar a inclusão de latifundiários neste esquema em simples constatação de "que podem participar do movimento nacionalista os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano. Isto ninguém discute. Em determinadas circunstâncias, latifundiários e capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios ianques podem participar, exclusivamente em defesa de seus privilégios de classe, durante cur-

tos períodos e por objetivos limitados, em ações contra o imperialismo norte-americano. Mas isto não está contido na Declaração. Naquele documento se inclui no plano de disposição das forças revolucionárias latifundiários e burgueses ligados a imperialistas que concorrem com os monopólios dos Estados Unidos. Agora, se o articulista quer corrigir a Declaração, então faça a indispensável autocritica.

No concernente à minha arguição de que na linha elaborada em março de 1958 na solução da questão agrária deixa de ser uma das tarefas da revolução, Mário Alves responde com o "argumento" que isso é uma leviandade e nada mais... Porém é obrigado a reconhecer que a Declaração "merece crítica pelo fato de não... ter tratado com a necessária clareza a questão agrária". Isso, porém, não é suficiente. Basta ler a Declaração para se verificar que, de fato, a direção do Partido subestimou o problema camponês, arriou a bandeira da reforma agrária, voltando somente a erguê-la, sob o fôgo da crítica, e ainda timidamente, no início do ano passado.

Prosseguindo em seu libelo contra um imaginário dogmatismo, passa o meu oponente à questão da frente única, e ataca com particular energia os "esquerdistas" emperrados porque "se preocupam apenas em saber como será composta a frente única no futuro, menosprezando as possibilidades existentes para ampliar a frente única no momento atual...". Aí o camarada investe contra mochos de vento. Não menosprezo as condições que atualmente existem para ampliar e fortalecer a frente única. O que critico é justamente a falta de preocupação da direção partidária com a

construção da frente única democrática e antiimperialista, a tal ponto que chega a incluir entre as classes e camadas sociais que constituirão esta frente setores de latifundiários e grupos de capitalistas ligados aos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos. É certo que, agora, as Teses, devido às críticas feitas na direção, falam que a inclusão daqueles setores e grupos na frente única se dará em certas circunstâncias, o que, no entanto, não modifica a maneira oportunista de enfrentar a questão. Precisamente por isso, as Teses, no capítulo V, onde definem os objetivos da frente única, propugnam a criação de uma força social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias. Note-se bem: transformações possíveis e necessárias. Afinal as Teses repetem, inúmeras vezes, que os objetivos da revolução na atual etapa são a libertação do país da dependência do imperialismo e a realização de transformações democráticas radicais, inclusive a liquidação do monopólio da terra. Mas, quando chega o momento de enfrentar teoricamente esta questão, não indicam ser necessário criar a força social capaz de fazer estas tarefas possíveis e realizáveis. Deste modo, as tarefas fundamentais da revolução antiimperialista e antifundamentalista são postergadas para as calendárias gregas, uma vez que a tática preconizada nas Teses visa, apenas, reivindicações "possíveis" e, portanto, limitadas. Assim, jamais se poderá "modificar simultaneamente a correlação de forças políticas no país" como pretendem as Teses. Como tornar possíveis a libertação nacional e os outros objetivos básicos da primeira etapa da revolução, se o Partido Comunista não se empenha em forjar, no curso da luta, a frente única que realizará as tarefas que correspondem à revolução democrática e antiimperialista e assegurará um curso independente e progressista ao desenvolvimento do país?

Em verdade, a tática possibilista indicada nas Teses, de enfrentar somente aquilo que é realizável agora, sem ter em vista o futuro, conduzirá, inevitavelmente, ao abandono da luta pelas reivindicações agrárias mais radicais, à paralização da luta antiimperialista, que acabará limitada, como de certo modo já vem acontecendo, aos marcos estabelecidos pelos interesses exclusivos da burguesia. Por esse caminho jamais se formará a verdadeira força social que conquiste e garanta a vitória da revolução. É certo que, na luta diária, a classe operária e o seu partido realizam com maior amplitude a unidade de ação com diferentes forças e, em alguns casos, até com latifundiários que têm contradições com o imperialismo. Mas, assim atuando, devem visar sempre a formação da frente única democrática e antiimperialista, cujo núcleo fundamental é a aliança operária e camponesa. (CONTINUA)

PEDRO POMAR (S. Paulo)

A "Democratização Crescente" e a Burguesia

Se os camaradas tiveram paciência de acompanhar a discussão sobre o III Capítulo das Teses, tentarei mostrar mais alguns aspectos da apologia à burguesia. Examinemos, por exemplo, a afirmação de que no novo caminho aberto pelas "forças novas" da sociedade brasileira, a "tendência predominante é a democratização" ou a "democratização crescente" que quer a Declaração. Nela se podem ter dados "retricos" e "interrupções, como o Estado Novo e outras medidas reacionárias", mas seus reflexos se projetam em toda a superestrutura jurídica e política (Tese 18).

O capitalismo em sua fase ascendente exige a liberdade burguesa. Isto é, homens que tenham liberdade jurídica de vender sua força de trabalho e que não se vejam tolhidos pelos entraves feudais. A burguesia, por isso procura criar uma superestrutura jurídica e política que favoreça seu progresso. Nesse sentido o desenvolvimento capitalista no Brasil facilita o crescimento das aspirações democráticas das massas trabalhadoras. Isto é inevitável. Como igualmente é inevitável que as forças democráticas e progressistas vão exercendo cada dia maior influência na vida política do país e obtendo êxitos importantes. São numerosas as manifestações em defesa das liberdades democráticas. Uma das características atuais da situação brasileira é precisamente a aspiração crescente do povo à democracia, à mais ampla liberdade política.

Ao lado disso, porém, o desenvolvimento capitalista vai revelando para as massas a outra face da democracia burguesa: é a de que os direitos para os pobres, para os explorados, são uma ficção. A democracia burguesa beneficia a minoria, nela o poder do dinheiro é onipotente, a corrupção aumenta, os meios de engodo dos trabalhadores tornam-se mais eficientes e sutis. Ademais, a democracia no Brasil, em virtude do capitalismo estar em decadência no mundo e porque a burguesia teme as massas, é bastante limitada. Acresce ainda que a nossa burguesia se torna cada vez mais reacionária, permitindo a penetração do imperialismo, que influencia a política da burguesia. É o imperialismo, bem o sabemos, nega a democracia. Aprofunda-se assim, cada vez mais, a contradição entre as aspirações e as reivindicações democráticas das massas e as possibilidades de sua satisfação pela burguesia brasileira. As classes dominantes tratam, por isso, de conter a todo o custo o movimento das massas pela democracia e de subordiná-lo aos seus interesses.

Por conseguinte, falar de "tendência predominante à democratização", obscurecendo seus aspectos negativos e o papel das massas é errado; é, na prática, apreciar a democracia atual do ponto de vista apologético burguês.

Nessas condições, não podemos concordar com as Teses quando apresentam o Estado Novo e outros golpes reacionários, como simples "interrupções" ou "retricos" na marcha para a democracia. Do ponto de vista de classe do proletariado esses golpes significam uma verdadeira traição ao país e ao povo por parte dos governos feudais-burgueses. Quando os homens do Estado Novo, em 1937, ou os partidos da "união sagrada" (PSD, UDN, PTB e PR) em 1947, empreenderam a ofensiva contra os direitos democráticos, eles atingiram principalmente os interesses nacionais e populares, e capitalizaram vergonhosamente ante os impe-

rialistas. É comum, nestes últimos tempos, ouvirmos "críticas" sobre a responsabilidade dos comunistas nesses golpes da reação. A escala sobre o grau de responsabilidade varia, mas todas culpam de modo unilateral o Partido, ou por ter sido muito "esquerdistas" e sectário, ou por não ter sabido "inserir-se" no processo de "desenvolvimento pacífico" e cooperar com o "capitalismo progressista". Reconheço que nossos erros "esquerdistas" tornaram possível nosso isolamento e os duros golpes que recebemos. A verdade inteira, contudo, é que a investida reacionária correspondia essencialmente aos interesses das classes dominantes, que visavam consolidar suas posições no país com a ajuda dos imperialistas e não liquidar como força política consequente na defesa das reivindicações nacionais, democráticas e populares. Apesar de nossa atitude direitista de "apertar o cinto", etc. de 1945 a 1947, a legalidade da CTB, da UJC e do Partido Comunista, bem como a cassação dos mandatos dos deputados eleitos em nossa legenda, foram medidas que sobrevieram porque naquele período mantivemos a fidelidade ao internacionalismo proletário e denunciámos a política de guerra e de domínio do imperialismo americano, com o qual estávamos pactuando o governo brasileiro.

Apresentar, pois, o avanço democrático como que inerente à burguesia, além de contrariar a realidade, não se coaduna com os princípios. Haja vista a Tese 46, onde são formuladas as reivindicações democráticas imediatas, para nos convencermos de que a democratização não é tão crescente assim. Por essa lógica, deveríamos estar gozando hoje de muito mais liberdades do que em 1945, o que evidentemente não sucede.

Seria portanto mais correto, me parece, dizer que as vitórias democráticas em nosso país têm sido consequência antes de tudo das lutas do povo pela liberdade, lutas que vêm desde os primórdios da formação da nacionalidade brasileira, e reflexo, nestes últimos anos, do ascenso sem precedentes do movimento de libertação nacional dos povos, iniciado com a Revolução Socialista de Outubro. Nossas tradições de luta em prol da liberdade são revolucionárias e não simplesmente liberais, como disse o camarada Prestes na apresentação ao Projeto de Estatutos. (Nem tampouco é certo que há gozamos de todas as garantias constitucionais, como foi formulado.)

Quando as Teses proclamam que a democratização atinge as forças armadas principalmente o Exército, e se referem a estas como organizações da categoria dos sindicatos, associações estudantis, etc., creio que nisso há confusão e confusão perigosa.

As tradições democráticas no Exército são o reflexo positivo das lutas do povo e das contradições cada dia mais agudas com os imperialistas, os latifundiários e grandes capitalistas. Mas constatar isto não deve nos levar a esquecer a função essencial do Estado e de seu aparelho de repressão e coerção destinado a manter as massas na submissão. A meu ver também, o Exército não pode ser confundido com o Club Militar, organização agora dirigida pelas correntes nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas do Exército. Insisto. Realçar e saber aproveitar as tradições democráticas das forças armadas para a luta contra a reação e o imperialismo é importantíssimo. A ofi-

cialidade patriótica do Exército vem jogando, sem dúvida, um papel de primeira ordem nessa luta. Com a evolução dos acontecimentos esse papel pode vir a ser ainda mais saliente. Mas, como ensinava Lenin, em seu artigo "O Programa Militar da Revolução Proletária", não devemos olvidar que em toda sociedade de classes, a classe opressora está armada. Mesmo em repúblicas tão democráticas, como a Suíça, — dizia Lenin — o exército representa o armamento da burguesia contra o proletariado. E seu emprego contra os grevistas em todos os países capitalistas (incluindo o nosso, observação minha, P.P.) nem se discute. (Obras completas — vol. XXIII — págs. 78-79. Edit. Cartago — 1957 — Buenos Aires). Cariam portanto no pacifismo burguês e no oportunismo se pensássemos que no Brasil as forças armadas não têm por função principal a violência contra os que quiserem modificar as instituições, ou a "ordem estabelecido", como dizem os corifeus do regime vigente. E note-se que as classes dominantes no Brasil possuem um aparelho burocrático e militar bastante respeitável e, também, de tradições reacionárias. Nosso desejo e nosso esforço são de que elas atuem, agora, fundamentalmente, contra os entreguistas e reacionários. Mas isto é coisa diferente que chegar à conclusão revisionista sobre o Estado, o Exército, e sua natureza de classe.

Tremos, então, uma rápida conclusão do papel da burguesia nestes 30 anos em que ela participa do governo ou influi em sua formação. A burguesia impulsionou efetivamente o desenvolvimento industrial, contribuiu para golpear as forças mais retrógradas do país e ajudou na formação e no fortalecimento do movimento nacional. Mas ela é igualmente responsável pela formação da economia nacional, pela capitulação em face ao imperialismo, pela política de reação e antipovo que prevalece desde esse período em nosso país. Na realidade, o imperialismo e o monopólio da terra tiveram suas posições reforçadas. As bases econômicas e sociais da reação em nosso país não foram destruídas, ao contrário, ainda são relativamente poderosas. Por outro lado, convém destacar que no terreno ideológico a conduta da burguesia em relação à democracia e às massas, sempre foi débil, medrosa, moderada. Nenhum dos seus ideólogos chegou sequer a elaborar uma ideologia democrática-revolucionária, parecida no menos a de um José Martí ou um Sun-Yat-Sen. Leia-se ainda agora um desses livros de uma "ideologia do desenvolvimento" e comprovaremos que suas teorias, embora com certo conteúdo progressista, antiimperialista, sofrem, em tratado da subestimação do papel revolucionário das massas, especialmente dos camponeses, a quem — alguns deles — consideram como reacionários. São ideólogos temerosos do revolucionarismo das massas, de suas ações independentes. Aí! a teoria da moderação, do ajustamento, da acomodação, como é propagada pela burguesia!

Não, positivamente, não é criando ilusões nas massas sobre "a democratização crescente" nem confiando na direção da burguesia que conseguiremos despertar a energia revolucionária das massas e fazê-las avançar.

Mas o mais grave é que as Teses, como a Declaração, procuram nos convencer da possibilidade de ir modificando o caráter do poder estatal através de reformas de estrutura e da me-

lhoria do sistema político em vigor, a fim de que a burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional chegue a assumir toda o poder e a democratizar por completo a vida política do país. A realização dessas reformas de estrutura implicará na "tomada de posições cada vez mais importantes no capital norte-americano" e aos entreguistas. (O grifo é meu, P.P.) (Tese 35).

É perfeitamente claro que a burguesia convém o caminho das reformas, para ir "chouco a pouco" tomando o poder do imperialismo norte-americano. Esta seria a via mais dolorosa, que exigiria imensos sacrifícios, como já está exigindo, das massas. E, o que é pior, não levaria à vitória do povo. Mas será esse o caminho que interessa ao proletariado e ao povo, especialmente aos camponeses? Sem pretender negar a importância das reformas, desde que estejam subordinadas à luta revolucionária, acho que o proletariado e as massas, não podem nem devem limitar-se apenas às reformas. Aliás, só com a perspectiva das transformações radicais, revolucionárias, é que as massas poderão desempenhar seu verdadeiro papel, libertando-se de seus opressores. As grandes energias, nos mostra a vida, só nascem para os grandes objetivos. Se a revolução será o certo ou a longo prazo, já é outra história, que não quero discutir neste artigo.

Para terminar, gostaria de lembrar as opiniões de Lenin, no seu trabalho "Uma caricatura do marxismo", escrito em 1916. Ensinava ele que o capitalismo engendra as tendências democráticas nas massas, ageu o antagonismo entre o imperialismo, que nega a democracia, e as massas, que tendem para esta. Mas Lenin indicava que não se pode derrubar o capitalismo e o imperialismo com nenhuma espécie de transformação democrática, por mais ideal que seja e sim somente por uma revolução econômica. E ressaltava que isto não se excluía, antes pressupunha, para o proletariado, sua educação na democracia e a utilização ao máximo das instituições democráticas para levar a cabo as medidas revolucionárias." (Obras completas — Vol. XXIII, págs. 2) 1 — Editorial Cartago 1157 Buenos Aires).

Desde então o socialismo triunfou numa terça parte do mundo e influi para aproximar ainda mais as aspirações democráticas das massas das socialistas. Ou melhor, o socialismo vitorioso fortalece os sentimentos e a esperança das massas na luta pela democracia, contra o jugo imperialista e todas as formas de exploração.

Por tudo isso, na etapa atual, uma das exigências básicas da revolução brasileira é a democratização radical da vida política do país. Esta é uma tarefa decisiva para a vitória completa contra os inimigos do povo brasileiro. Nestas condições, a ação das massas por suas reivindicações imediatas e em defesa das mais amplas liberdades democráticas, se torna uma questão central, tanto na luta contra o imperialismo e os restos feudais como para assegurar melhores condições de vida para os trabalhadores. Inclusive para dar caráter de massas à frente única nacionalista e democrática. Dal decorre a necessidade imperiosa de criticar, às ilusões democráticas em nossas fileiras e de combater cada vez mais firmemente as posições conciliadoras e capitulacionistas do governo atual.

Influente a linha das Teses não conduz nem nos arma para isso.

A oposição

«esquerdistas» e a contradição principal

O artigo, sob o título acima, de autoria do camarada Jacob Gorenader, foi publicado, em nossa edição de 27 de maio, com alguns erros de revisão facilmente identificáveis. Chamamos, entretanto, a atenção para os seguintes:

A citação de Mao-Tse-Tung é de suas "Obras Escolhidas", Tomo II, pág. 443, e não pág. 44, como saiu impresso.

No alto da 6ª coluna, ali onde se lê «Atestam este aprofundamento, à sociedade, etc.», leia-se «Atestam este aprofundamento, à sociedade, etc.»

Tribuna de Debate

Sugere-me o título acima o artigo de um camarada, Mario Bastos, de Santa Catarina, quando reclama o prazo mínimo de um ano para os debates. A esta sugestão do meu inteiro apoio.

JOAQUIM ALVES (São Paulo)

A Todo Vapor Para Salvar o Oportunismo

Alguns companheiros já escreveram há uma vez, tanto contrariando o documento em debate, como o aplaudindo. Acho que devemos todos continuar a discussão; a maioria dos comunistas, porém, ainda não participa dos debates. Mas a coisa está começando a tomar animação, o Partido vai sendo despertado para a elaboração política em consequência do choque das idéias, do confronto dos conhecimentos e da refrega de tendências. A tentativa de uma discussão apressada, especialmente nas condições atuais do Partido, é intolerável, por se revelar antidemocrática, e, mais do que isto, é suspeita. Não é admissível que ainda existam «donos da verdade» em nosso Partido, principalmente face à nossa tradicional insegurança política, teórica e ideológica, e quando quarenta por cento da direção (artigo de Caill Chade) não concordou com o documento em discussão. Este último episódio é significativo e deve nos alertar, quaisquer que sejam nossas opiniões com relação às Teses, para a necessidade de um amplo debate do problema, prolongado e sério, de cima a baixo. — A todo vapor. NAO!

Há companheiros que têm mais facilidade de assimilação, outros não. Senão vejamos: a maioria da direção ratificou a nova orientação política incontinentemente, logo que lhe foi apresentada... muito embora a Declaração constituísse surpresa para aquele organismo superior, na mesma ocasião; outros membros, ao contrário, apesar de dois anos de cerrada «ajuda» crítica, não conseguem superar o «esquerdismo»; e ainda há os que a aprovaram e depois voltaram atrás, adotando posteriormente outra posição. Isto lá por cima; cá por baixo a coisa é ainda mais complicada, quando assistimos mais a descoberto o Partido se deformando, definhando, perdendo sua combatividade e independência e, fundamentalmente, o prestígio junto às massas... enquanto as idéias do socialismo são cada vez mais irremediáveis. Assim, a todo vapor, repetimos: NAO!

Jacob Gorender, em seu artigo «Crítica ou Falsificação», admite plenamente o atentado à direção coletiva, que significou a manobra da Declaração de Março. Gorender admite porque diz que a Declaração de Março é a síntese do processo de elaboração coletiva e pública de que participaram centenas (o grifo é meu, J. A.) de companheiros, em todo o país. Pretendendo falsificar a denúncia concreta de que a Declaração foi elaborada sem conhecimento da direção, e apresentada de surpresa, para aprovação a jato, Gorender fala em «centenas de militantes que, segundo seu propósito subjetivista, elaboraram a coletiva» e «públicamente» este documento. A inteligência do camarada Gorender se refere à discussão pela imprensa que antecedeu e sucedeu o Projeto de Resoluções de outubro de 1956.

Mas, já depois daquela discussão, a direção aprovava o informe de Prestes sobre o trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado, em que se lê: «Propomos que o Comitê Central (o C.C. camarada Gorender) tome em suas mãos a imediata realização do balanço da discussão, balanço que deverá trazer importante contribuição para o trabalho das duas comissões anteriormente propostas e constituir elemento importante na elaboração dos documentos básicos do V Congresso. Propomos também que seja posta imediatamente em funcionamento a comissão designada para a elaboração dos documentos que deverão ser discutidos no V Congresso. Terminado o trabalho desta Comissão, isto é, elaborados os documentos, será o V Congresso imediatamente convocada». («Voz Operária» de 7.9.57 — Os grifos são meus, J. A.). Todavia, aconteceram diferentes: no Plano seguinte (março de 58), a «elaboração» estava concluída, e a direção aprovava a Declaração, mudando a orientação política de tal forma que subvertia o conteúdo da maior parcela de opiniões expressas pelo Partido, muito embora já, há dois anos, não se apresentasse, nem mesmo em forma de documento, o trabalho de direção política. Entretanto, a «imediata realização do balanço da discussão» somente se verificou em Plano bastante posterior

aquele que aprovou a Declaração. — Que diabo de «processo de elaboração» é este, que consegue o milagre de anteceder sua síntese ao BALANÇO, à análise da discussão em que teve curso?... — Tomando por empréstimo o vocábulo do camarada Lucena de Santos: «Acordes», camarada Gorender, acorde e me responda: será que as modificações feitas então na composição do Presidium e do Secretariado (a responsabilidade de Prestes é flagrante) não se efetivaram para poder impor ao Partido a linha oportunista porque parte dos elementos então afastados constituía obstáculo a isso?... E apenas uma pergunta. Não sou de direção alguma, nem alimento pretensões nesse sentido, testemunhei as dificuldades dos camaradas removidos em dar uma reviravolta para solucionar os problemas partidários, mas, também, considero que dada a complexidade de tais problemas, SOMENTE UM CONGRESSO PODERIA dar um primeiro passo acertado e firme no sentido da solução das questões políticas e orgânicas que há muitos anos nos assobierbam.

Apenas uma citação em favor de minha desconfiança de que as substituições então feitas no Presidium foram motivadas pela resistência verificada em seu seio a modificar a orientação política no sentido da direita, embora se constatasse ali uma inadmissível e chocante incapacidade de encaminhar as soluções dos problemas partidários:

— Entrevista de Prestes, isto é, pensamento do antigo Presidium, pouco mais de um mês antes das modificações, respondendo a uma pergunta sobre a posição do Partido Comunista em face do movimento nacionalista em curso: «Participando ativamente do movimento nacionalista, dentro dele mantemo-nos vigilantes contra as tentativas daqueles que em vez da luta intransigente contra o opressor estrangeiro defenderem a conciliação com os monopólios norte-americanos e quiserem afastar o povo do caminho da luta consequente pela independência econômica do Brasil, contra a dominação imperialista e contra o regime político em que esta se apóia». («Voz Operária» de 27.5.57. Os grifos são meus, J. A.) — Toda a história está aí, precisamente, na tolerância ou não ao regime político em que a dominação imperialista se apóia.

Dois dias depois de publicada, a Declaração foi objeto de uma discussão entre militantes, na qual expressamos minha discordância e descontentamento frente à orientação que o Partido passava a adotar. Continuo pensando da mesma forma. Quando se debata o Projeto de Resoluções, o cerne oportunista de direita da Declaração ainda estava embrionariamente, no ventre do anti-partido, era gestante o traidor Agildo Barata. Ninguém poderia, portanto, prever sua transposição para a atividade do Partido, embora, inteligentemente também, camarada Gorender, Agildo considerasse que as questões que então formulava «sistemavam opiniões de grande número (!!) — O grifo é meu, J. A.) de membros do Partido expressas inclusive através do debate que ora se trava em nossas fileiras («Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido», artigo de Agildo em «Voz Operária» de 6.4.57).

Faremos a seguir um confronto entre questões formuladas por Agildo e as teses essenciais da Declaração de Março; depois, procuraremos mostrar seu sentido nacional-reformista e oportunista de direita. Antes, chamamos a atenção dos leitores (termo tomado também por empréstimo, desta vez ao nosso brilhante Mario Alves), para o colorido, a tinta, o verniz, a vestimenta revolucionária dessas questões, mas de que elas se despenam na prática política concreta e diária. Utilizarei as Teses agora em debate e não a Declaração, satisfazendo a vontade de Jacob Gorender, que critica Maurício Grabois por este se referir desmasadamente à Declaração e não ao documento atualmente em debate. Mas não esqueçamos que o documento MAE é a Declaração, insistimos nisso. Também Agildo não negou o caráter

da revolução brasileira, a respeito do que não surgem dúvidas: «Creio justa a caracterização, há muito feita, da revolução brasileira: antilimpialista e agrária antifeudais (artigo de Agildo, já citado).

As Teses — como a Declaração — também não negam o caráter da revolução brasileira: «A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é antilimpialista e agrária antifeudais, nacional e democrática» (Tese 22).

Depois desse verniz de aceitação em palavras do caráter da revolução brasileira em sua etapa atual, vejamos certas coincidências entre os dois documentos — o artigo de Agildo «Pela Revolução e o Fortalecimento do Partido» e as «Teses para Discussão» (mas o documento MAE é a Declaração): — «Embora o problema das fases (o grifo é meu, J. A.) de desenvolvimento da revolução agrária e antilimpialista seja de capital importância, e deva ser melhor precisado através de um estudo mais profundo da realidade brasileira, é inegável no momento atual, o avanço mais rápido da luta antilimpialista em nosso país, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande atraso. Este fato indica (ATENÇÃO!) um desenvolvimento preponderante das tarefas antilimpialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias (Santo Deus, precisamente numa das questões em que o Programa estava certo!) de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com (ATENÇÃO!) algumas reformas na estrutura agrária» (artigo citado).

«Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da Nação, quer no plano econômico como no político (o grifo é meu, J. A.), entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana... «Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal, dominante na sociedade brasileira. Em consequência (ATENÇÃO!), os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os agentes entreguistas (o grifo é meu, J. A.). A luta pela emancipação constituiu a tarefa principal do povo brasileiro... «Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico (ATENÇÃO!) dá à contradição antilimpialista o caráter principal, dela fazendo depender (o grifo é meu, J. A.) a solução de todas as demais contradições, que, assim, adquirem caráter de subordinadas». (Tese 23). Ainda tem mais: «Esta mobilização (das massas camponesas) exige, igualmente, que se parta

das condições atuais do movimento camponês e se tome por base as reivindicações (ATENÇÃO!) mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, o pagamento do salário mínimo, a legitimação das posses, etc., (ATENÇÃO!) não devendo ser propostas, no trabalho prático, palavras de ordem (a propaganda da reforma agrária) que ainda não encontram condições maduras para a sua realização» (Tese 30). E depois: «A fim de abrir caminho e preparar as condições para a conquista de uma reforma agrária radical, que signifique a completa extinção da propriedade latifundiária da terra» (ATENÇÃO!) é necessário e possível, de modo imediato, lutar pela aprovação e aplicação de medidas parciais (Agildo usou algumas reformas e não «medidas parciais») de reforma agrária» (Tese 11).

Há uma diferença nas justificações para que o Partido adotasse essa política: Agildo partiu da constatação do atraso do movimento camponês, enquanto as Teses (não esqueçamos o documento MAE é a Declaração) partem do desenvolvimento econômico, para concluir, ambos, Agildo e as Teses, pelo caráter principal ou pelo desenvolvimento da luta ou da contradição antilimpialista. O atraso do movimento camponês exige autenticidade na prática e não abandono da posição revolucionária e consequente que conduza a resolver a situação de miséria e atraso da maioria da população brasileira, aliada natural da classe operária, através da quebra do monopólio da terra — solução motora do desenvolvimento progressista da Nação. Por outro lado, para impulsionar o desenvolvimento econômico, rompendo com a exploração imperialista é necessário interessar de forma concreta aquela maioria. Depois da coleção das «tarefas antilimpialistas» como preponderantes, por Agildo, e da afirmação dos «objetivos nacionais» adquirindo caráter primordial, pelas Teses, vejamos o que se segue, autêntica cópia:

«As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista — erio em — a conquista. (ATENÇÃO!) ainda dentro dos quadros do atual regime, de um governo nacional (grifo de Agildo, mas falta o «isto») e democrático, que realize uma política de soberania nacional e de existência pacífica, não entregue nenhuma parte do território nacional a qualquer potência estrangeira, defenda nossas riquezas naturais e a indústria nacional, adote medidas agrárias progressistas que favoreçam o movimento camponês, mantenha e amplie (que sonho) as conquistas da classe operária (tome medidas efetivas para deter a erosão da vida e a inflação e assegure, plenamente, sem discriminações, as liberdades constitucionais. Este governo introduzirá na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a mais alto nível possível, lutando a que se coloque na ordem do

dia as transformações radicais por que lutamos, transformações que abrirão caminho para o socialismo (Oh! Frontal, «onde estás que não respondes?»... «Tal governo, (TODA ATENÇÃO, para as formas de chegar até lá!), tanto pode surgir do atual, através de modificações que alijem dos postos-chaves os elementos reacionários e servis ao imperialismo norte-americano, como de sua substituição através de eleições. Esta frente nacional e democrática sirva, também, o instrumento através do qual as forças democráticas e antilimpialistas poderiam enfrentar, com êxito, quaisquer tentativas de retrocessos reacionários na vida política do país.» (Agildo, artigo citado).

«Um governo nacionalista (aqui entrou o «isto») e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente (viram?) e aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas. A conquista de um governo nacionalista e democrático poderá ser alcançada através dos seguintes meios mais prováveis (Toda ATENÇÃO, para as formas de chegar até lá): a) Pela pressão pacífica das massas trabalhadoras e populares e das correntes antilimpialistas e democráticas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas. b) Através da vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais, e c) Pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativa de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se propunham a implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.» (Tese 32). «O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um independente (Agildo, ainda mais oportunista, achava que o governo introduzirá um democratismo tal que elevará o movimento de massas) das massas e diante do imperativo de medidas mais consequentes contra o inimigo principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática levará a uma nova correlação de forças, que permita completar, com um poder das forças antilimpialistas (aqui fica bem claro o problema das duas fases) e antifeudais, sob a direção do proletariado, e por um caminho pacífico, as transformações revolucionárias» (Tese 33).

Poderia continuar as comparações, todavia, fecho que termino dentro das 300 linhas, opinando mais concreta-

mente por que essa orientação política é oportunista, nacional-reformista e de direita. Apenas uma conclusão sobre as transcrições acima: Tal a AVO — a posição de Agildo Barata, tal a MAE — a Declaração de Março, tal a FILHA — as Teses para Discussão.

O caráter oportunista das Teses, ao meu ver, pode ser identificado nos seguintes aspectos fundamentais:

1. — As duas fases obrigatórias da revolução — uma da luta por um governo nacionalista e democrático e sua conquista, mesmo sem a participação dos comunistas, e a outra do poder das forças antilimpialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado — leva à descaracterização da vanguarda da classe operária como partido político, porque lhe retira a perspectiva do poder. E, em outras palavras, a decretação da revolução a longo prazo, como «correção» da perspectiva idealista e sectária do Programa de 54, o qual de forma «esquerdista» e falsa pregava a derrubada de um governo determinado e a revolução a curto prazo. Não se prevê nas Teses o fortalecimento econômico e político da burguesia, com um proletariado que cresce, mas ideologicamente desarmado, sem perspectiva do poder, ao contrário, sendo conduzido pela sua vanguarda para ações que levem ao nacionalismo e à revolução burguesa, através do tempo e provavelmente por «sucessivos governos», para um dia chegar às não menos idealísticas transformações estruturais.

2. — O «esquema estratégico» acima, incluindo um período, quem sabe muito longo, em que os «objetivos nacionais» terão «caráter primordial», conduz, este «esquema» de um lado, a afastar do proletariado, na luta política, seu principal aliado — o camponês, e de outro lado, a retardar grandemente, no plano econômico, a solução da outra contradição fundamental — a contradição entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção semi-feudais e o monopólio da terra.

Estes são os dois elementos fundamentais que levam a toda uma posição política falsa, oportunista de direita e nacional-reformista. Para mim não há dúvidas de que esses dois aspectos vertebrais da atual orientação política não são possíveis, como impõem no PCB seu afrouxamento como Partido revolucionário, a admissão da frente única em bases falsas e idealistas, o reboque e a perda de independência pelo proletariado no conjunto das forças sociais mobilizáveis para a revolução, e, principalmente, a impossibilidade da conquista da hegemonia na revolução democrático-burguesa de novo tipo para a passagem ao período de construção do socialismo em nossa Pátria.

Sinto ainda necessidade de fazer algumas considerações a propósito do problema da frente única e do movimento nacionalista, enquanto assisto as manifestações da direita. Estou convencido da necessidade de uma atividade política ampla, que possibilite ao nosso Partido a acumulação de forças indispensáveis ao cumprimento de sua tarefa histórica na presente etapa, através da formação da frente única, mas, especialmente, sem romper com a burguesia, e de maneira decisiva, através da construção de nosso próprio Partido. Com relação ao movimento nacionalista: não se pode ser contra aquilo que é resultante da própria luta antilimpialista, da qual nosso Partido sempre participou heróicamente, em toda a sua história.

São Paulo, 24 de Maio de 1960.

JOAQUIM ALVES

RIBEIRO GRANJA

Os Exitos São Maiores Que os Insucessos

Os debates que ora se verificam em torno das «Teses para discussão» e do «Projeto de Estatutos do P.C.B.» sem dúvida alguma trarão ao Partido novos elementos indispensáveis ao conhecimento da realidade brasileira e à orientação mais acertada, por parte dele, da luta social pela transformação revolucionária dessa realidade. Partindo desta premissa, sei dos que não vêem as «Teses» em discussão como obra perfeita e intocável e que nada tenta portanto a receber da sabedoria coletiva do Partido.

Por essa razão, acho que deve haver os maiores esforços por parte de todos os militantes no sentido de contribuírem com o resultado de suas pesquisas, com suas opiniões e críticas tanto sobre as «Teses» e o «Projeto» em debate como sobre a prática atual de nossa linha política. Só assim poderemos chegar a uma plataforma política que, com a participação e a colaboração ativa de todos, impulsiona mais ainda as tarefas da revolução brasileira.

Penso que as «Teses» procuram enfrentar esta questão com o devido equilíbrio. Não vejo nelas o fantasma do oportunismo de direita, que, segundo parece, aprovava alguns camaradas que já escreviam nesta Tribuna. O mérito do documento, a meu ver, é que ele busca sempre partir do exame mais objetivo possível da nossa realidade, e se apóia nas experiências adquiridas, particularmente com a prática da «Declaração» de março de 1958.

Por essa razão, no essencial estou de acordo com as idéias do documento. Acho que ele reflete os conhecimentos já adquiridos pela direção partidária e que se trata, portanto, de aprofundar mais ainda esses conhecimentos, através da contribuição de todos os comunistas, de forma a chegar-se a uma representação ainda mais verdadeira da sociedade brasileira e das tarefas da classe operária e seu partido.

Não se pode assim tomar a sério as tentativas de alguns camaradas de desvirtuarem a discussão, trazendo para o debate erros e insucessos oriundos da má ou da não aplicação da linha política, para, num esforço inglorio, tentar provar que as «Teses» são errôneas e que devem ser substituídas por outras de caráter mais radical, ao mesmo tempo que sentam fogo na «Declaração» como responsável, e única responsável, por todos os erros no trabalho.

Ninguém está contra que se discutam os erros e os insucessos em nosso tra-

balho, como também não há mal nenhum, ao contrário, só pode ser bom, criticar-se os lados incorretos da «Declaração». Não concordo é com aqueles que, na falta de argumentos para sua «concepção», negam simplesmente, de ponta a ponta, a justeza das resoluções do C.C. a partir de 58 e os êxitos obtidos com a aplicação dessas resoluções, pensando ingenuamente que a esmagadora maioria dos comunistas poderia esquecer que essas resoluções, sejam quais forem as falhas que tiverem, têm, muito acima disso, o mérito histórico de representarem a ruptura, por todo o Partido, com a linha sectária do «Manifesto de Agosto» e do «Programa» de 1954.

Os êxitos obtidos desde 1958 e que os insucessos só não vê quem não pode ou quem não quer ver. E inegável que a legalização de centenas e centenas de quadros e o seu trabalho junto às massas deram os melhores resultados. Hoje um bom número de camaradas tornaram-se ou voltaram a ser em nível mais alto verdadeiros dirigentes de massas, gozaram de evidente e merecido prestígio, que é parte do prestígio crescente do Partido. Graças à nova atuação preconizada pela atual linha política, o movimento sindical orientou-se e vem fortalecendo-se em benefício das massas. Aumenta a consciência da classe operária, cresce o seu grau de organização e a sua participação independente e ativa na vida política do país. Por outro lado, vai sendo rompida a separação entre as demais classes e camadas da população e as nossas

palavras de ordem. Nos lugares onde se tem aplicado acertadamente a orientação política, levando em conta as peculiaridades existentes, cresce o movimento de massas, ao mesmo tempo que se constata o crescimento orgânico do Partido. Não são poucos os lugares em que, uma vez libertos os camaradas do ceticismo em relação ao recrutamento, o efetivo partidário cresceu na proporção de até um para três. Nota-se também uma particularidade importante quanto aos novos aderentes ao Partido: é que, ao contrário do que em geral acontecia no passado, agora não está mais havendo aquela situação em que, enquanto uns entravam por uma porta, outros saíam pela outra. O caráter das tarefas, todas voltadas para o trabalho de massa, dá ao militante capacidade de iniciativa e confiança em si próprio, educa-o no dever de prestar contas no Partido de sua atuação. Esse crescimento e fortalecimento do Partido e do trabalho de massa deve ser atribuído também à justeza na aplicação da linha política e, consequentemente, à justeza, no essencial, da «Declaração» de 58, e do Programa de 54.

Reafirmando o que disse antes, os êxitos obtidos depois da «Declaração» são, sem qualquer dúvida, maiores do que os insucessos em nosso trabalho no mesmo período. Estes últimos são fruto não da linha política em si, mas de das incompreensões muito naturais que ainda pesam sobre nosso trabalho ou da resistência de alguns camaradas, cada vez em menor número, que ainda «aferram» às concepções velhas e retrógradas e fecham os olhos ao que cresce e se desenvolve, 23.5.60.

Artigos recebidos

- 1) Pelas teses? Contra as teses? Pela síntese. (Gastão Medeiros)
- 2) Análise marxista, sim! (Jansen Pereira da Silva)
- 3) Contribuição ao debate (Gabriel Tondellas)
- 4) Qual o caminho a seguir? (Manoel Caçador)
- 5) Algumas opiniões sobre as teses (Eloy Martins)
- 6) As Teses e a revolução brasileira (Caio Prado Júnior)
- 7) O trabalho juvenil do Partido (Mário Rodrigues)

Sob o título «Avancemos pelo caminho indicado pelo grande Lenin», o DIÁRIO DO POVO, de Pequim, publicou no dia 22 de abril último, importante editorial de análise da situação internacional. Dêsse editorial é o trecho que se seguiu publicamos:

«Os portavozes do imperialismo americano espalham a calúnia de que o povo chinês não parece entusiasmado quanto ao alívio da tensão internacional. Essa monstruosidade é, porém, realmente descarada. Uma vez que o governo americano e o próprio Eisenhower prosseguem, de fato, na expansão armamentista, nos preparativos de guerra e na expansão da agressão, o que contraria a exigência de alívio da tensão internacional, como se poderia ajudar a situação internacional se isso deve ser ocultado ou mesmo encoberto, embelezado e exaltado? Ao contrário, tal procedimento só contribuiria para tornar os cidadãos de tensão mais ousados e desenfreados.

Os fatos são mais poderosos do que os argumentos. Tinha o leitor a bondade de percorrer o sumário abaixo, muito reduzido, das palavras e dos atos do governo americano e de Eisenhower contra a paz desde as conversações em Camp David em setembro último:

A 16 de outubro de 1959, Andrew H. Berding, assistente do Secretário de Estado, fez um discurso afirmando que os Estados Unidos não poderiam aceitar a coexistência pacífica porque significaria aceitar o «status quo» do campo socialista.

A 21 de outubro os Estados Unidos fizeram aprovar, às pressas, uma resolução ilegal a respeito da chamada «questão tibetana», pela assembleia geral das Nações Unidas e interferiram nas questões internas da China, caluniando o sufocamento, pelo governo chinês, de uma rebelião de um grupo reacionário de feudais do Tibet.

A 22 de outubro o Departamento de Estado fez uma declaração a respeito do terceiro aniversário da revolta contra-revolucionária na Hungria, caluniando os governos húngaro e soviético e, além disso, «homogeneando» os elementos contra-revolucionários responsáveis pela rebelião.

A 23 de novembro, quando o povo da zona do Canal do Panamá manifestou-se pela restauração da soberania panamenha sobre a zona do Canal, o exército americano de ocupação sufocou as manifestações populares, ferindo mais de 120 panamenhos.

A 13 de novembro o vice-presidente Nixon afirmou: «... as potências ocidentais não podem aceitar o que os soviéticos chamam de coexistência pacífica.»

A 22 de novembro o secretário de Estado Herter publicou um artigo na revista americana «Parade», afirmando que a União Soviética alimenta «intencões agressivas» e se entrega à «expansão armamentista.»

A 27 de novembro o Departamento de Estado emitiu uma declaração caluniando a Albânia, no sentido de que esta «é dominada pelos soviéticos.»

A 1 de dezembro o Secretário de Defesa americano, McElroy, afirmou: «Em 1963 os Estados Unidos possuirão variedade ainda maior de meios para lançar bombas de hidrogênio contra a Rússia.»

De 4 a 22 de dezembro Eisenhower visitou 11 países da Europa, Ásia e África com o objetivo de ampliar a guerra fria, insistindo com toda ênfase pelo fortalecimento dos blocos militares ocidentais e afirmando que «a aliança do Atlântico Norte continua como pedra fundamental de nossa política exterior», e que os Estados Unidos não podiam abandonar a Seato, e ativamente trabalhavam por expandir a rede de bases de lançamento de foguetes no estrangeiro.

A 9 de dezembro os Estados Unidos forçaram uma resolução sobre a questão coreana através da assembleia geral das Nações Unidas. Apesar do apelo feito pela República Democrática Popular da Coreia a 27 de outubro, recusaram-se a retirar as tropas americanas da Coreia do Sul e a realizar a unificação pacífica do país, insistindo, além disso, na realização das chamadas «eleições livres» na Coreia sob a «supervisão» das Nações Unidas, um dos lados beligerantes.

Os Estados Unidos forçaram, no mesmo dia, uma nova resolução sobre a chamada «questão húngara», interferindo novamente nos problemas internos da Hungria.

A 15 de dezembro Herter apresentou um «plano de 10 anos» a reunião do conselho da Nato, estabelecendo que o bloco tenha o poder «dissuasor» de promover guerras em ampla escala, e «flexibilidade suficiente» para promover guerras parciais.

A 24 de dezembro os Estados Unidos instruíram pequeno grupo de elementos americanistas exaltados no Lás no sentido de promoverem um golpe de Estado militar e ampliar a guerra civil no país.

33 Fatos Desmascaram a Política de Guerra Dos Estados Unidos

declarava que a começar de primeiro de janeiro de 1960 os Estados Unidos «se consideravam livres para reiniciarem as provas com armas nucleares.»

A 7 e 18 de janeiro de 1960 Eisenhower apresentava suas mensagens sobre o Estado da União e o orçamento. Solicitando dos Estados Unidos «a atribuição de certa parte de seus recursos» para garantir «um dissuasor real...», estabeleceu as despesas militares para o ano fiscal de 1961 em mais de 45,500 bilhões de dólares, ou 57,1% do orçamento total. Em sua mensagem sobre o Estado da União denigre os países socialistas, afirmando serem «Estados policiais», a União Soviética «comunismo imperialista», e o campo socialista como «rancorosos satélites».

Nixon afirma a 15 de janeiro: «Os Estados Unidos e seus aliados não devem, de forma alguma, reduzir seu poderio.»

A 19 de janeiro assinou-se em Washington o tratado de cooperação e segurança mútuas entre os Estados Unidos e o Japão. Esse tratado agressivo de aliança militar se volta diretamente contra a China, a União Soviética e a República Popular Democrática da Coreia, e ameaça a paz e a segurança de todas as nações asiáticas.

A 23 de fevereiro Eisenhower declara, em entrevista à imprensa, «não ter conhecimento algum do espírito de Camp David.» Afirma também ser seu propósito fornecer a seus aliados informações secretas sobre armas nucleares.

A 5 de fevereiro o Departamento de Estado americano rejeita, uma vez mais, a proposta feita pelos membros do Pacto de Varsóvia no sentido de que a Organização do Tratado de Varsóvia e a Nato assinem um tratado de não agressão mútua.

A 15 de fevereiro Herter chega a fazer a exigência absurda de que três repúblicas da URSS, isto é, Lituânia, Letônia e Estônia, «gozem novamente da independência nacional.»

A 16 de fevereiro Eisenhower afirma em sua mensagem de «segurança mútua» que «o fato, se verdadeiro, de redução dos efetivos das forças militares soviéticas não elimina a necessidade de mantermos nossa defesa coletiva.»

«Seria grande tolice abandonar-nos ou enfraquecermos nossa posição de força dissuasora comum». «É necessário que os Estados Unidos persistam firme, calma e pacientemente seus esforços para manter nossas defesas mútuas.» Anuncia 2 bilhões de dólares de ajuda militar ao estrangeiro para o novo ano fiscal, isto é, um aumento de 400 milhões de dólares em relação ao ano anterior.

A 17 de fevereiro Eisenhower declara em seu informe sobre a situação do Oriente Médio que os Estados Unidos continuariam a executar a resolução congressional de 1957 a respeito do Oriente Médio, isto é, a chamada «Doutrina Eisenhower».

A 19 de fevereiro Graham Parsons, assistente do Secretário de Estado, faz um discurso no sentido de que os Estados Unidos continuariam a ocupar o território chinês, Taiwan, e ainda «espera» o «colapso» da Nova China. Afirma, além disso, que os Estados Unidos executariam «uma política que procura contrabalançar» o poderio da China, «e devem tomar medidas que visem a enfrentar essa força.»

De 22 de fevereiro a 3 de março Eisenhower visitou a América do Sul, propagando o fortalecimento do «sistema pan-americano», elogiando a conferência dos ministros do exterior dos países da OEA, realizada em Santiago, que visava a intervir em Cuba. Declarou, além disso, que os Estados Unidos continuariam a insistir sobre a chamada Doutrina Monroe, que considera a América como propriedade dos Estados Unidos.

A 26 de fevereiro, após continuamente introduzir foguetes na Coreia do Sul, violando o acordo de armistício, os Estados Unidos lançaram abertamente um foguete «matador» em Usan, Coreia do Sul.

A 29 de fevereiro, em nota de resposta ao governo cubano, os Estados Unidos rejeitaram a exigência deste como condição necessária para o reinício das conversações americano-cubanas. — Os Es-

tados Unidos deveriam desistir de adotar medidas que poderiam prejudicar o povo cubano, — e continuarem a ameaçar, afirmando que permaneceriam de mãos livres para dar «qualquer passo» que julgasse necessário. Antes e depois disso os aviões americanos continuaram a bombardear Cuba. Segundo a declaração do premier Castro, de 14 de março, os aviões americanos invadiram Cuba mais de 40 vezes.

A 9 de março, J. C. Saltertrivite, assistente do Secretário de Estado para as questões africanas, afirma que os Estados Unidos têm «interesses políticos e militares especiais» na África. Afirma: «É também essencial que os Estados Unidos mantenham seus direitos de operarem em certas bases essenciais na África, e que os Estados Unidos e seus aliados tenham acesso contínuo a uma vasta série de importantes materiais na África, sobretudo minerais.» Declarou também que se tornava necessária «reconciliar» o atual impulso de nacionalismo na África por meio de uma ordenada transição do passado para o futuro.

A 16 de março os Estados Unidos e a camarilha de Chiang Kai-Shek iniciaram manobras militares em ampla escala no Estreito de Taivan, com a participação de 50 000 soldados americanos.

No mesmo dia, posterior ao dia em que emitiu um comunicado conjunto com Adenauer, Eisenhower afirma: «Concordamos não haver mudança de política em nenhum dos lados.» «Não devemos abandonar nossa posição com respeito a nossos direitos em Berlim.»

A 21 de março os navios de guerra americanos novamente invadiram as águas territoriais chinesas, e o governo chinês emitiu sua 93ª advertência séria ao governo dos Estados Unidos. Só no período a partir de outubro de 1959 os Estados Unidos invadiram 31 vezes o espaço aéreo e as águas territoriais da China.

A 31 de março Eisenhower afirma que mesmo se os Estados Unidos concordarem agora em assinar um acordo de suspensão temporária das provas nucleares, isso não obrigaria o próximo presidente americano. Declara que «qualquer sucessor teria o direito de usar o próprio critério a respeito do assunto.» Herter dá um passo à frente a 8 de abril, afirmando que do ponto de vista legal «a capacidade de Eisenhower em comprometer os Estados Unidos por longo tempo ainda continua limitada a seu próprio termo.»

A 4 de abril Herter faz um discurso em que rejeita a proposta soviética de desarmamento geral e completo e ataca o presidente do conselho de ministros soviético, Kruschiov, por suas declarações a respeito do problema alemão, afirmando que «a repetição desta ameaça não pode deixar de complicar a situação». Acrescenta: «Se alguém espera grandes resultados da conferência de cúpula pode ficar desapontado.» Manifesta-se «satisfeito» pela aceleração do rearmamento da Alemanha Ocidental, e declara: «As forças de terra, mar e ar da Nato precisam ser ainda mais fortalecidas.»

A 6 de abril Eisenhower aprova formalmente o plano de desenvolvimento acelerado dos mísseis balísticos intercontinentais e dos submarinos atômicos equipados com o foguete «Polaris». Anuncia-se que o governo americano se prepara para aumentar as cifras de seu plano original de 3 anos de fabricação de foguetes intercontinentais de 270 para 320, e de 7 a 40 quanto aos submarinos atômicos.

A 9 de abril R. S. Benson, comandante da frota de submarinos dos Estados Unidos no Pacífico, anunciou que os Estados Unidos empregariam 30 submarinos atômicos, equipados com o foguete «Polaris», para cercar a União Soviética e outros países socialistas.

A 14 de abril, Eaton, delegado americano à conferência de desarmamento das 10 nações, rejeitou a proposta apresentada pelos países socialistas no sentido de que todas as nações detentoras de armas nucleares se comprometessem a não serem as primeiras a usá-las. Afirmando uma vez mais que os Estados Unidos não poderiam aceitar a proposta soviética de desarmamento geral e completo.

Os fatos aqui mencionados estão, naturalmente, longe de completos, e se limitam aos dados publicados abertamente pelo governo e publicações norte-americanas. No entanto, gostaríamos de indagar: não são fatos? Não são os principais fatos da atual política dos Estados Unidos? Pode-se afirmar que tudo isso foi inventado pelos comunistas chineses? Pode-se afirmar que se trata apenas de sobrevivências insignificantes do passado da política americana? É claro que os fatos dizem o contrário. O fato é que mesmo depois das conversações em Camp David não constatamos modificação essencial na política de guerra do imperialismo americano, na política posta em prática pelo governo americano e, pessoalmente, por Eisenhower. O imperialismo americano não só faz o máximo para aumentar sua força militar de agressão, como também fomenta aceleradamente as forças militares da Alemanha Ocidental e do Japão, transformando esses países em focos de uma nova guerra. Compreende-se claramente que tudo isso afeta o destino de toda a humanidade. É de todo necessário lutar contra o militarismo na Alemanha Ocidental e no Japão, e o militarismo alimentado pelos Estados Unidos em outros países. No entanto, atualmente é a política de guerra do imperialismo americano que exerce o papel decisivo em tudo isso. Afastar-se desse ponto é afastar-se do coração e da essência do assunto. Se os povos que amam a paz em todo o mundo não concentram sua força na denúncia dessa política de guerra das autoridades americanas e não travam uma luta incessante, séria e firme contra ela, o resultado será inevitavelmente uma grande calamidade.

Que direito tem o povo chinês, que se coloca nas fileiras de vanguarda da luta pela paz, em conjunto com os povos da União Soviética e dos demais países socialistas, de manter silêncio sobre todas essas fatos? Que direito temos nós de permitir que os americanos façam, digam e saibam acerca de todas essas questões, e de não permitir que os povos da China e de outros países as esclareçam?

Pode ser maléfico à paz e aumentar a tensão, se explicamos o estado real das coisas ao público chinês e mundial, ou o ocultamento da verdade ajuda a paz e contribui para o alívio da tensão? Pode-se admitir que, pela lógica dos imperialistas americanos, esse seja o meio de «preservar» a paz? Ou é esta a «paz com liberdade» a que se referem Eisenhower e seus seguidores?

Os imperialistas americanos, que ativamente planejam uma nova guerra, na realidade esperam que ocultemos o estado real das coisas; esperam que abandonemos os princípios marxistas-leninistas; esperam que acreditemos que a natureza do imperialismo pode mudar ou mesmo que já mudou; esperam que nós, na luta em salvaguarda da paz mundial, justamente como os pacifistas burgueses, não mobilizemos e não nos apoiemos nas mais vastas massas do povo, que são contra o imperialismo, contra a guerra imperialista, e contra a agressão imperialista; esperam que exageremos seu poderio militar, para pôr as massas em pânico. Em suma, os conspiradores de uma nova guerra esperam que nós, da mesma forma que eles, não desejemos realmente a paz e não desejemos uma paz real, para que possam subitamente impor a guerra aos povos, da mesma forma que o fizeram na primeira e segunda guerra mundiais.

Ouçam, porém, todos vocês, fomentadores de uma nova guerra suas esperanças nunca realizadas. Dado que realmente desejamos a paz e desejamos uma paz verdadeira, nunca cairemos em sua armadilha. Continuaremos a denunciar todas as conspirações e planos dos imperialistas americanos e outros contra a paz, faremos todo o possível para mobilizar as amplas massas, que são contra o imperialismo, a guerra imperialista e a agressão imperialista, para que lutem tenazmente contra os

forjadores de uma nova guerra, e faremos com que mantenham na luta tanta ampla vigilância e ampla confiança, lutando até o fim contra uma nova guerra. So assim estaremos querendo e obtendo uma paz real. Estaríamos, de outra forma, querendo e conseguindo uma falsa paz.

Embora, como acima dissemos, a natureza do imperialismo não possa mudar, temos plena confiança de que as poderosas forças que defendem a paz, desde que continuem a lutar unidas e perseverantes, podem certamente opor uma série de poderosos obstáculos, de modo que os imperialistas não possam agir a bel-prazer, atendendo aos ditames de sua natureza. Além disso, na eventualidade, segundo a Declaração de Moscou:

«... de que os belicoseos maníacos do imperialismo se aventurem, apesar de tudo, a desencadear a guerra, o imperialismo se condenará à destruição, porque os povos não mais tolerariam um sistema que lhes traz tantos sofrimentos e exige tantos sacrifícios.» Foi absolutamente necessário que a Declaração de Moscou o assinalasse, porque não se destinava a enfraquecer e sim fortalecer a perspectiva de paz, porque só assim podemos cuidar de que os povos de todos os países não se desarmem mentalmente, não capitulem à intimidação e chantagem dos maníacos da guerra, e não sejam lançados ao pânico e confusão na eventualidade funesta de que a guerra irrompa, apesar de tudo.

A coexistência pacífica entre países com diferentes sistemas sociais, a flexibilidade, paciência e certos entendimentos e compromissos são necessários. Ao lutar contra os inimigos domésticos e estrangeiros o povo chinês nunca se recusou a estabelecer compromissos que não prejudicam os interesses básicos do povo, e não deixará de assim proceder no futuro. O povo chinês apoia calorosamente os esforços do camarada Kruschiov e do governo soviético no sentido da realização da conferência de cúpula entre o este e o oeste e espera, além disso, que o governo americano modifique a atitude obstinada que tem assumido até agora, assim possibilitando que a conferência chegue aos acordos que os povos esperam sobre os problemas do desarmamento, a cessação das provas com armas nucleares, as questões de Berlim Ocidental e alemã, e o alívio da tensão internacional.

A luta pela paz é, porém, de longa duração. O imperialismo não aceitará, de bom grado, qualquer acordo favorável à paz. Além disso, numerosos fatos históricos provam que os imperialistas rompem, a qualquer época, com qualquer acordo a que chegam. A luta é necessária, portanto, tanto para conseguir acordos favoráveis à paz como para mantê-los, uma vez alcançados.

NO DIA 26 DE JULHO EM HAVANA A INAUGURAÇÃO

Juventude Latino-Americana Realizará Congresso em Cuba

A 26 de julho deverá instalar-se em Cuba o I Congresso Latino-Americano da Juventude. A ideia desse conclave surgiu há muitos anos. Em vários países do nosso continente diversas organizações juvenis têm manifestado o seu desejo de discutirem conjuntamente os problemas que interessam vitalmente à nova geração.

A reunião de Santiago

Quando da realização da reunião da Organização dos Estados Americanos, em agosto do ano passado, aproveitando a presença de dirigentes de organizações juvenis e estudantes de vários países, convocou-se uma reunião preparatória para 3 meses depois, que foi realizada na própria Capital do Chile. Convidados foram expedidos para toda a América Latina. O apelo dos convocadores foi atendido por muitas organizações.

A reunião preparatória de Santiago alcançou uma extraordinária importância pela número e pela expressão das organizações presentes. Ali estavam 78 entidades, além de vinte que enviaram observadores dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Peru, Uruguai, Colômbia, Nicarágua, Paraguai e Venezuela.

Para se ter uma ideia da representatividade da reunião, basta citar a participação das seguintes organizações: Juventude Peronista, Juventude da União Cívica Radical Intransigente, Juventude Socialista, Juventude Comunista e a Federação Universitária, da Argentina; a UNE, a UBES e a Sociedade Trabalhista, do Brasil; o Movimento 26 de julho, a Agrupação Católica Universitária, a Federação Estu-

dantil Universitária, de Cuba; a Juventude Aprista, e a Federação dos Estudantes, do Peru; a Juventude de Ação Democrática, a Juventude da U.R.D., e Juventude Copyana e Juventude Comunista, da Venezuela; a Juventude Liberal, da Colômbia; a Juventude Socialista, a Juventude Democrata-cristã, e Juventude Radical, do Chile. Participaram, assim, as principais organizações políticas, universitárias e sindicais da América Latina.

O Temário

Para orientação do trabalho preparatório, aprovou-se o seguinte temário, que, naturalmente, será reexaminado pelo próprio Congresso:

- I — Análise da realidade política, econômica e social da América Latina; II — A Juventude frente aos problemas da América Latina; III — Problemas particulares da Juventude operária, camponesa e estudantil; IV — A Juventude e a solidariedade latino-americana; V — A Juventude latino-americana e o mundo contemporâneo; VI — Cooperação e intercâmbio entre as juventudes latino-americanas.

O manifesto de convocação

A reunião de Santiago lançou um apelo a todos os jovens da América Latina, do qual extraímos o seguinte trecho:

«Aproximou-se o ocasião em que a Nossa América vai comemorar o 150º aniversário do início da grande luta libertadora que sacudiu os alicerces coloniais no continente e colocou nossos povos na senda da conquista da independência política.

Embora, como acima dissemos, a natureza do imperialismo não possa mudar, temos plena confiança de que as poderosas forças que defendem a paz, desde que continuem a lutar unidas e perseverantes, podem certamente opor uma série de poderosos obstáculos, de modo que os imperialistas não possam agir a bel-prazer, atendendo aos ditames de sua natureza. Além disso, na eventualidade, segundo a Declaração de Moscou:

«... de que os belicoseos maníacos do imperialismo se aventurem, apesar de tudo, a desencadear a guerra, o imperialismo se condenará à destruição, porque os povos não mais tolerariam um sistema que lhes traz tantos sofrimentos e exige tantos sacrifícios.» Foi absolutamente necessário que a Declaração de Moscou o assinalasse, porque não se destinava a enfraquecer e sim fortalecer a perspectiva de paz, porque só assim podemos cuidar de que os povos de todos os países não se desarmem mentalmente, não capitulem à intimidação e chantagem dos maníacos da guerra, e não sejam lançados ao pânico e confusão na eventualidade funesta de que a guerra irrompa, apesar de tudo.

A coexistência pacífica entre países com diferentes sistemas sociais, a flexibilidade, paciência e certos entendimentos e compromissos são necessários. Ao lutar contra os inimigos domésticos e estrangeiros o povo chinês nunca se recusou a estabelecer compromissos que não prejudicam os interesses básicos do povo, e não deixará de assim proceder no futuro. O povo chinês apoia calorosamente os esforços do camarada Kruschiov e do governo soviético no sentido da realização da conferência de cúpula entre o este e o oeste e espera, além disso, que o governo americano modifique a atitude obstinada que tem assumido até agora, assim possibilitando que a conferência chegue aos acordos que os povos esperam sobre os problemas do desarmamento, a cessação das provas com armas nucleares, as questões de Berlim Ocidental e alemã, e o alívio da tensão internacional.

A luta pela paz é, porém, de longa duração. O imperialismo não aceitará, de bom grado, qualquer acordo favorável à paz. Além disso, numerosos fatos históricos provam que os imperialistas rompem, a qualquer época, com qualquer acordo a que chegam. A luta é necessária, portanto, tanto para conseguir acordos favoráveis à paz como para mantê-los, uma vez alcançados.

A América Latina continua presenciando o analfabetismo e discriminação do índio, a sobrevivência das colônias, o atraso e a dependência econômica; a impossibilidade dos jovens de possuírem terra; a negação das liberdades públicas para muitos de nossos povos e juvenis; — condenados ao isolamento — tudo isso em terrível contraste com os prodigiosos avanços da ciência e da técnica.

Pela primeira vez, a juventude latino-americana se reuniu para discutir seus problemas e os de seus povos. Jovens operários e camponeses, empregados e estudantes; todos devemos compreender que a oportunidade é preciosa para encontrar o caminho justo frente às graves preocupações!

O Comitê Internacional

Decidiu-se em Santiago a constituição de um comitê para a preparação de todas as atividades do Congresso. Este comitê, que já existe, e está funcionando em Havana, é constituído de representantes dos seguintes organizações: Movimento 26 de julho, de Cuba; Ação Democrática e Juventude de Copel (Democrata-cristã) da Venezuela; Juventude Socialista, Juventude Comunista e Central Única de Trabalhadores do Chile; Federação Universitária da Argentina.

Acho-se também estruturada a Comissão Nacional Cubana do Congresso, cuja sede está localizada no Capitólio Nacional (Senado) da República. O Governo de Fidel Castro está apoiando decididamente o conclave, e noticiou que hospedará todos os representantes da juventude americana.

A imagem de Verônica, flôres na mão, espera de Boris quando a guerra termina, acompanha o espectador, prolongando os amores acumulados durante a exibição do filme.

Os noivos costumavam encontrar-se pela madrugada, ambiente lírico onde constroem seus sonhos matrimoniais, esperança de uma vida tranqüila num mundo de trabalho e paz.

A violência nazista interrompe bruscamente as fantasias dos jovens, e Boris alista-se como voluntário no Exército Vermelho, partindo para o campo de batalha.

Nas peripécias do combate, uma bala atinge o soldado Boris. No meio do bosque, em delírio, o moribundo vê o término da guerra, entra na casa de Verônica, que o recebe em encantador vestido de noiva, prepara-se o casamento... as imagens começam a confundir-se, as betulas, em ciranda louca, erguem-se e levam para o infinito toda a vida que aguardava o jovem.

Na Sibéria, onde também participa do esforço em que está empenhado o país, Verônica tem seu pensamento voltado para o longínquo lugar onde supõe estar o noivo. No hospital, enfermeira, tem uma vida atribulada, cuidando dos feridos e buscando repelir a idéia de viver com Mark, primo de Boris que a seduzira.

No Dia da Vitória, Verônica vai à estação receber os heróis que regressam. Encontra um companheiro de Boris, Stepan, cujos olhos transmitem à jovem a tragédia, enquanto em volta rostos alegres transmitem a felicidade dos que se reencontram.

As flôres são repartidas entre os veteranos que escaparam. As flôres colhidas por Verônica para Boris.

As cegonhas, tal como no princípio do filme, sobrevoam a cidade. Trazem a esperança de uma vida nova que começa. A mãe, de entre as lágrimas, esboça um débil sorriso, o sorriso da vida a refazer.



Tatiana veio com as cegonhas

A morena russa de olhos rasgados chegou a Cannes desconhecida. Depois, a sala de espetáculos, o filme, a consagração. A jovem tímida transformou-se no gene de Festival. Louvando-lhe todos, unanimemente, as qualidades de grande atriz e beleza da mulher. As cegonhas trouxeram Tatiana para as platéias de mundo.

As Cegonhas Trazem Esperança



Uma história de esperança

Um jovem diretor reuniu jovens atores e procurou uma história de amor e de esperança. As luzes, a câmera, e «Quando voam as cegonhas» se transformou numa das mais belas realizações do cinema. Tatiana Samoilova, Alexei Batalov, A. Shvorin e o diretor M. Kalatósov ganharam fama universal recebendo a «Palma de Ouro» no Festival de Cannes.

NOVOS RUMOS